

Ana Paula Mendonça de Resende

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES

FABRIS EM SÃO JOÃO DEL-REI:

O caso da Companhia Industrial São Joanense.

1891/1935.



BELO HORIZONTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH- MESTRADO EM HISTÓRIA
JUNHO DE 2003

Ana Paula Mendonça de Resende

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES

FABRIS EM SÃO JOÃO DEL-REI:

O caso da Companhia Industrial São Joanense.

1891/1935.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História/UFMG para obtenção do título de Mestre em História.

Aluna: Ana Paula Mendonça de Resende.

Orientadora: Maria Eliza Linhares Borges.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura e do Trabalho.

BELO HORIZONTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH- MESTRADO EM HISTÓRIA
JUNHO DE 2003

Ana Paula Mendonça de Resende

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES

FABRIS EM SÃO JOÃO DEL-REI:

O caso da Companhia Industrial São Joanense.

1891/1935.

Professora Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo – Fafich/UFMG

Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado – Fafich/UFMG

Professora Dra. Maria Eliza Linhares Borges (Orientadora)

BELO HORIZONTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH– MESTRADO EM HISTÓRIA
JUNHO DE 2003

Resumo:

A presente Dissertação de Mestrado discute a organização social dos operários da Companhia Industrial São Joanense, na cidade de São João del-Rei, no período compreendido entre os anos 1891 a 1935. Com o objetivo de ligá-la às experiências verificadas em outros estabelecimentos fabris já examinados por diversos pesquisadores em estudos sobre o tema, a Companhia Industrial São Joanense foi analisada enquanto um lugar da produção. Inicialmente, como empreendimento econômico com raiz na vida urbana, abordou-se de que maneira, a cidade se articulava e se apresentava na época da fundação da fábrica, uma vez que contava com novos elementos, entre eles, a Ferrovia Oeste de Minas e a chegada de imigrantes italianos. Daí, o contexto de uma sociedade que contava ainda com a mão-de-obra negra, na época recém-saída da experiência escravista. Em seguida, através da documentação selecionada para a análise, tais como documentos existentes no acervo da fábrica (registros operários, livros administrativos), mapas, fotografias, entrevistas e notícias de jornais de época, buscou-se avaliar alguns aspectos da experiência de trabalho de classe operária são-joanense, bem como os trabalhos feminino, masculino e o infantil. Com essa análise, discutiu-se a solidariedade interna às relações de trabalho, principalmente no que se toca às relações de gênero. As referências às etapas do processo de formação técnica do trabalhador puderam ser ampliadas quando articuladas a questões como a experiência de moradia operária e a incorporação da Legislação Trabalhista no cotidiano de trabalho desses operários.

Abstract:

This mastery dissertation discusses the social organization of the Companhia Industrial São Joanense workers, in São João del-Rei, from 1891 to 1935. With the objective of linking to experiences seen in other manufacture establishment already analyzed by researchers in essays about theme, the Companhia Industrial São Joanense was analyzed as a place of production. First, as an economic enterprise with great importance in the toarn life, there was the approach of how was the toarn when the factory was founded, because it started to count with, new elements as the Ferrovia Oeste de Minas and the Italian immigrants arrivial. So, the context of a society with used the negro labour cost, in the epoch newleft of the slavery. Then, through selected documentation for the analysis, as documents from the factor patrimony (works register, administrative books), maps, photographs, intervierars and news from the time, was made a search to evaluate some aspects of the middle class works experiences from São João del-Rei, as the female, male and child work. With this analysis had been discussed the intern fellowship of work relationships, mainly in the genre relationship. References to stage of the as the workers habitation experiences and the work legislation in the workers work routine.

Sumário:

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	06
INTRODUÇÃO.....	10
I. SÃO JOÃO DEL-REI E A COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE: RELAÇÕES ENTRE A CIDADE E A CRIAÇÃO DA FÁBRICA.....	20
1.1. O perfil urbano de São João del-Rei.....	20
1.2. Os impactos da ferrovia e dos imigrantes na vida da cidade.....	25
1.4. A constituição da Companhia Industrial São Joanense.....	34
II. A ESTRUTURA OCUPACIONAL, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A PERMANÊNCIA NA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE.....	48
2.1. A organização do processo produtivo e a hierarquia de trabalho na fábrica.....	49
2.2. A organização do trabalho na São Joanense – 1891 a 1935.....	61
2.3. A permanência no trabalho fabril.....	70
III. SÃO JOÃO DEL-REI, A FÁBRICA E A MORADIA OPERÁRIA.....	83
3.1. A cidade vista como um “mercado de trabalho”.....	85
3.2. São João del-Rei e o Bairro da Fábrica.....	93

3.3. As residências operárias pertencentes à Companhia Industrial São Joanense.....	98
3.4. A moradia e a família.....	103
IV. LEMBRANÇAS DO LABOR OPERÁRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO DE TRABALHO NA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE.....	106
4.1. A inserção das leis trabalhistas na fábrica: visões e versões de uma mesma realidade.....	107
4.2. A vivência de uma “Cultura Fabril”	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
ANEXOS.....	137
FONTES PRIMÁRIAS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

Índice de Tabelas e Gráficos

TABELAS

TABELA I – CATEGORIAS OCUPACIONAIS DAS SEÇÕES DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE.....	35
TABELA II – PROPORÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES POR SEXO	39
TABELA III – NÚMERO DE OPERÁRIOS ARROLADOS EM UM ANO, DE ACORDO COM O SEXO.....	46
TABELA IV – NATURALIDADE DOS OPERÁRIOS.....	73
TABELA V – LOCALIZAÇÃO DOS TERRENOS DEVOLUTOS CEDIDOS A ITALIANOS.....	76
TABELA VI – RUAS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE OPERÁRIOS.....	78
TABELA VII – RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE OPERÁRIOS.....	84

GRÁFICOS

GRÁFICO I – NÚMERO DE OPERÁRIOS DE ACORDO COM O SEXO.....	53
GRÁFICO II – IDADE DOS OPERÁRIOS NO PERÍODO DE ADMISSÃO AO TRABALHO NA FÁBRICA.....	54
GRÁFICO III – OBSERVAÇÕES SOBRE OS OPERÁRIOS.....	57
GRÁFICO IV – PERMANÊNCIA AO TRABALHO NA FÁBRICA.	59

Agradecimentos

Para o desenvolvimento de qualquer trabalho (mesmo quando ele se torna tão solitário como a elaboração e a escrita de uma Dissertação de Mestrado) muitas pessoas atingem tamanha importância que sem elas praticamente considera-se que o trabalho nem poderia ter sido realmente finalizado. O primeiro agradecimento é destinado a minha orientadora Maria Eliza Linhares Borges, que ministrou, de maneira profissional, competente e paciente um grande apoio para o desenvolvimento do trabalho que passou por diversos obstáculos.

Em Belo Horizonte, o meu agradecimento especial à Aline Caldeira e à Lidiane, que me acolheram no período em que precisei residir na capital. Na UFMG, agradeço às sugestões e críticas dos professores Eduardo França Paiva e Júnia Ferreira Furtado apresentadas quando constituíram a banca para o Exame de Qualificação, assim como à professora Betânia Gonçalves Figueiredo que aceitou, junto com Júnia Ferreira Furtado, a compor a Banca de Defesa. Aos colegas de curso, Jeaneth, Francisco e Vanda, o obrigado pelo companheirismo que cresceu com a convivência.

Agradeço a ajuda material fornecida pela CAPES que foi essencial para a realização dessa pesquisa. À Aline Resende, o reconhecimento da importante colaboração no manejo das fontes; à Fabiana e à Juliana pela contribuição no momento dos acertos finais.

Na Companhia Industrial São Joanense, agradeço a dedicação e o desempenho em me ajudar, encarnada na figura do Sr. Napoleão, o mais antigo funcionário atuante da fábrica, conhecedor de muitos “casos” ali vivenciados. Ainda, ao

José Carlos Dias, diretor da Companhia, por seu interesse, solicitude e presteza em disponibilizar a documentação existente.

Um agradecimento especial a José Antônio, Maria Ângela, Maria, Bruno, Sérgio e principalmente ao José, pessoas que, cada uma ao seu modo, souberam conviver e suportar esse período, seja através da paciência da convivência ou através da aceitação da ausência. A vocês eu dedico essa Dissertação de Mestrado.

“Era a minha vida! Eu entrei para a fábrica tão novo e trabalhei tantos anos que até hoje sonho com a fábrica, eu sonho que estou trabalhando. Quase todas as noites eu sonho que estou trabalhando, que estou naquela luta!”

(Sr. Chiquinho, ex-mestre de fiação)

Introdução

Dona Raimunda Delasávia Jianoni foi admitida na fábrica em 1928, quando tinha apenas nove anos. Antes de começar a trabalhar, seus pais e irmãos moravam em Pitangui, quando seu pai, que era carpinteiro, teve que sair da cidade onde residia com a família e ir para a Serra da Saudade trabalhar. Ele morreu enquanto trabalhava, ainda jovem, deixando os filhos muito pequenos. A partir desse acontecimento, Dona Raimunda e todos os seus oito irmãos tiveram que trabalhar para ajudar a mãe que não tinha condições de sustentá-los.

Viúva e com as crianças para cuidar, a mãe de Dona Raimunda escreve para um de seus filhos que morava em São João del-Rei, para que ele encontrasse uma maneira de buscá-los em Pitangui. Uma parte da família, já residia naquela cidade, de acordo com a seguinte afirmação: (...) *onde nós fomos morar com a “nona”, na Rua Cristóvão Colombo*. Pelo relato, dois irmãos mais velhos da operária moravam em São João del-Rei e já trabalhavam na Companhia Industrial São Joanense e, diante das circunstâncias, foram os responsáveis pelo pedido de admissão para o restante da família.

Quando iniciou o seu trabalho na fábrica, a pouca idade de Dona Raimunda refletia no difícil desempenho do trabalho, fato que já era esperado pelo próprio gerente da Companhia, o Sr. Antônio Otonni: *Essa menina não vai agüentar. Ela é muito pequena, muito nova. O lugar dela é no Passador.*¹ Assim, Dona Raimunda principia

¹ **Passadeiras**: máquinas de passar e alisar fios e tecidos.

seu trabalho na fábrica desempenhando uma ocupação auxiliar na única seção que sua idade permitia, qual seja, no Passador.

A menina sentava em um banquinho do lado de dentro da máquina, enquanto uma operária mais velha – a passadeira – sentava do lado de fora. Sua função seria puxar fio por fio e passá-los para a passadeira, que os enfiaria na agulha. Numa seqüência rápida, a menina deveria ser muito esperta para dar conta do trabalho a ela confiado.

O trabalho no Passador exigia muita concentração e entrosamento com as operárias que participavam da mesma atividade. Por isso mesmo, Dona Raimunda não consegue se esquecer de duas de suas colegas que eram mais velhas. Segundo a tecelã, quando não conseguia entregar a linha rapidamente para as companheiras, estas a beliscavam ou mesmo enfiavam a agulha em seus braços, deixando-a toda machucada. Mesmo assim, a operária tentava empregar os momentos de folga com o intuito de aproveitar a sua infância, perdida em meio a tanto trabalho e responsabilidade:

Ô meu Deus, com nove anos o que você quer? Fazer umas artes. Eu saía da fábrica e ia para a casa. Fazia um lanche e ia brincar de pique na rua da Matriz e não tinha canseira.

E assim foi do Passador para a Leosona, até completar a idade necessária para que pudesse, enfim, trabalhar na Tecelagem. Na fábrica passou sua vida, casou-se e criou os seus doze filhos. Aliás, durante o tempo em que seles eram pequenos, além de ir até em casa para almoçar, tinha também o direito de ir e ficar cerca de meia hora na parte da manhã, e meia hora na parte da tarde, para que pudesse amamentar suas crianças. Os laços de solidariedade eram evidenciados nessas situações: *Minhas colegas*

eram muito boas. É tanto que às vezes eu vinha em casa para amamentar o neném, e a colega tocava meus teares para mim, lembra.

O trabalho na fábrica representou quase quarenta anos na vida de Dona Raimunda. Essa mulher, como tantas outras, foi uma das operárias de São João del-Rei que segundo o Registro de Empregados da Companhia Industrial São Joanense, datado de 1935, foi admitida na fábrica em 03/10/1928, sendo dispensada em 31/07/1965, somente após conseguir sua aposentadoria.²

O relato das experiências de trabalho de Dona Raimunda, nos remete a questões que podem ser identificadas no estudo da organização social dos trabalhadores fabris, assim como a alguns aspectos da experiência de trabalho da classe operária no período compreendido entre fins do século XIX e início do século XX. Exatamente nesse mesmo período são inaugurados vários estabelecimentos fabris, que se localizavam tanto em Minas Gerais quanto em outras regiões brasileiras.

Nesse contexto é que se destaca a Companhia Industrial São Joanense, inaugurada em 1891, e que serviu de objeto de análise para o trabalho que aqui se desenvolve. A pesquisa visou cobrir o período compreendido entre os anos 1891 a 1935. O recorte justifica-se por ser 1891 o ano de fundação da fábrica e 1935 um ano representativo no que diz respeito a um período em que se visualiza a aplicação da legislação trabalhista nas próprias fábricas.

Considera-se que muitas são as lacunas existentes no estudo daqueles que foram os atores sociais de uma época que compreende o fim da escravidão até a incorporação das leis trabalhistas do período getulista. Muitas vezes, a importância desses trabalhadores enquanto uma problemática foi apresentada apenas quando

² REGISTRO DE OPERÁRIOS, 1935. Ficha número 128. De acordo com o registro, a idade de admissão de Dona Raimunda é de 11 anos, e não 09, conforme relatado. Confirma-se o local de nascimento, a cidade de Pitangui .

apontam sua participação em movimentos políticos, ou quando se fazem representar por um sindicato.

A partir do exame da experiência de industrialização identificada na Companhia Industrial São Joanense é que se buscou discutir as relações estabelecidas entre o trabalho e o trabalhador. Para tanto, Dona Raimunda, a ex-tecelã cujo relato serviu de abertura para a introdução desse trabalho, aponta várias questões que permitem compreender a sociedade analisada. Entre elas, a utilização da mão-de-obra feminina e infantil, experiência essa sentida na pele por essa operária, que se evidencia no momento em que se pode identificar a vivência de laços de solidariedade interna às relações de trabalho, principalmente no que toca às relações de gênero.

Em seu relato, identificam-se etapas do processo de formação técnica do trabalhador, principalmente quando a operária menciona sua passagem por diversas repartições e seções, assinalando um aprendizado da profissão, que se dava no ambiente fechado da própria fábrica.

Evidencia-se a experiência da imigração, uma vez que a operária é neta de italianos, e provavelmente, um de seus pais também era imigrante, e a verificação da existência de uma migração interna de mão-de-obra, prática comum nesse período para conseguir trabalhadores em cidades vizinhas, principalmente quando a localização da fábrica não permitia uma oferta de mão-de-obra suficiente. Essa foi uma prática comum entre as indústrias têxteis da época.

Outras questões não referidas no depoimento de Dona Raimunda foram discutidas na dissertação. Dentre elas, o uso da mão-de-obra negra, recém saída da experiência escravista, o emprego da mão-de-obra masculina, assim como a história da

Companhia enquanto um lugar da produção e como um empreendimento econômico com raiz na vida da cidade .

Ao depararmos com esse conjunto de questões e a ele dirigirmos nossas indagações, podemos verificar que a História é um conhecimento que nos fala tanto da dimensão particular, local, quanto de seus vínculos com outras realidades. A importância de um estudo desta natureza, reside no fato de que não se pode analisar a experiência da Companhia Industrial São Joanense como se fosse um caso isolado, mas integrá-la a outras experiências contemporâneas sobre o processo de industrialização e sobre a formação da classe operária no Brasil e fora dele.

As memórias de Dona Raimunda, apesar de pontuar questões próprias da Companhia Industrial São Joanense, servem para ligar esta Companhia a outras existentes em Minas Gerais, em outros estados do país e até mesmo em outros países. Pesquisas clássicas desenvolvidas por E. Thompson, Eric J. Hobsbawm e Michelle Perrot salientam algumas dessas experiências de operários em outros países e contribuem, dessa maneira, para ampliar o tratamento do tema no que diz respeito à metodologia utilizada e diante de novas fontes disponíveis.

No Brasil, é notável a contribuição de trabalhos desenvolvidos em outras áreas de pesquisa, sobretudo das Ciências Sociais. Trabalhos estes influenciados pelas teorias como as de Pierre Bourdieu e Michael Foucault. Como um dos representantes dessa realidade, destaca-se o estudo de José Sérgio Leite Lopes que, pela abordagem da documentação utilizada, trouxe grande contribuição à análise que se desenvolveu nessa pesquisa.

O autor analisa a formação da classe operária fabril em uma indústria têxtil de Pernambuco – a Companhia de Tecidos Paulista – que é destacada por ser um

modelo de “Fábrica com Vila Operária”. Para tal, utilizou fontes orais combinadas a documentos da fábrica. Da massa documental utilizada, extraiu dados relativos tanto ao cotidiano da produção quanto a representações que os trabalhadores construíram sobre o trabalho, as relações intraclasse e de dominação.

Fazer referência à indústria têxtil mineira é, sem dúvida, fazer referência às fábricas do Centro e Norte do estado de Minas Gerais, pertencentes à família Mascarenhas, que foi o objeto da análise para Domingos Giroletti. Interessou-lhe analisar o processo de transformação do trabalhador autóctone em operário industrial, tendo como agência de sua formação a fábrica de tecidos. Privilegiou as últimas décadas do século XIX, mais precisamente os anos de 1870 a 1900, que segundo o autor, era considerado como um período de escassez de mão-de-obra especializada.

Procurou, em sua obra, entender qual foi a estratégia e quais foram os procedimentos utilizados pelos empresários para imprimirem nos trabalhadores um triplo sentido: técnico, disciplinar e ideológico. Na análise desenvolvida, foi abordada a questão da disciplina na fábrica e também a extensão do poder dos industriais.

Domingos Giroletti, demonstra que os industriais, ao controlarem o trabalho fabril, acabam por forjar o perfil de um trabalhador diferente, num processo que ultrapassa os limites da fábrica. Assim, a moradia dos trabalhadores, que pertencia aos proprietários da indústria, acabava sendo um objeto dessa racionalidade industrial, juntamente com a própria fábrica.

Esses estudos contribuem para a percepção de que não se pode deixar de lado a idéia de que o trabalho desempenhado pelos operários apresentava-se como uma atividade que envolvia um conjunto de significados os quais estavam presentes em

todas as esferas da vida desses trabalhadores, dentro e fora da fábrica. Por isso, deve-se considerar que muitos são os seus desdobramentos.

A estrutura da dissertação busca trabalhar as evidências encontradas, partindo-se do exame mais geral da cidade de São João del-Rei no momento da criação da fábrica, até o período de formação da propriedade fabril, objeto de análise do Capítulo I. A identificação da estrutura ocupacional dos operários, assim como as estratégias de disciplina e a análise da permanência no trabalho foram questões discutidas no Capítulo II. O Capítulo III busca estabelecer uma comparação entre o modelo “Fábrica com Vila Operária”, analisado por José Sérgio Leite Lopes (1989) e por Domingos Giroletti (1991) com a experiência de moradia operária estabelecida na Companhia Industrial São Joanense. E, no Capítulo IV, buscou-se analisar o “tempo de trabalho”, tendo como ponto de partida a introdução da Legislação Trabalhista e as reflexões de ex-operários sobre a importância desse fato.

Para compreender a organização dos trabalhadores fabris, foram consideradas as referências empíricas sobre a fábrica e os operários, coletadas no acervo da Companhia Industrial São Joanense, que foi a primeira fábrica de tecidos criada em São João del-Rei.

O trabalho desenvolvido contou com a pesquisa em fontes diversas, selecionadas para o objetivo proposto. A documentação relativa à Companhia Industrial São Joanense pode ser classificada em dois tipos: um, que tem como prioridade a constituição e o posterior funcionamento da fábrica, e outro, que trata especificamente dos seus operários. Ambos foram produzidos, no entanto, pela própria administração da fábrica.³

³ Entre esses documentos foram utilizados estatutos, registros de aquisição de imóveis e concessão de terrenos, Livros de ponto, Fichas de admissão (1927-1932 e 1934), Registros de Operários (1935) e

A documentação que faz referência aos operários foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e pode ser analisada em momentos distintos. A primeira documentação examinada está num Livro de Ponto, que abrange o período compreendido entre 1897 a 1900. Desse registro, pode-se retirar dados como o nome do operário, o mês, o ano e ainda o total de dias trabalhados. Também, o salário e a observância de anotações que dizem respeito ao rendimento do trabalho desempenhado por esse operário.⁴

Nesse acervo, existem Fichas de Admissão, que foram organizadas em dois momentos: de 1927 a 1932 e em 1934. Nelas, podem ser observadas informações como o nome, data de admissão e nascimento, cidade em que nasceu, nome dos pais, estado civil, ocupação habitual, salário, endereço, férias e observações sobre os operários. Com as mesmas características, apresenta-se o Registro de Empregados. Essa fonte foi organizada no século XX, mais precisamente em 1935, em decorrência das leis sociais e trabalhistas.⁵

Tanto nas Fichas de Admissão, quanto nos Registros de Empregados, existe referência aos endereços dos trabalhadores, com raras indicações dos números das casas. Com essas informações, foi possível analisar os deslocamentos efetuados pelos trabalhadores entre o local de moradia e o de trabalho. Para auxiliar o trabalho de

entrevistas com ex-operários. Alguns documentos registram e confirmam a propriedade de algumas residências pertencentes à fábrica, tais como contratos de construção e relatório de despesas para reformas. Ao analisar essas fontes, não se pode deixar de destacar a preocupação da administração em cuidar de um acervo próprio, que pertence atualmente ao Patrimônio Histórico da Companhia Industrial São Joanense. Ele foi criado em 1991, ano em que foram realizadas as comemorações do centenário da fundação da fábrica.

⁴ Essa fonte cobre os dias trabalhados entre o mês de maio de 1898 até abril de 1900. Nesse intervalo de tempo, não existe referência aos meses de setembro de 1898 e maio/junho/julho de 1899, todos perdidos pela má conservação da fonte.

⁵ As fichas de 1935, ou seja, o Registro de Empregados, informam o nome, a filiação, a nacionalidade, data e lugar de nascimento, categoria ocupação habitual, salário. Forma de pagamento, data do registro, da dispensa e da admissão. Informa ainda as férias, o endereço, se sofreu algum acidente de trabalho e as observações sobre o operário.

identificação das residências dentro da cidade, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei disponibilizou um mapa, datado de 1915.⁶

Um outro corpo rico em fontes faz parte do Acervo da Companhia Industrial São Joanense. Na época das comemorações do centenário da fábrica, em 1991, foram concedidas à Moema Grazziotin Gonçalves (contratada pela fábrica para desempenhar essa função) diversas entrevistas com ex-operários. Como a utilização desses relatos foi autorizada pela administração da fábrica, foram selecionados cinco relatos em que os entrevistados são operários que trabalharam no período coberto pela pesquisa. Esses relatos abordam o tempo de emprego, a relação entre os colegas de trabalho e a administração, as mudanças de ocupações durante o tempo de serviço, a família, a introdução das leis trabalhistas, enfim, dão vida a algumas fichas de operários consultadas, auxiliando a compreensão do cotidiano desses trabalhadores.⁷

Claro que apenas a documentação disponível no Acervo da Companhia Industrial São Joanense não sustentaria a análise proposta, tornando-se necessário ampliar esse universo documental. Para tanto, foram coletadas informações na

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Mapa Topográfico de São João d'El Rei, 1915*. O Museu Regional da cidade – IPHAN, disponibilizou a pesquisa não publicada de Roberto Maldos, intitulada “Formação Urbana da Cidade de São João Del Rei”. Esse trabalho foi um importante instrumento, uma vez que indica os nomes das ruas existentes desde o início do século XIX, como também algumas alterações nos nomes de alguns logradouros.

⁷ As questões geradoras das entrevistas buscavam resgatar a função desempenhada pelo operário e a descrição dessa função no interior da fábrica. Dentro do processo de produção, interessou saber como era o funcionamento da seção em que o operário trabalhava, que eram os utensílios de seu trabalho (artesanal, nacional ou importado), qual era a matéria-prima utilizada e se gostava da função que exercia. Perguntas sobre a fachada, a importância da ferrovia e transformações tecnológicas também fizeram parte das entrevistas. Entre os entrevistados, o Sr. Francisco S’antana de Oliveira (Contramestre de Fiação, que entrou na fábrica com 12 anos, tendo permanecido 47 anos); o Sr. Antônio Tirado Lopes (Contador, entrou com 16 anos e trabalhou 49); a Sra. Raimunda Delasávia Jianoni (Tecelã, entrou com 11 anos e trabalhou 37); o Sr. José Francisco de Souza (Sala de Pano, entrou com 20 anos e trabalhou 50) e o Sr. Alberto Agostini (Carpinteiro, entrou com 23 anos e trabalhou 36). Infelizmente, não se pôde conhecê-los pessoalmente pois muitos deles já se encontram falecidos. As entrevistas se encontram em fitas cassetes, armazenadas no Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

Biblioteca Municipal Baptista Caetano, através da consulta em jornais da época, do recorte temporal estabelecido na pesquisa.⁸

A cidade de São João del-Rei, tão relevante para a província de Minas Gerais no passado, já foi objeto de estudo de muitos pesquisadores. Por isso mesmo, para compreender esse espaço dinâmico do século XIX e as condições oferecidas por essa cidade para que a instalação de uma fábrica fosse possível, buscou-se, na leitura de trabalhos já desenvolvidos por estes pesquisadores, as principais transformações ocorridas neste período.⁹

⁸ Entre os jornais consultados, destaca-se *A Pátria Mineira*, cujo redator chefe era um acionista da fábrica. Interessante salientar que a cidade de São João del-Rei foi a segunda localidade mineira que teve imprensa periódica. In: VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942. p.74.

⁹ Entre os trabalhos que serviram de referência para a análise da cidade de São João del-Rei, pode-se elencar: AGOSTINI, Alzenira da Silva. *O impacto da ferrovia na São João Del Rei oitocentista*. São João Del Rei: FUNREI, 1996 (Monografia de final de curso da Pós-Graduação em História de Minas do século XIX).; CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas Oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810-1844*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado).; GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O imigrante italiano em São João del-Rei (1888-1930)*. São João del-Rei: FUNREI, 1996 (Monografia de final de curso da Pós-Graduação em História de Minas do século XIX); GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del-Rei no século XIX". São João del-Rei, 2000; MARTINS, Ângela Magalhães. "Século XIX: Estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha" *Anais do V Seminário sobre economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990; PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. *A transição para o trabalho livre em São João del-Rei: aspectos econômicos, políticos e ideológicos*. São João del-Rei, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação em História de Minas do século XIX). Cabe ressaltar a importância do Curso de Pós-Graduação em História de Minas Gerais no século XIX, da UFSJ. Os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores dessa instituição foram de grande importância para conhecermos um pouco do passado da cidade. As pesquisas apresentam-se ricas em análises empíricas, tais como os jornais locais, a documentação do acervo do IPHAN e ainda, das fontes administrativas da cidade de São João del-Rei.

CAPÍTULO I

São João del-Rei e a Companhia Industrial São Joanense: relações entre a cidade e a criação da fábrica

1.1 O perfil urbano de São João del-Rei nos anos oitocentos

Nas Minas Gerais do século XIX, é incontestável a importância de São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, em meio a diversos outros núcleos urbanos também importantes para a província. Em fins da década de 1830, essa Vila contava com seis distritos: Carrancas, Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, São Francisco do Onça, São Miguel do Cajuru, Madre de Deus de Minas e Bom Jardim, além do território da Vila.¹⁰

Tornou-se cidade em 1838. Na primeira metade do século XIX, manteve uma participação direta no comércio com a Corte e, ainda, funcionou como sede do centro das exportações mineiras na região do Rio das Mortes, drenando a maior parte das exportações de subsistência para o Rio de Janeiro. Nesse período, o comércio foi o seu ponto forte, e as atividades a ele relacionadas podiam representar muito mais que

¹⁰ MARTINS, Ângela Magalhães. “Século XIX: Estrutura Ocupacional de São João del-Rei e Campanha”. *Anais do V Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p. 37. A elevação do arraial de São João em Vila se deu em 08 de dezembro de 1713. “O Arraial, dito de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, também conhecido como Arraial Novo, teve seu início com a descoberta das jazidas auríferas, onde hoje é conhecido como Alto das Mercês, por volta de 1704 (MALDOS, 1997, p. 4)”.

um espaço de luta pela sobrevivência. Constituíam, na realidade, o centro da vida social dos moradores de São João del-Rei.

As vendas e as casas de negócio de São João del-Rei continuaram a ser, no século XIX assim como nos setecentos, o espaço procurado não apenas para a aquisição de produtos necessários para a sobrevivência, mas também para lazer. Como um entreposto comercial, a vila centralizava o fluxo das mercadorias de diferentes regiões. Privilegiada por diferentes canais de escoamento, tais como a Estrada do Comércio, a Estrada da Polícia e o Caminho Novo, responsabilizava-se pela redistribuição dos produtos trazidos do Rio de Janeiro.¹¹

A Vila mantinha uma posição facilitada, uma vez que se situava,

“(...) em soberbo vale da Bacia do Rio das Mortes, por onde os acidentes do terreno, desde as margens do Rio Grande até a Mantiqueira nas proximidades da Borda, como assinalaram natural estrada entre grande parte de São Paulo e vasta região do Sudoeste de Minas até o Rio de Janeiro, alcançando o ‘caminho novo’”.¹²

Os viajantes que passaram por São João del-Rei ficavam vislumbrados com o aspecto dinâmico do local. As características dessa “cidade comercial” tinham sido destacadas por Spix e Martius que, ao visitá-la, não puderam deixar de enfatizar a presença das “lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu”.¹³ Tratava-se, portanto, de uma localidade caracterizada pela intensa comercialização. Contava com muitas casas de diversos gêneros do país e também de secos e molhados de grande importância.

¹¹ RESENDE, Edna Maria. *Os Homens Livres Urbanos e a construção da norma jurídica - São João del-Rei, 1840-1860*. São João del-Rei/FUNREI, 1996 (Monografia de final de curso da pós-graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX). p. 13. LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1987.

¹² VIEGAS, Augusto. *Noticias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

¹³ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. Belo Horizonte – Itatiaia, 1981. V.1

Conforme Augusto Viegas,

“(…) trinta carros de bois e outros tantos de burros, em média (...) pousavam diariamente no Tijuco, no Largo Tamandaré, na Prainha e ao longo da Praia (...), fazendo seu comércio em casas atacadistas de primeira ordem”.¹⁴

Aliás, a existência e utilização desses carros de bois configurando-se como presença marcante na cidade em todo o século XIX representava, na época, o dinâmico trânsito de mercadorias:

“Os que chegavam a tão próspero lugar eram surpreendidos pela ostensiva sonoridade causada pelo movimento dos carros, que funcionavam, propositalmente, sem qualquer lubrificação”.¹⁵

Na sociedade são-joanense é difícil separar e definir o que seria o urbano e o que seria o rural, uma vez que essas definições se perdem na realidade analisada, em que se verifica a existência de uma migração intensa e também o fato de que o “tecido urbano” se alastra em direção ao campo, preservando, quando muito “ilhas de ruralidade”.¹⁶

O “tradicional” muitas vezes se articula com o “moderno”, e a cidade se desenvolve de uma maneira desigual.¹⁷ Essa parece ser a conjuntura vivenciada durante o crescimento da Vila, que conviveu com essas características durante todo o século XIX. No início dos oitocentos, quando sua condição ainda era de Vila, São João del-Rei apresentava uma malha urbana definida e era considerada uma das principais vilas da

¹⁴ VIEGAS, 1942. p.110.

¹⁵ HORTA, Regina. “Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei – notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX”. *Varia Historia*, n. 17, mar/97, p.75.

¹⁶ AMARAL, Rita de Cássia. *Povo de Santo, Povo de Festa – Estudo antropológico sobre o estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1992.

¹⁷ AMARAL, Rita de Cássia. 1992. p. 31-35.

província mineira. O aspecto dinâmico dos seus arruamentos é destacado a partir de permanentes interferências da administração camarista, que aos poucos ia transformando seus traçados. Apesar do constante interesse do poder na organização do espaço urbano, este acabou seguindo rumos próprios, contando com as vontades e necessidades dos próprios moradores.¹⁸

A primeira metade do século XIX caracterizou-se por uma época em que vigoravam obras como o conserto de ruas, pontes, criação de novos chafarizes e edificações públicas. A Câmara Municipal era a condutora das obras, mas contava com o apoio de empréstimos e donativos de particulares. Mesmo assim, considerava-se que a Vila estava mal aparelhada para abarcar a dinâmica atividade comercial que a caracterizou nesse período.¹⁹ Quando se pensa no apoio da população à construção de obras públicas, sintomaticamente pondera-se que a arrecadação do município poderia ser insuficiente e que o dinamismo de seu comércio poderia ser bem menor do que se pensava, uma vez que essa iniciativa de capitais particulares acabava por indicar que a Câmara não possuía recursos suficientes.

Na parte central da Vila, residiam pessoas em caráter definitivo, ou seja, que tinham residências próprias, que moravam com a família e possuíam uma atividade profissional definida, além de participarem da vida social e política da comunidade. Já nas áreas mais afastadas desse eixo central, moravam as pessoas que se fixavam provisoriamente e que exerciam atividades temporárias. Entre elas, atividades

¹⁸ CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização – as Vilas Oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1840-1844*. Belo Horizonte – UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado). p. 94

¹⁹ CAMPOS, 1998 p. 100-103 e 117.

artesanais, como alfaiates, funileiros, caldeireiros, torneleiros, charuteiros, seleiros, sapateiros, mineiros, chapeleiros, relojoeiros, ourives, peões, jornaleiros, soldados.²⁰

A dinâmica atividade comercial atribuída a São João del-Rei pode ser verificada, também, pela expressiva posse de escravos, mão-de-obra essa que era vista como importante peça para o funcionamento das fazendas escravistas de alimentos da região. Na soma dos valores declarados em inventários *post-mortem* dos moradores da cidade e o número relevante desses trabalhadores, também aparece como indicador da prosperidade regional.²¹

Graça Filho observa que, no decorrer da segunda metade do século XIX, pode-se identificar uma crise econômica na década de 1860, mas que não representou uma decadência generalizada. E que os relatos locais apontam para uma decadência do centro da cidade em 1886, ressentindo-se da falta de numerário. Já em 1888, sete meses após a abolição da escravidão, o jornal “*A Verdade Política*” ressalta que muitos escravos se mantêm no trabalho da lavoura contratados por seus antigos senhores.

“O que se notou foi uma pequena diminuição no serviço, mas que ativou o movimento migratório suprimindo pelo número de operários a quantidade de produção”.²²

De acordo com o autor, os últimos anos do século XIX foram de grande expectativa para as atividades econômicas do município. O capital acumulado pelo

²⁰ CAMPOS, 1998. p. 93. Sobre as atividades artesanais citadas, ver RESENDE, 1996. p. 10

²¹ Sobre a economia oitocentista de São João del-Rei e da Região do Rio das Mortes no século XIX, pode-se destacar o estudo de GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del-Rei no século XIX”. São João del-Rei, 2000. Este artigo condensa partes de sua Tese de Doutorado – *A Princesa do Oeste – Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João Del Rei (1830-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Ao descartar a tese da decadência econômica nessa região, a prosperidade regional é apresentada na análise das conjunturas e flutuações econômicas vivenciadas nesse espaço.

²² GRAÇA FILHO, 2000.

comércio são-joanense nesse período possibilitou o surto de investimentos vivenciado pela cidade na época do Encilhamento (1890-1891).²³

“(...) fatores importantes incidiram no fluxo dos preços, como a melhoria nos transportes, o que permitiu a manutenção do nível dos preços dos produtos importados sempre abaixo dos produtos locais, visível desde 1870. Mas este momento se caracterizou pela perda da vitalidade da economia sanjoanense.”

Os produtos importados que já faziam parte do cotidiano da sociedade são-joanense começam a custar menos que os produtos locais. O comércio local começa a atravessar uma fase delicada caracterizada pela facilidade de importação de produtos, que cresce juntamente com o progresso vivenciado na cidade nos transportes.²⁴

A melhoria nos transportes deveu-se, em grande parte, à inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, iniciada em fins de 1878. Em 28 de agosto de 1881, fora concluída a estação da cidade com o trecho que vai de Sítio a São João. Foi no último quartel do século XIX, quando os trilhos de estradas de ferro se estendiam em outras direções dentro de Minas Gerais, que o anseio de progresso agitou mais fortemente a cidade.²⁵

1.2 Os impactos da ferrovia e dos imigrantes na vida da cidade

²³ GRAÇA FILHO, 2000. p. 25. Considera-se aqui, de acordo com a definição de OLIVEIRA, que “*Encilhamento é o nome dado ao período de intensa especulação na Bolsa de Valores, que começou na cidade do Rio de Janeiro nos últimos dias do Império, se estendeu a outros estados e começou a perder fôlego na primeira metade de 1891*”. In: OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. “Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira”. *Anais do VIII Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1995. p. 379.

²⁴ Para Graça Filho, a situação econômica da sociedade colonial mineira, especialmente São João del-Rei, era favorável na primeira metade do século XIX. A decadência econômica só veio a partir do início do século XX..

²⁵ VIEGAS, 1942, p. 118.

Devido a importância de São João del-Rei como entreposto comercial, fez-se necessário o estabelecimento da ligação entre os centros de produção e consumo. Esse empreendimento envolveu esforços e capitais oficiais e privados como garantias públicas e a formação de uma sociedade anônima. Dessa forma, a implantação da estrada de ferro foi promovida com o apoio de importantes casas comerciais, fazendeiros e subscrições abertas à população.²⁶

A chegada dos trilhos da via férrea em São João del-Rei também modificou os tipos de mercadorias que eram remetidas à cidade. Famílias que já haviam se enriquecido no período em que a cidade era importante “Praça Comercial”, poderiam agora, com a inauguração da ferrovia, contarem com a disponibilidade de produtos necessários aos novos hábitos de consumo.

“Há um desejo de refinamento cultural, intelectual, de hábitos, de costumes, que fariam desse centro urbano um local diferenciado do espaço rural, em que as pessoas podiam ter posses, mas não civilização”.²⁷

A idéia de progresso foi absorvida pela sociedade são-joanense, levada a participar economicamente da construção da estrada, por meio da compra de ações. À essa elite interessava o investimento, uma vez que seria ela uma das grandes favorecidas pelas vantagens oferecidas pela estrada.²⁸

Da necessidade do crescimento do comércio, da agricultura, bem como do escoamento de produtos, surge a idéia da implantação e criação da estrada de ferro em São João del-Rei. Com a intenção de solucionar os entraves da economia regional, seu

²⁶ AGOSTINI, Alzenira da Silva. *O impacto da ferrovia na São João del-Rei oitocentista*. São João del-Rei: FUNREI, 1996 (Monografia de final de curso da Pós-graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX).P. 7.

²⁷ HORTA, Regina, 1997. p. 77.

²⁸ AGOSTINI, 1996, p.16.

impacto sobre uma região caracterizada pelas tropas de burros foi evidente, apesar da verificação da ampla utilização dos carros de bois ainda em fins do século XIX.²⁹

A implantação da ferrovia surge como algo transformador, principalmente em uma cidade onde “o antigo e o novo se amalgamavam harmoniosamente em discursos que ressaltavam o progresso material e cultural da cidade, reforçando uma valorização dos signos de civilização”.³⁰

Com a ferrovia, tudo chegava mais rápido e muitas mudanças se operavam como: a valorização das terras próximas, o escoamento ágil da produção, o dinamismo no comércio, o surgimento de roupas próprias para a viagem nos guarda-roupas e a facilidade de transportes e de transportar-se. Também houve a chegada de numerosos operários na região, gerando um aumento demográfico pelo menos temporário, que acaba modificando o comportamento social e cultural no seio das famílias locais.

De acordo com o jornal “*O Arauto de Minas*”, depois da chegada da ferrovia, a população tornou-se mais íntima das máquinas de costura, das sociedades lotéricas, dos torradores de café, dos aparelhos de gás, dos dicionários da língua portuguesa, das drogas para curar doenças venéreas, das lojas de relojoarias, das bijuterias e das fotografias.³¹

Intensificou-se como um grande empório comercial que exigia uma nova infra-estrutura com escritórios de advocacia, restaurantes, colégios, companhias de seguro, mobiliários, cirurgiões-dentistas, oficinas de alfaiatarias e, principalmente, profissionais liberais.³²

²⁹ AGOSTINI, 1996, p.7.

³⁰ HORTA, 1997.p.74.

³¹ Jornal *O Arauto de Minas*, 05/03/1881.

³² AGOSTINI, 1996, p. 12.

A partir de 1888, novos personagens – os italianos – entraram em cena na cidade, apesar de nela se estabelecerem por um curto período inicial e logo depois retornarem à *urbe* são-joanense. Vieram de Bologna e Ferrara 61(sessenta e uma) famílias, num total de 172(cento e setenta e duas) pessoas, que seriam fixadas nas vizinhanças da cidade. Em 1888, foram iniciados os trabalhos para a construção de casas para acomodá-los. Devido à reduzida obtenção de recursos, foram adotadas soluções improvisadas para o alojamento dessa mão-de-obra. Decidiu-se pela construção de galpões e uma instalação no Largo do Carmo, logo denominada Hospedaria de Imigrantes.³³ Na hospedaria trabalhavam dois cozinheiros italianos e, entre as refeições que eram servidas, os imigrantes tinham o café da manhã às oito horas, o almoço às onze horas e o jantar às dezessete horas.³⁴

As inúmeras justificativas apresentadas pelos próprios colonos sobre os problemas ocorridos na Hospedaria de Imigrantes, as reclamações quanto à situação do núcleo colonial que demorava a estar disponível a essas famílias italianas e as reportagens sobre mendicância de estrangeiros indicam que a realidade enfrentada pelos imigrantes quando chegaram ao Brasil foi extremamente penosa.

Apesar desses problemas iniciais, a Colônia de São João del-Rei merece destaque por sua importância e seu pioneirismo, sendo uma das maiores colônias de origem italiana que existiu em Minas Gerais. Alguns imigrantes foram contratados por fazendeiros locais e os demais partiram para as terras destinadas ao Núcleo Colonial de São João del-Rei, que se dividiam em pequenas colônias, logo batizadas de “José Theodoro”, “Recondendo”, “Giarola”, “Bengo”, “Felizardo”. Quando chegavam nessas

³³ GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O Imigrante Italiano em São João Del Rei (1888-1930)*. São João Del Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da pós-graduação *Lato Sensu* em História de Minas do século XIX). p. 12

³⁴ OLIVEIRA, Jorge Silva de. *A imigração italiana e a família Carazza em São João del-Rei*. Governador Valadares: Gráfica Valadares, 2000.p.65.

colônias, os imigrantes recebiam um lote de terra. Durante cerca de um ano e meio, esses estrangeiros recebiam alimentos, instrumentos agrícolas e acomodações improvisadas até que construíssem suas casas.³⁵

“Até que suas terras se tornassem produtivas e a partir daí pudessem cuidar do seu próprio sustento, os colonos maiores de 12 anos tinham direito à seguinte ração diária”:

450 gramas de carne verde;
40 gramas de toucinho;
2 decilitros de arroz;
5 decilitros de fubá; 35 gramas de café;
80 gramas de açúcar branco;
200 gramas de pão.

Para as crianças entre 3 e 12 anos era fornecida meia ração diária. Para menores de 2 anos era fornecido leite.

As refeições eram servidas nos seguintes horários:
6 às 6:30 horas = café da manhã = café, açúcar e pão.
9:30 horas = almoço = carne, arroz, feijão e polenta.
4:30 horas = jantar = carne, arroz, feijão e polenta.

Drogas e medicamentos eram adquiridos pelo Governo, através de concorrência pública e distribuídos pela enfermaria do núcleo”.³⁶

Esperava-se que, com a doação dos lotes, os italianos pudessem suprir as demandas da agricultura local. As terras compradas para esse fim situavam-se à margem do Rio das Mortes e foram descritas pelas autoridades da época como próprias para o cultivo da pequena lavoura, vinha, trigo, fumo e cereais. Ambicionava-se que essa produção se destinasse ao consumo do município e localidades próximas.

Na realidade, a participação dos italianos nas atividades agrícolas ficou muito aquém das expectativas das autoridades são-joanenses. Era comum entre os

³⁵ GIAROLA, 1996. p.14

³⁶ OLIVEIRA, 2000. p.64.

italianos a prática de outras atividades paralelas, como fabricação de tijolos e telhas, venda de lenha, cal, carvão, garimpo e o beneficiamento de produtos como moinhos de fubá. Tudo leva a crer que um dos fatores da dispersão desses colonos foi sua não-vocação agrícola. Tanto que muitos passaram a se dedicar a ofícios que provavelmente já exerciam na Itália. Em 1889, o diretor do Núcleo Colonial de São João del-Rei afirmou para a *Gazeta Mineira* que se retiraram do núcleo 75 italianos, aproximadamente 20 famílias, alguns dos quais não eram agricultores e tampouco pretendiam arar o solo. Diziam-se artistas e “não podiam tirar proveito da lavoura”.³⁷

Esse fenômeno acaba por não atingir apenas a colônia de São João del-Rei. Em São Paulo, o historiador Sérgio Buarque de Holanda observa a inadequação dos imigrantes europeus aos projetos de imigração brasileira que aprovou a vinda de estrangeiros com o objetivo de suprir a demanda de trabalho inicial. No entanto, as constantes fugas de imigrantes para as áreas urbanas, bem como o prévio conhecimento que os mesmos tinham de ofícios urbanos como barbeiros, sapateiros, moleiros, alfaiates, entre outros, indicam que os mesmos eram indivíduos que já viviam em áreas urbanas em seus países de origem.³⁸

No caso específico de São João del-Rei, as soluções para os problemas foram buscadas em conjunto. Formaram, em 25/10/1891, a Sociedade Italiana do Mútuo Socorro *Fligi del Lavoro* (Filhos do Trabalho). A sede foi construída nas cercanias da fábrica de tecidos São Joanense. A *Fligi del Lavoro*, era uma sociedade benemérita, sem fins lucrativos, e destinava-se a prestar assistência aos italianos radicados na cidade. Os recursos eram obtidos através do pagamento de mensalidades dos associados e com a

³⁷ OLIVEIRA, 2000. p.67.

³⁸ GIAROLA, 1996. p. 32. Sobre a experiência nas colônias de parceria em São Paulo, ver MOURA, Denise. *Sergio Buarque de Holanda e seus mundos desvelados*.p.05.

realização de encontros sociais tais como leilões, corridas, campeonatos de tiro ao alvo e bailes.³⁹

A história da presença italiana se entrelaça com a de outros elementos que também compunham a sociedade são-joanense do mesmo período. O retrato das transformações ocorridas no decorrer do século XIX, em São João del-Rei aponta para um espaço que contava com inúmeros elementos novos que facilitariam a mão-de-obra necessária à montagem de um estabelecimento fabril. Além do espaço, o momento também era adequado, uma vez que contava com uma grande quantidade de mão-de-obra disponível desde o início do século. De acordo com Libby,

“(...) acreditamos que, com relação à Província de Minas, se acrescentaria mais um fator de estímulo à indústria fabril, ou seja, a relativa disponibilidade de mão-de-obra livre”.⁴⁰

Em Minas Gerais, os homens livres constituíram uma parcela significativa da sociedade. Acreditava-se que esse contingente de homens livres e pobres que residiam em São João del-Rei poderia tornar-se, mais tarde, na provável mão-de-obra aliciável ao trabalho na fábrica.

O fim do regime escravista no Brasil liberou um outro contingente de trabalhadores. Assim, a grande quantidade de livres, pobres e forros, aliados àqueles que obtiveram sua liberdade com a abolição e, ainda, o número significativo de imigrantes italianos vivendo na *urbe* tornaram-se um motivo de preocupação para a população são-joanense que não hesitou em publicar um texto num jornal republicano da época, em 1890, dizendo:

³⁹ OLIVEIRA, 2000. p. 56.

⁴⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.p.226

“Trabalho obrigatório

A intendência desta cidade com o muito louvável empenho de providenciar a respeito, acaba de se dirigir ao Dr. Chefe de polícia, consultando quaes (sic) os meios que podem ser empregados para coagir ao trabalho aos indivíduos desocupados.

Esses meios constam dos antigos códigos, criminal e de processo, e consistem nas advertências que devem fazer os inspetores de quarteirão, nos termos de bem viver a que são sujeitos os vadios, perante as autoridades policiaes (sic), e na imposição das penas comminadas nos casos de infração dos mencionados termos.

Seria conveniente simplificar e tornar mais expedito o processo para a imposição de taes (sic) termos, de maneira, porém que não fiquem expostos ao arbítrio de autoridades injustas ou caprichosas aos direitos individuais.

Outros meios que, além desses, podem ser empregados são os indirectos.

Consistem nos conselhos e esforços dos bons cidadãos, na repressão da mendicidade, no **estabelecimento de fábricas em que todos possam obter um emprego relativo às suas forças e propensões**, na liberdade e folga que devem encontrar a sociedade aqueles que ganham pelo trabalho.

Um lei obrigatória é sonho de muita gente.

Essa lei, porém sempre existiu - É A LEI DA NECESSIDADE.

Quando não existe a necessidade, desenganem-se, nem a própria lei do captivo (sic) é capaz de vencer a natural indolência de muita gente”.⁴¹

A cidade crescia, e com isso a população local precisaria determinar em que instâncias e espaços encontrariam a sua “identidade” perdida em meio a tantas inovações. O número de pessoas sem ocupação estava descaracterizando a cidade, e a população encontrou um meio de denunciar e oferecer alternativas de providências. As autoridades precisavam tomar uma atitude, mas a sugestão da criação de fábricas como

⁴¹ Jornal *A Pátria Mineira*. São João Del Rei, 03/04/1890, n.47, p. 3. Grifos meus.

um meio eficaz para um total aliciamento dessa mão-de-obra que estava sobrando nas ruas de São João del-Rei, incitava investimentos de particulares.

A criação da fábrica e seu posterior funcionamento merecem relevância no momento em que se compreende que seu desenvolvimento foi responsável pelo crescimento de uma área periférica em São João del-Rei que vai, com o passar dos anos, adquirindo importância principalmente no que se refere ao desenvolvimento industrial do local.

Assim, como a Companhia Industrial São Joanense, outros estabelecimentos fabris iam ganhando espaço na cidade. Os jornais apontavam, nas primeiras décadas do século XX, para um mercado competitivo que investia em propaganda e que atendeu aos novos apelos da população. Fábricas de cigarros, laticínios, gelo, fogos de artifício, manilhas, massas alimentícias e cervejarias disputavam nesses jornais o lugar de destaque para que o público pudesse ser atingido.⁴²

E esse dinamismo não se passava apenas pelos estabelecimentos fabris. A sociedade são-joanense contava ainda com um grande número de hotéis que além de oferecerem quartos, serviam almoços diariamente. Contava ainda com tipografias, ateliês de fotografias, além de seus moradores poderem comprar na própria cidade, bilhetes da Loteria da Capital Federal. Nesses mesmos jornais, vários eram os anúncios de casas comerciais com sede no Rio de Janeiro indicando a possibilidade de trânsito de são-joanenses na capital federal.

A vida social porém, não era menos repleta de eventos. Os jornais indicavam os horários dos trens, que já possibilitavam aos moradores da cidade viagens mais rápidas. Quando alguém importante da cidade viajava, esse fato logo era publicado

⁴² Os jornais consultados foram: *A Opinião* (1908/1909/1911/1912); *Reforma* (1913); *São João Del Rei* (1899).

em colunas como *Hóspedes e Viajantes*, que anunciavam também a chegada de visitantes ilustres.

O programa cultural mais divulgado era, sem dúvida, o Teatro. Além de peças teatrais muito esperadas, grupos de teatro como “Oeste de Minas”, “Afonso de Oliveira”, “Ismênia dos Santos” e “Soares de Medeiros” alegravam as noites são-joanenses no Teatro Municipal. Não só peças teatrais, como também exhibições de fitas cinematográficas, apresentadas tanto no “Teatro Municipal” quanto no “Cinema Avenida”. Sobre os eventos ocorridos no Teatro Municipal, local que exibia essas fitas às quintas-feiras e ainda em dois horários aos domingos, foram várias as reclamações de balbúrdia no recinto, onde o público reclamava também da ausência de autoridades policiais no estabelecimento.⁴³

Na cidade, também eram oferecidos vários tipos de tratamentos contra doenças que traziam mal-estar e que muitas vezes levavam à morte. O depoimento de pessoas que diziam ter sido curadas era uma estratégia amplamente utilizada para atrair consumidores. Nos anúncios dos jornais, cresceu o número de médicos, operadores, parteiros (o homem aqui representando uma ocupação que até então era basicamente desempenhada por mulheres), cirurgiões-dentistas e serviços de Raio X.

E, entre as transformações ocorridas em São João del-Rei em finais do século XIX, como a chegada dos imigrantes e a Ferrovia; a fundação da Companhia Industrial São Joanense destaca-se em meio a esse impulso modernizador vivenciado pela cidade e por seus moradores.

1.3 A constituição da Companhia Industrial São Joanense

⁴³ Jornal *A Opinião*. 05/05/1909.

A construção da Companhia Industrial São Joanense apresentou-se com características parecidas com as de outras fábricas do território de Minas Gerais. O caso mineiro aparece no contexto de industrialização como um exemplo da “descentralização da atividade industrial”, com um caráter de dispersão espacial em que predominavam:

“Pequenos estabelecimentos fabris, o que levaria Minas Gerais a possuir o maior número de empresas, em relação ao resto do país, no caso de alguns ramos como o têxtil”.⁴⁴

É interessante destacar que não existe um consenso entre os historiadores econômicos sobre o que deve ser considerado como data de fundação de uma fábrica. A dúvida reside se foi no dia em que decidiram a sua construção, ou aquele em que os recursos necessários passaram a estar disponíveis, ou ainda, a data em que a fábrica começou a operar. No caso de Minas Gerais do século XIX, o período entre a decisão de construir uma fábrica e o início de operação desta, variava de dois a cinco anos.⁴⁵

De acordo com o Livro Diário da Companhia Industrial São Joanense, tem-se a referência ao pagamento da compra dos terrenos, conforme escritura de 25 de fevereiro de 1891, em notas do tabelião Caetano Moreras. E assim se deu a constituição da Companhia Industrial São Joanense, na Chácara da Olaria, que pertencia a Antônio Euzébio da Paixão.⁴⁶ O local é um ponto interessante a ser analisado, uma vez que a própria denominação da antiga chácara – Chácara da Olaria – indica que ali já se desempenhava, anteriormente, uma atividade fabril.

Hardman e Leonardi, apoiando-se em Boris Fausto, afirmam que os estabelecimentos fabris mineiros desse período podem ser representados por dois

⁴⁴ HARDMAN & LEONARDI, 1982. p.127-128.

⁴⁵ OLIVEIRA, 1995. p. 178.

⁴⁶ LIVRO DIARIO - Nº 1, p. 02. Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

padrões de arquitetura: como a Britânica Manchesteriana, com a fachada de tijolinhos, ou a colonial brasileira, com fachada similar a de uma casa-grande de fazenda de café ou açúcar – na qual a fábrica São Joanense pode ser melhor inserida.⁴⁷

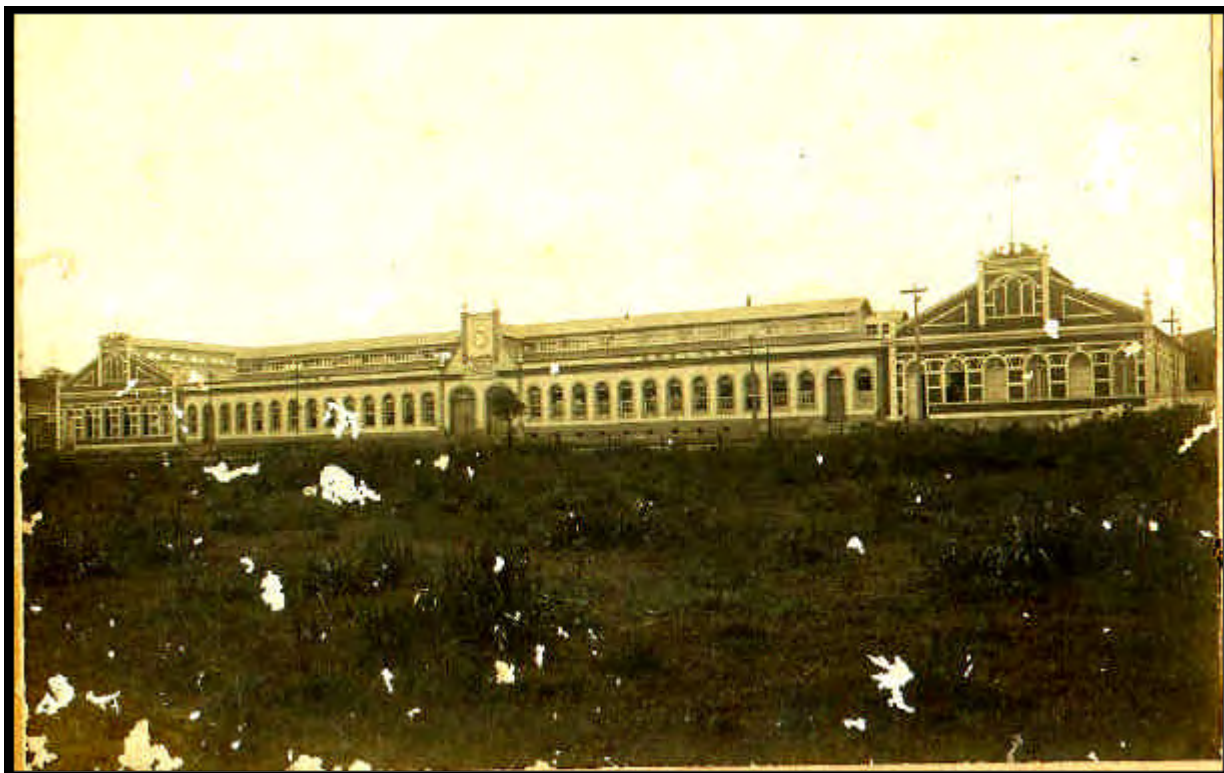
A fotografia que se segue retrata a fábrica em sua arquitetura original. O que se percebe, num primeiro momento, é que a fábrica se encontra inserida em um terreno amplo, com muita área verde. A fotografia tenta demonstrar que a fábrica não se tratava de um edifício comum diante de sua grandiosidade. E o momento em que foi realizada a fotografia provavelmente, foi minuciosamente escolhido. Nenhum trabalhador se encontrava fora do edifício da fábrica. O grande número de janelas é que, na verdade, serviam de contato e ao mesmo tempo de separação entre o “mundo do trabalho” e o “lado de fora”.

Com os dizeres “Fiação” e “Tecelagem”, á sua frente pode-se ver o esboço de uma rua sem calçamento, com uma árvore plantada justamente à frente dos portões principais.

O terreno em que foi construída possuía um lugar estratégico na cidade de São João del-Rei. Primeiramente, considerando-se a facilidade de escoamento da futura produção e também da chegada da matéria-prima, uma vez que contava com o pleno funcionamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, razão pela qual fora criado um desvio em direção à fábrica, que era utilizado para fazer chegar ao seu interior a matéria-prima e lenha para a caldeira.⁴⁸

⁴⁷ HARDMAN & LEONARDI, 1982, p.133-134.

⁴⁸ DIAS, José Carlos. “Companhia Industrial São Joanense”. *Revista do IHG – São João Del Rei*. São João Del Rei: IHG – São João Del Rei. V. 9, 2000.p. 52,



Fachada da Companhia Industrial São Joanense. Esse é o registro fotográfico mais antigo da fábrica, que foi doado por um ex-operário.

(FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense. *Fotografias avulsas*. [s.d])

A referência ao trem que entrava na fábrica por um desvio criado para tal é observada em alguns relatos de ex-operários. A maioria desses trabalhadores, pelo fato de terem sido admitidos quando ainda eram crianças, conseguiam estabelecer apenas algumas observações sobre informações que haviam sido repetidas pelos mais velhos durante os anos de trabalho na fábrica. O Sr. Chiquinho, quando perguntado pela função do trenzinho, narra a travessia:

O trenzinho, ele descia lá perto do bezerrão, às vezes com 7 ou 8 feixes de lenha, para depois subir e trazer lenha para a caldeira. Então ele tomava velocidade e entrava ali onde é o Cipriano, subia ali afora. Alguns maquinistas tinham medo e tremiam quando subiam ali, porque se saísse do trilho, tinha um acidente. Tinha também o carregamento do algodão, a descarga feita no pátio. Então era um tempo que era tudo mais difícil.

Trazer lenhas e algodão (isso foi pouco lembrado), o carregar e o descarregar do trem faziam parte de atividades cotidianas dos operários da fábrica, como afirma o Sr. José Francisco de Souza:

O trezinho trabalhou no desvio. Ele entrava lá dentro da fábrica para descarregar lenha. Algodão eu não tenho lembrança de ter descarregado lá não, mas lenha, eu digo, porque eu ajudei a descarregar muita lenha.

Cabe ressaltar, que a construção de fábricas em uma fazenda era prática usual em Minas Gerais e resultava da necessidade de construí-la perto de quedas d'água, mas que não correspondeu à realidade analisada. A Companhia Industrial São Joanense foi construída em uma área afastada do centro da cidade, correspondendo a um local estratégico dentro da urbe.

Sobre a Companhia Industrial São Joanense tem-se poucas informações, traduzidas apenas em seus estatutos que foram reproduzidos no *Minas Gerais*, do dia 25 de fevereiro de 1891, e impressos pela Tipografia Gazeta Mineira apenas em 1893 e uma breve referência em Viegas.⁴⁹ Pouco se sabe sobre a formação dessa fábrica.⁵⁰

Constituída de acordo com as leis especiais das sociedades anônimas e com sede na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, a Companhia Industrial São Joanense foi formada por 71 sócios.⁵¹ Entre seus fins primordiais, fundar, custear e explorar uma fábrica de tecidos de algodão, podendo no futuro, fabricar outros materiais têxteis, caso estes conviessem. Previa também a possibilidade de seus sócios tomarem a iniciativa para edificar residências para seus empregados, se houvesse vantagem para a

⁴⁹ VIEGAS, 1942.

⁵⁰ OLIVEIRA, 1995. As referências existentes sobre a Companhia Industrial São Joanense são encontradas nas páginas 377,379 e 390.

⁵¹ ESTATUTOS DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. Tipografia da Gazeta Mineira, 1893.

Companhia. Enfim, a sociedade anônima poderia adquirir, por compra, terrenos, propriedades, máquinas e materiais, tudo para o crescimento do investimento inicial da fábrica.

Ao longo do tempo, a Companhia realmente ampliou o seu território. Em 22/10/1891, comprou de Samuel Rodrigues da Rocha e de Presciliana Maria da Conceição:

“(...) um terreno situado no lugar (sic) denominado = Fonte do Canal = onde existe um alicerce de pedras, cujo terreno louvemos por concessão feita pela extinta (sic) Câmara Municipal desta Cidade, como consta da certidão em nosso poder, e divide-se pelo lado da frente com o alinhamento da nova estrada que vem da rua das Forras; pelo fundo com a estrada velha que do Canal segue para o Chicum baz (sic), e pelo lado de cima com um muro de pedras do terreno que foi dos herdeiros do falecido (sic) Comendador Antônio José Dias Bastos e hoje pertencente a Fábrica de Tecidos São Joanense (...)”⁵²

No dia 30 de outubro do mesmo ano, o presidente da Companhia, Antônio Xavier de Almeida, fez o requerimento de concessão de um terreno que se achava entre a fábrica e a Chácara do Dr. Júlio César de Queiroz Guimarães para a construção de casas ou dependências da fábrica. A companhia conseguiu a concessão desde que ficasse “(...) o impetrante obrigado a pagar o aforamento da lei e a edificar dentro de anno (sic) e dia, sob pena de, não a fazendo, cobrir *ipso facto em commiso*”(sic).⁵³

Em 1896, foram feitas duas novas negociações. A primeira, de 27/02/1896, que fazia o seguinte pedido:

⁵² *Escritura de Compra e Venda de Samuel Rodrigues da Rocha e Presciliana Maria da Conceição. 22/10/1891. Acervo da Companhia Industrial São Joanense.*

⁵³ Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

“Da Directoria (sic) da Companhia Industrial São Joanense, de que é presidente o doutor Antônio Xavier de Almeida, pedindo para fechar um caminho que existe nos fundos da fábrica de tecidos, obrigando-se a Companhia a abrir uma rua espaçosa na frente do edifício que ella está construindo em terrenos de sua propriedade.”⁵⁴

A outra negociação dizia respeito a um contrato de arrendamento de um terreno da Companhia pelo Sr. Alexandre Barreto do Amaral, “situado à margem segunda da Estrada de Ferro Oeste de Minas”. Foram três as condições para firmar o contrato:

1ª O arrendamento é por quatro annos (sic), sendo dous (sic) annos (sic) sem indenização e os outros dous (sic) a cincoenta mil réis por anno (sic).

2ª A Companhia poderá fazer tapumes nos fundos das propriedades em que moram os seus operários, bem como edificar outras casas e (...) nos mesmos terrenos.

3ª O Senhor Alexandre Barreto do Amaral obriga-se a cercar os terrenos com arame farpado e estacas de candeia, e collocar (sic) uma boa porteira, entregando tudo isto em perfeito estado, no fim do prazo do arrendamento, sem direito a indennização (sic) alguma.⁵⁵

Essas ampliações dos terrenos acabavam por fortalecer a sociedade, demonstrando que seus acionistas acreditavam no sucesso do empreendimento. Tanto que o tempo previsto para a duração da sociedade que constituiria a Companhia seria de quarenta annos, prazo esse que poderia ser prorrogado ou mesmo a sociedade dissolver-se, desde que qualquer uma dessas iniciativas fosse deliberada pela assembléia geral dos acionistas, assim como casos previstos por lei.

⁵⁴ *Idem Ibidem.*

⁵⁵ *Idem Ibidem.*

O capital da Companhia foi de 200:000\$000, dividido em 1.000 ações de duzentos mil réis cada uma, total que poderia ser aumentado quando a assembléia julgasse conveniente. Os acionistas deveriam realizar o pagamento em prestações. A cada cinco ações, o acionista teria direito a um voto na mesa da assembléia geral, mas ninguém poderia ter mais de quarenta votos.

A fábrica mineira não era apenas um empreendimento familiar, mas de um grupo de pessoas que vivia no local onde a fábrica seria construída. Conseqüentemente, os recursos advinham das atividades econômicas da própria região.⁵⁶ Os nomes dos sócios, na parte final dos estatutos, sugerem essa realidade. Apesar da existência de parentes – irmãos, pais e filhos –, são identificados sobrenomes diversos, demonstrando poucas relações de parentesco. Havia também representantes do comércio que utilizavam nas ações, os nomes das suas casas comerciais.⁵⁷

Entre as 32 (trinta e duas) fábricas instaladas em Minas Gerais no período que corresponde aos anos de 1872⁵⁸ a 1900, a Companhia Industrial São Joanense aparece com 100 (cem) teares. Apenas 11 (onze) dessas fábricas tinham capital superior ao dela e somente 6 tinham o número de teares correspondente ou maior.⁵⁹

⁵⁶ OLIVEIRA, 1995. p. 180.

⁵⁷ Nomes de casas comerciais como: M. Ancelmo & Companhia; Castro, Rocha & Companhia; Banco Popular de Minas; Manoel Rodrigues Trindade & Companhia; Maria Porcina Filha & Irmã. ESTATUTOS DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE.

⁵⁸ A Fábrica de Tecidos Machadense não foi incluída neste arrolamento. Organizada em 1871 e inaugurada em 1875, esta fábrica foi destacada por COSTA pelo pioneirismo da iniciativa no que se refere à localização, tecnologia e organização jurídica. A autora acaba por reivindicar o ato pioneiro na constituição da primeira sociedade anônima (funcionando assim de 1871 a 1876) para empreendimentos de porte. Também um local onde surgiu a primeira fábrica de tecidos a vapor. As fontes utilizadas são jornais e compêndios da época, além dos documentos dos administradores da fábrica e depoimentos. Observa, dessa forma que, apesar da iniciativa privada, a fábrica contou com ajuda do governo. Assim, com pouco dinheiro e apoio político, conseguiu-se importar equipamento moderno e constituir uma sociedade anônima. In: COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989.

⁵⁹ VAZ, Álysson Mascarenhas. *A Indústria Têxtil em Minas Gerais: o papel da Família Mascarenhas. 1872/1972*. Belo Horizonte, 1976. (mimeo). O autor aponta um capital de 300:000\$000 para a São

Entre seus acionistas, temos o destaque para dois padres: o padre João Batista de Castro e o padre João Batista do Sacramento. Levando em consideração a ação preponderante da Igreja Católica no interior mineiro, a presença e participação do vigário local visavam, provavelmente, a dar maior respeitabilidade ao empreendimento.⁶⁰ Pode-se também interpretar a presença constante dos padres que geralmente assumiam não só o controle religioso nas cidades, como também assumiam papéis na vida política e social dos pequenos municípios.

Pelos estatutos, fica claro que toda convocação da assembléia seria feita por anúncios publicados pela imprensa, com o prazo de 45 dias de antecedência, conforme constatamos num jornal:

Companhia Industrial São Joanense

Achando-se subscripto (*sic*) todo o capital desta companhia, são convidados os srs acionistas a realizarem (*sic*) a primeira prestação de 30% ou 60\$000 por ação, até o dia 15 de Janeiro próximo futuro.

As entradas se farão nesta cidade, no Banco Popular de Minas e no Rio de Janeiro na agência do mesmo Banco à rua de S. Pedro n. 54.

O incorporador.

DR ANTÔNIO DA COSTA RODRIGUES.⁶¹

À diretoria da fábrica, com a duração de mandato de quatro anos, eram atribuídos a administração dos negócios, as operações de crédito, as atitudes referentes aos empregados e, ainda, o tratamento com os poderes públicos. Essa diretoria deveria escolher o presidente, o secretário e o gerente, assim como qual dos três exerceria as funções de tesoureiro. Não poderiam exercer conjuntamente o cargo de diretor: pai e

Joanense, número que não corresponde com a informação dada pelos seus Estatutos, que seria de 200:000\$000.

⁶⁰ OLIVEIRA, 1995, p. 181.

⁶¹ Jornal *A Pátria Mineira*. São João Del Rei, 25/12/1890. n° 85. p. 3. Esta informação é repetida em 1°/01/1891, n° 86.

filho, sogro e genro, irmãos e sócios da mesma firma. O conselho fiscal era composto de três membros efetivos e três suplentes e exerceria um mandato gratuito.

A compra de máquinas a vapor, tecelagem e de acessórios foi feita em junho de 1891 e, em novembro do mesmo ano, foi efetuado o primeiro pagamento ao tecelão inglês George Edward Tates. Ele foi contratado para montar e instruir sobre o funcionamento das máquinas, à razão de uma Libra Esterlina por dia.⁶² A presença do tecelão inglês e o manejo dessas máquinas importadas são lembrados por seus ex-operários. Segundo o Sr. Alberto Agostini:

Era tudo importada [sic] e me davam as máquinas para fazer conserto e modelo. A tecelagem veio da Inglaterra, mas já veio velha. Eu até reformei muito tear que veio de lá, que tinha uma peça comprida que faz assim para tecer o pano. Então tinha também um inglês chamado Jorge, por sinal bem velho, e na fiação tinha máquinas de 1907, 1911, 1913 (ex-Carpinteiro).

A compra de máquinas foi efetuada pela fábrica ao negociar com Bernardo Mascarenhas, investidor pioneiro da indústria têxtil em Minas Gerais. Considerado o grande colaborador no processo de construção da fábrica, era o empreiteiro, pessoa de reconhecida experiência em instalação de projetos. A contratação de especialistas era importante, pois orientavam a construção dos edifícios, a compra do maquinário e, em muitos casos, o tipo de tecido de algodão a ser fabricado que mais se ajustava aos mercados locais.⁶³

No “Livro Diário da Companhia Industrial São Joanense”, tem-se a referência ao pagamento da compra dos maquinismos para a tecelagem, constando de 40 (quarenta) teares, motor e transmissão para 60 (sessenta) ditos. Ainda a compra dos

⁶² As informações aqui descritas fazem parte do panfleto comemorativo do centenário da companhia: TECENDO A HISTÓRIA DA COMPANHIA TÊXTIL SÃO JOANENSE: 1891/1991. São João del-Rei, 1991. A pesquisa foi elaborada por Moema Grazzition Gonçalves.

⁶³ DIAS, 2000. p. 55.

mesmos completos para a preparação, planta do edifício e mais, pelo preço da fábrica e pela remuneração de seu trabalho.⁶⁴

Mascarenhas que era proprietário de importantes fábricas em Minas Gerais, era também um ilustre conhecedor do maquinário industrial. Ao instalar uma fábrica de tecidos na fazenda onde nascera, seguiu para os Estados Unidos, onde permaneceu um ano e meio e adquiriu 18 (dezoito) teares da firma Linger Hood & Cia. Com essa maquinaria, deu início à história da indústria têxtil em Minas Gerais.⁶⁵

Bernardo Mascarenhas se tornou logo depois, membro do conselho de administração.⁶⁶ Aliás, a família Mascarenhas parecia estar presente em outros setores da Companhia Industrial São Joanense: o nome de Dario Diniz Mascarenhas aparece no conselho fiscal. Era casado com Maria, então neta de Bernardo Mascarenhas.⁶⁷ Essa “*Dinastia de Tecelões*”, representada por suas sucessivas gerações no setor têxtil, parece extrapolar os domínios e limites das propriedades da própria família.⁶⁸ Giroletti,⁶⁹ ao partir do estudo das fábricas pertencentes à Família Mascarenhas, considera que existia uma generalização da estratégia empresarial adotada e também semelhanças das características físicas do parque industrial mineiro.

Com a fábrica organizada no setor administrativo, inicia-se a organização do processo produtivo. A primeira aquisição de matéria-prima para a futura produção em

⁶⁴ LIVRO DIÁRIO nº 01, p. 02. In: Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

⁶⁵ ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Volume 9. São Paulo, Rio de Janeiro, 1976. P. 66-B.

⁶⁶ DIAS, 2000. p. 55.

⁶⁷ MASCARENHAS, Décio Magalhães(coord.). *Genealogia da Família Mascarenhas. 1824-1989*. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 1990. Edição Particular. p. 39.

⁶⁸ A denominação “Dinastia dos Tecelões” é dada por Paulo Tamm em: __, *Uma Dinastia de Tecelões*. 2ª Ed., Belo Horizonte, 1960”.

⁶⁹ GIROLETTI, 1991. p.7-22.

junho de 1891, foi fardos de fios de algodão, “tintos e crus”, que foram importados da Inglaterra.⁷⁰

De acordo com o relato do Sr. Chiquinho,

Naquele tempo tinha os plantadores de algodão aqui nessa Minas Gerais. Assim que plantavam colhiam sacos e colhia com os caroços, traziam e vendiam para a fábrica e a fábrica tinha o descaroador. E também para o nosso consumo, ele comprava desses roceiros aqui dessas beiradas, colhia 10 quilos de algodão, aí a fábrica comprava, ia juntando e descaroadava.
(ex-Contramestre de Fiação)

O algodão era encaminhado para o descaroador, no qual sofria a separação das grossas impurezas como o caroço. As cascas e os caroços eram utilizados na caldeira. O produto, propriamente dito, seguia para a lavagem e tingimento e, em seguida, colocavam-no ao sol para a secagem. Após essa etapa, começava o processo de fiação. O resultado seria o fio cru ou colorido.⁷¹

A primeira produção de tecidos da Companhia foi constatada em dezembro de 1892, como também a primeira venda desses tecidos. O escoamento da produção na indústria nessa época, era feito através do transporte ferroviário. A mercadoria era entregue para o balanceiro e ficava sob responsabilidade da estação.⁷²

O século XX apresentou-se para a Companhia Industrial São Joanense como um período cheio de mudanças. Em 1908, a companhia já passava por transformações positivas em seus investimentos. Em 25 de abril de 1909, foi convocada pelo Jornal “A Opinião”, uma Assembléia para tratar do aumento do capital e da reforma dos Estatutos. Nesta reunião, que aconteceu dia 07 de maio do referido ano ficou deliberado que

⁷⁰ TECENDO A HISTÓRIA DA COMPANHIA TÊXTIL SÃO JOANENSE: 1891/1991. São João del-Rei, 1991.

⁷¹ *Idem Ibidem.*

⁷² *Idem Ibidem.*

fossem aumentados mais quarenta teares que seriam destinados a um crescimento na produção, assim como a possibilidade do aumento do edifício da fábrica para comportar mais máquinas e trabalhadores.⁷³

Em primeiro lugar, entre essas mudanças, destacam-se as alterações no quadro acionário que transformaram a “forma de poder” instituída na Companhia. A fábrica que fora instalada em 1891, pelo Dr. Antônio da Costa Rodrigues e outros 70 acionistas, passou por algumas modificações:

“A ‘Companhia Industrial São Joanense’, que passando, em 1906, a outra empresa (sic) e à direção de José do Nascimento Teixeira e Afonso Dale e em 1919, a ‘Fábrica de Tecidos Esperança’, hoje ‘Cia Têxtil São Joanense’”..

A maior autonomia produtiva na fábrica foi conquistada com o fim da importação da matéria-prima, uma vez que no começo do século XX houve a ampliação das instalações fabris. Dessa forma, um dos elementos de mudanças foi a criação de novos setores. Entre eles, a Fiação e a Tinturaria, além da ampliação da área já existente na Tecelagem. Ainda, no final da década de 1920, fora instalado o setor de Fundição.

Criava-se, entretanto, uma nova etapa do funcionamento da Companhia, consolidando-se não só como um ambiente inserido na produção. Na verdade, o que ocorreu foi uma extensão de novos setores que abriam na fábrica um leque maior de ocupações em seu interior, diversificando o seu operariado diante das novas categorias ocupacionais necessárias ao seu funcionamento. Considera-se, pois, que essa ampliação foi o principal fator de mudanças no corpo operário.

A Companhia Industrial São Joanense se desenvolveu em meio a essas transformações. O indivíduo que ali fosse trabalhar encontraria um ambiente novo, com

⁷³ Jornal *A Opinião*. Propriedade de Euclides Machado e C. 25/04/1908 e 07/05/1908.

novas relações de trabalho agora fabris, condizentes ao ritmo acelerado dos novos tempos. Quem era o operário da Companhia? Quais seriam as relações estabelecidas entre patrões e operários? Onde residiam esses trabalhadores? Como esses operários representam o tempo de trabalho? Enfim, de que maneira a experiência analisada em São João del-Rei se aproxima ou se afasta de outras realidades já estudadas em outras pesquisas? Estas, tornam-se questões desenvolvidas nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO II

A estrutura ocupacional, a disciplina industrial e a permanência na Companhia Industrial São Joanense.

“A sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem, uma nova racionalidade”, escreve Perrot (2001) em sua análise sobre os operários franceses. A instauração e o funcionamento de uma fábrica, demanda, por um lado, a introdução de uma nova racionalidade do trabalho com a criação de novas regras do jogo e novas disciplinas. Por outro, requer o emprego de tecnologias e de novos hábitos e/ou modos de gerenciar os negócios.⁷⁴ O aprendizado da racionalidade industrial acontecia, muitas vezes, no desenrolar do próprio processo produtivo.

Para pensar em uma sociedade industrial é necessária a percepção de como se dão as modificações nas noções de tempo e a introdução de uma nova forma de viver. Com a implantação de uma indústria, novos hábitos de trabalho se formam e cria-se uma nova disciplina do tempo tanto na divisão do trabalho, quanto na vigilância do mesmo.

Era precisamente nas indústrias – nas fábricas têxteis e nas oficinas mecânicas – que a nova disciplina do tempo se impunha mais rigorosamente, uma vez que, para o patrão, o controle sobre as horas e a respectiva produção se apresentava como uma necessidade. As próprias máquinas significaram sempre a disciplina nos trabalhos. O rigor com que as máquinas deveriam ser manipuladas acabava por deixar pouco tempo

⁷⁴ PERROT, 2001. p. 53,

para qualquer “desvio do olhar” do empregado. Mas para que o simples acender dos motores a vapor, todas as segundas-feiras, às seis horas da manhã, pudesse significar uma estratégia de disciplina inserida no hábito da industrialização regular e contínua, muita resistência por parte dos operários precisou ser vencida.⁷⁵

2.1 A organização do processo produtivo e a hierarquia de trabalho na Companhia Industrial São Joanense

Uma das formas de manutenção da ordem e da racionalidade no sistema fabril diz respeito à organização do processo produtivo. Para se compreender como este se apresentava em uma fábrica têxtil, deve-se identificar as seções responsáveis tanto pela produção quanto pela manutenção das ferramentas de trabalho. Fiação, Tecelagem, Urdume, Tinturaria e Preparação são as seções necessárias para o funcionamento da produção em uma fábrica do porte da São Joanense. Essa fábrica contava, na década de 1930, com a ampliação de suas seções que além da Tecelagem e da Preparação, já existentes, ainda foram criados novos setores tais como: a Fiação e a Tinturaria.⁷⁶

A Fiação compreendia desde o descaroçamento do algodão até a confecção do fio. Esse processo pode ser dividido em duas etapas, quais sejam: a preparação para a fiação e o processo de fiação propriamente dito. No primeiro momento, na preparação para a fiação, os trabalhadores adultos eram a mão-de-obra preponderante. Aqui, exigia-se qualificação, uma vez que o operário deveria saber como lidar com as máquinas. Já na segunda etapa, ou seja, no processo de fiação, utilizava-se amplamente o trabalho de menores e de um pequeno número de operárias adultas.

⁷⁵ THOMPSON, 1979. p. 278.

⁷⁶ A descrição de como eram, em geral, essas seções, pode ser encontrada em GIROLETTI (1991), em seu estudo sobre a organização do processo produtivo nas fábricas do Norte e Centro de Minas Gerais.

Logo após, os fios produzidos passavam pelo Urdume. Nessa seção, tinha a preparação para a Tecelagem, onde acontecia o processo de recepção do fio que veio da Fiação até a entrega dos rolos de Urdidos, sendo, dessa forma, o local onde os fios eram organizados para serem usados diretamente nos teares. Dessa seção, os rolos passam para a Tecelagem, onde ocorria a recepção dos rolos urdidos até a entrega de panos para a preparação organizada na Sala de Pano, em que as mulheres eram a maioria da mão-de-obra. Os homens, pelo menos um em cada seção, desempenhavam funções técnicas, de chefia ou de auxiliares. Da atuação dessa seção dependia a qualidade e a quantidade dos panos produzidos.

Somente em algumas fábricas de Minas Gerais existia a seção de Tinturaria, que era intermediária entre a Fiação e o Urdume. Considerada uma unidade de acabamento era desempenhada apenas por trabalhadores do sexo masculino. E, por fim, a seção de Preparação, na qual ocorria a recepção dos panos dos teares até a entrega destes e onde se fazia o controle de qualidade do produto. De acordo com o Sr. Tirado (ex-contramestre de fiação), é nessa seção que funcionava o serviço da Sala de Pano, que recebia toda a produção. Também funcionava a Seção de Acabamento, onde ocorria a expedição de mercadorias e de onde saíam para a venda.

A Fundição era uma seção peculiar na fábrica. Nela trabalhavam operários do sexo masculino. Na Companhia Industrial São Joanense, essa seção ampliava seu foco de atuação e fazia serviços para particulares. Mesmo assim, essa abertura não foi capaz de garantir o seu funcionamento. Segundo o Sr. Agostini (ex-carpinteiro), ela deixou de funcionar por falta de serviço, pois se tratava de um investimento alto, principalmente em se tratando da quantidade de lenha necessária, pois, *“para acender (a caldeira) tem que pôr bastante fogo. Para pouca coisa dá prejuízo”*, afirma o ex-

carpinteiro da fábrica. O número reduzido de serviços acabou por determinar a extinção desse setor.

Para que as seções existentes na fábrica fossem melhor analisadas, foram separadas e nelas agrupadas as ocupações existentes em cada uma delas. A relação que se segue na Tabela I apresenta tanto aquelas necessárias aos serviços internos quanto também aos externos como: Ferraria, Carpintaria, Obras, Escritório, Limpeza, Portaria e Oficina.⁷⁷ Observam-se, do mesmo modo, as ocupações existentes nas seções em que se dividia a fábrica:

TABELA I
CATEGORIAS OCUPACIONAIS DAS SEÇÕES DA COMPANHIA
INDUSTRIAL SÃO JOANENSE
1927-1932/1934/1935

SEÇÃO	ATIVIDADES EM 1927-1932	ATIVIDADES EM 1934	ATIVIDADES EM 1935
FIAÇÃO	Batedores Bobina Contramestre de Fiação Engomador de fios Fiação Carretéis Meadas Meadas e Carretéis Meadeiras Retorcedeira	Bobinadeiras Bobina Fiação Retorcedeira Massaroqueira Espulas	Contramestre de Fiação Engomador de fios Fiação Retorcedeira Ajudante de engomador Retorcedeira Secagem do Algodão

⁷⁷ Dos serviços externos identificados na CISJ, três foram analisados por GIROLETTI (1991) em *Fábrica, Convento e Disciplina*, quais sejam, a Ferraria, a Carpintaria e a Portaria.

	Ajudante de engomador Massaroqueira Espulas Encarregado de Espulas		
URDUME	Urdideira Dobação	Dobação	Urdideira Encarregado de Dobação Dobação Dobação – carregava espúlios
TECELAGEM	Ajudante de Tecelagem Contramestre de Tecelagem Mestre de Tecelagem Tear de Cobertor Teares Tecelagem do Algodão Tecelã/Tecelão Tecelagem	Ajudante de Tecelagem Tecelã/Tecelão Tecelagem	Mestre de Tecelagem Contramestre de Tecelagem Ajudante de Contramestre Ajudante de Tecelagem Tecelão/Tecelã
TINTURARIA	Tinturaria	Tinturaria	Encarregado de Tinturaria Tinturaria
PREPARAÇÃO	Acabamento Deburação de cobertores Preparador de pano Remessa Remeteção Sala de Pano	Remessa Sala de pano Ajudante do engomador	Encarregado da Sala de Pano Acabamento de Cobertores Deburação de Cobertores Engomador de Pano Sala de Pano

			Remessa
PORTARIA	Rondante	Rondante	Rondante
FERRARIA	Ferreiro	-	Ferreiro
CARPINTARIA	Carpinteiro Carapina Auxiliar de Carapina	-	Carpinteiro Ajudante de Carpinteiro
OFICINA	Cordas (auto) Cordas Combustível Eletricista Mecânico Oficina	-	Mecânico
LIMPEZA	Limpeza Geral Limpeza de Fachada Limpeza	-	Limpeza Geral Limpeza e Lenha Limpeza de Privadas
ESCRITÓRIO	Mestre Geral Contramestre Geral Almoxarife Escritório Auxiliar de escritório Guarda Livros	Almoxarife Contador	Mestre Geral Almoxarife Contador
FUNDIÇÃO	Caldeira Fundição Pavieiro	-	Foguista
OBRAS	Pedreiro	Pedreiro Servente de Pedreiro	Pedreiro Servente de Pedreiro

FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense, Fichas de Admissão 1927-1932; 1934 e Registro de Operários, 1935.

A colocação de operários em seções separadas acaba por indicar a primeira forma utilizada pelos industriais para estabelecer uma racionalidade fabril em seus estabelecimentos. Além de melhor organizar o processo produtivo, os operários poderiam ser inspecionados mais facilmente em áreas já estabelecidas da produção, facilitando a manutenção da disciplina.

Através das informações fornecidas pelos itens *profissão ou categorias ocupacionais*, encontrados nos registros de operários, observa-se que duas questões podem ser salientadas sobre a atividade que esses operários desempenhavam: uma referente às diferenças entre as denominações dadas a elas nos três períodos identificados nos registros (1927-32, 1934 e 1935) e outra sobre a existência de um grande número de operários trabalhando em oficinas anexas e que não faziam parte do processo fabril propriamente dito.

No período compreendido entre os anos de 1927 a 1932, têm-se as descrições de 55 (cinquenta e cinco) categorias ocupacionais diferentes, sendo que apenas em duas fichas não constam as atividades desempenhadas pelos trabalhadores.⁷⁸ Em 1934, o número de descrições diminui, totalizando 21 (vinte e uma) ocupações; porém, torna-se necessário destacar que o número reduzido de operários, assim como o de ocupações encontradas nesse registro, é reduzido justamente por representar apenas uma amostra de fichas diante do fato de muitas não se encontrarem mais na fábrica. Nas fichas de 1935, ocorre um pequeno acréscimo encontrando-se 37 (trinta e sete) ocupações. O que modifica, na verdade, é que nesses três períodos em que são elaborados esses registros, a tendência é citar mais a denominação geral da seção a que o operário pertence, não especificando, muitas vezes, a atividade por ele desempenhada.

⁷⁸ Ver Tabela II.

TABELA II
PROPORÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES POR SEXO – 1927-1932; 1934 E 1935

PERÍODO	FIAÇÃO						TECELAGEM						PRODUÇÃO*						OUTROS**					
	1927/32		1934		1935		1927/32		1934		1935		1927/32		1934		1935		1927/32		1934		1935	
MULHERES	102	69	76	51	42	36	123	90	44	69	95	86	29	54	33	69	56	71	05	16	0	0	02	11
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%
HOMENS	46	31	72	49	73	63	13	10	08	31	15	14	25	46	15	31	23	29	26	84	1	100	16	89
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%
TOTAL	148	100	148	100	115	100	136	100	52	100	110	100	54	100	48	100	79	100	31	100	1	100	18	100
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%

FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense, Fichas de Admissão 1927-1932 e 1934 e Registro de Operários, 1935.

*Consideram-se aqui as atividades que fazem parte das outras seções em que se dividiu a fábrica, quais sejam, o Urdume, a Tinturaria, a Fundição e a Preparação. Também foram arroladas as atividades de chefia de cada seção.

**Consideram-se aqui as atividades que fazem parte dos serviços externos à fábrica, tais como a Oficina, a Carpintaria, a Ferraria, o Escritório, a Limpeza e a seção de Obras.

Observação: Para o período 1927-32, duas fichas encontram-se sem informações. Para os registros de 1935, além das onze desaparecidas, quatro estão sem a descrição da ocupação.

Diante das informações obtidas pela Tabela II, pode-se constatar que existe uma divisão relativamente rígida entre as ocupações masculinas e femininas. Apesar das mulheres serem quantitativamente superiores, suas possibilidades de mobilidade espacial eram menores que as dos homens.

Por outro lado, o crescimento verificado nos três momentos analisados sobre o número de operários do sexo masculino, em comparação com o universo feminino, é explicado justamente pela incorporação de novas seções a partir do século XX. Essas seções, tais como a Tinturaria e a Fiação, além de ampliarem o rol de serviços externos, foram as grandes responsáveis pela diminuição da diferença do número de operários entre os sexos, já que grande parte dos serviços eram desempenhados apenas por homens.

Comparando-se os dados obtidos no período compreendido entre os anos de 1927/1932, 1934 e 1935, constata-se que o número de atividades que eram ocupadas tanto por homens quanto por mulheres é pequeno. Na verdade, existe diante do variado rol de ocupações existentes, um número muito maior de atividades que eram desempenhadas apenas por um ou outro representante dos gêneros. Dentro do processo produtivo, somente as seções de Fiação e Tecelagem continham um número relevante de operários de ambos os sexos.

Na maioria dos casos, os homens ocupavam as atividades de chefia. Algumas exceções, no entanto, destacam-se. Em apenas um caso, a atividade de Encarregada era desempenhada por uma mulher. Por outro lado, a Limpeza, apesar de ser exercida por representantes dos dois sexos, aos homens cabia geralmente o recolhimento de lenha do pátio, enquanto as mulheres ficavam com a limpeza do interior da fábrica.

Os serviços externos ao processo produtivo, tais como a Carpintaria, a Ferraria, a Portaria e a Oficina eram geralmente desempenhados pelos homens. No Escritório, por exemplo, apenas uma mulher aparecia como auxiliar.

Ao longo da coleta de dados, observa-se que essa documentação sofre interferências no preenchimento dos dados. Na data da elaboração da ficha, ela é preenchida e, com o passar do tempo, os dados relativos à atividade e ao salário são em alguns casos, riscados e substituídos por outros. Esse fato sugere que os operários constantemente mudavam de ocupação, evidenciando a possibilidade de mobilidade na hierarquia do trabalho. Isso pode ser verificado em alguns relatos de ex-operários da fábrica:

É, eu varria escritório, depois eu fui para a Fiação. Lá na Fiação eu fui subindo (Sr. Chiquinho).

Como eu já disse, eu entrei como encarregado da Sala de Pano e ajudante de escritório. Agora, na continuação, eu fui guarda livros durante muito tempo e também fui gerente (Sr. Tirado).

Mas então eu trabalhei ali [no passador] até eu criar mais idade, depois eu fui para Leosona. Trabalhei ali bastante tempo e depois fui para a Tecelagem (Dona Raimunda).

Só no meu currículo, quando eu entrei, fui para a Sala de Pano, expedição, cheguei a ser contramestre. Depois, eu fui trabalhar na Fiação. Depois, saí da Fiação e fui tomar conta dos motores. (...) Depois, saí dos Motores, fui para o Almoxarifado, trabalhei muitos anos. Depois, quando o Sr. Pedro Paulo veio prá cá, ele criou um departamento e eu fui ser encarregado de compras, onde fiquei até sair da fábrica (Sr. José Francisco).

Eu entrei como carpinteiro. (...) É, serviço geral, fazia modelo de peças de máquinas, quando desgastava, quebrava. Trabalhei na fábrica inteira, desde o telhado, fazer pavilhão novo (Sr. Alberto Agostini).

Era transportador de espula, linha, por exemplo, da fiação para a bobinadeira e retornava com as espulas vazias para a fiação. O primeiro serviço. Depois daquilo ali, passei a tarde fazendo malote. (...) Depois, o Sr. Chiquinho disse: “você vai ficar aqui na Fiação”. Lá, também, no princípio, eu não tinha setor, onde faltava gente eu estava. Depois então, eu iniciei como amarrador de cordas, porque naquele tempo as máquinas eram de veneta. Às vezes você nem lembra como era aquilo, você tinha que amarrar as cordas. (...) Depois, eu passei para arreador. Arreador era só para arrear a máquina, tomar conta. Depois, passei para lubrificador. Depois de lubrificador, passei então a tomar conta do departamento pessoal da fiação, só do filatório (Sr. Antônio Palharini).

Esses relatos abrem um leque diversificado sobre o universo da produção na Companhia Industrial São Joanense. A mobilidade espacial na fábrica, além de representar o dinamismo na produção, possibilita a diversificação do aprendizado e do saber dos operários. Saber esse, que era aprendido no próprio espaço de produção. Esses relatos indicam que, naquele período, o aprendizado industrial se fazia no local de trabalho sinalizando a ausência de escolas técnicas. A fábrica é a própria escola. Essas são características do momento inicial da industrialização no Brasil. Quanto mais um operário transitava por diferentes seções, mais ele tinha uma visão do funcionamento da fábrica, de suas mudanças e complexidades, dos problemas enfrentados em cada seção.

A possibilidade de mobilidade no interior da fábrica era também imposta pela idade do operário. O caso de Dona Raimunda, relatado na introdução desse trabalho e nos relatos acima, ilustra a realidade que deve ter sido vivenciada por muitos operários da fábrica: a admissão quando ainda eram crianças. A idade é que, muitas vezes, estipulava a

seção e a ocupação que o operário desempenharia no interior na fábrica. De acordo com essa ex-tecelã,

Eu não alcançava as máquinas. (...) Eu tive que trabalhar no passador. (...) E eu fui para o passador porque lá trabalhava sentada. (...) Não existe passador assim agora. (...) Na época, eu vou te falar, punha um rolo atrás, vira o rolo assim, passava por cima no pente, a gente ficava sentada do lado de dentro e a passadeira pro lado de fora. Aí passava fio por fio, no liso, sabe, a gente tirava o fio assim e dava a passadeira. Ela tinha uma agulha, enfiava num buraquinho, assim enfiava a agulha e ela ia pegando o fio puxando, fio por fio. (...) Aí, sabe, depois passava no pente, a gente tinha que segurar a linha, segurar bem a linha lá na frente e ia tirando o fio assim, ia passando no pente. (...) É tudo com muito sacrifício. Antigamente sentava num banquinho pro lado de dentro e a passadeira pro lado de fora e a gente tinha que tirar fio por fio e dava pra ela. Ela enfiava a agulha, mas era rápido mesmo. A gente tinha que ser esperta, dar o fio para ela puxar e lá a gente segurava e ela ia puxando e passando fio por fio no pente. Hoje é remetiva, antigamente era passador.

A adaptação ao trabalho infantil na fábrica surgiu para os menores como uma necessidade no momento em que o seu salário serviria para complementar a renda familiar. A descrição da atividade que Dona Raimunda desempenhou quando tinha ainda nove anos apresenta-se como uma lembrança dolorosa de uma época em que a criança trocava seu tempo de brincar por um tempo de responsabilidade, obediência, disciplina e atenção.

O tempo de trabalho na fábrica abria as portas para que essa mobilidade espacial ocorresse também pela confiança conquistada pelos anos de dedicação à Companhia Industrial São Joanense. E esse foi o caso do Sr. Tirado que chegou a ser gerente da fábrica. Assim, o bom desempenho no trabalho aliado à obediência e à adaptação à disciplina imposta em cada seção, seria capaz de abrir caminhos para uma

“promoção” de cargo. Para se manter no trabalho, o operário deveria, muitas vezes, conjugar o saber e a lealdade.

Para que a ordem do trabalho industrial se efetivasse de fato na fábrica, além da divisão em seções, fazia-se necessária a presença de algumas pessoas responsáveis pelos cargos de chefia. Entre os que geralmente definiam a hierarquia entre os trabalhadores e acompanhavam a organização racional da produção fabril, pode-se destacar quatro cargos – Mestre, Contramestre, Encarregado e Ajudante. A organização material da produção determinava as funções que o operário deveria realizar e que seriam definidas por seção e tipo de máquina.

O Mestre podia ser considerado o “chefe”, ou seja, o técnico responsável por toda uma seção específica. Ou, ainda, podia desempenhar a função de Mestre Geral, responsabilizando-se por todo o setor produtivo da fábrica. O Contramestre tinha a condição de superior hierárquico, uma vez que sua posição decorria de sua competência profissional, pelo conhecimento mais completo do *métier*. Sua função se aliava tanto ao conhecimento das tarefas de fabricação do produto quanto ao funcionamento da máquina, cuja manutenção estaria a seu encargo. Ele estava no ápice do sistema da hierarquia operária, quer do ponto de vista do conhecimento do *métier*, quer do ponto de vista da autoridade e do salário. Os Encarregados eram os responsáveis por etapas parciais do processo geral das seções ou da coordenação dos serviços auxiliares.⁷⁹

Enfim, destacava-se também a presença do Ajudante, uma categoria intermediária usada apenas nas seções em que predominavam tarefas que exigiam uma certa habilidade técnica. Este se diferenciava do profissional – aqui considerado como o

⁷⁹ PEREIRA, Vera Maria Cândido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 71 e 76.

operário a quem o ajudante auxiliava – porque ainda não dominava os conhecimentos específicos da função desempenhada. Seu aprendizado se dava na prática. Não era qualificado pela empresa – hierarquicamente e a níveis salariais – como o profissional, mas exatamente como aprendiz ou ajudante.⁸⁰

O exame sobre como se efetuava a divisão e a organização da produção no interior das fábricas têxteis, aliado à descrição das atividades de chefia que seriam responsáveis por manter a hierarquia do trabalho e a ordem no interior da fábrica, serve de suporte para que se possa compreender como se efetuou o processo de disciplinarização na Companhia Industrial São Joanense, e também para se perceber as possibilidades de análise que o exemplo dessa fábrica pode trazer à compreensão da organização do trabalho fabril do período estudado.

2.2 A organização e a disciplina do trabalho na Companhia Industrial São Joanense no século XIX

Segundo Stein (1979), pode-se considerar que a análise das primeiras fábricas de tecidos de algodão estaria incompleta sem uma referência a como os contemporâneos julgavam a capacidade de adaptação dos trabalhadores às ocupações industriais. Com raras e marcantes exceções, continua o autor, os primeiros cinquenta anos da indústria têxtil deram motivos para que fosse louvada a capacidade de adaptação da força de trabalho ao emprego industrial.⁸¹

⁸⁰ PEREIRA, 1979. p. 71.

⁸¹ STEIN, 1979. p. 72.

Com uma outra perspectiva, Giroletti (1991) admite que a adaptação ao trabalho fabril não foi tão fácil assim. No processo de formação dos trabalhadores, os estímulos com gratificações ou punições, que resultavam em cobranças de multas, davam a idéia de que, além da competência no desempenho profissional, deveria ser inculcado nos trabalhadores o zelo pelo patrimônio da fábrica e também que deveriam resguardar a sociedade fabril, conservando e respeitando os equipamentos e a propriedade criada pelos industriais. A fábrica, juntamente com outras “agências”, seria a responsável por inculcar essa nova disciplina, qual seja, a industrial.⁸²

A busca de respostas sobre esses aspectos partiu de uma lacuna nos estudos sobre São João del-Rei em fins do século XIX, no que toca à organização do trabalho na cidade, principalmente quando este adquire mais uma vertente que coincidentemente se dá com o fim do trabalho escravo e com a criação das primeiras fábricas.

O Sr. Tirado, um antigo contador da fábrica e que nela trabalhou durante 49 anos de sua vida, afirma que “quando a fábrica foi fundada, vieram técnicos da Inglaterra. Foram eles que instalaram a fábrica, fiação e tudo mais. Ela começou com a fiação apenas e não havia eletricidade.”⁸³

A ausência da energia elétrica em São João del-Rei começou a ser sanada apenas em 1900 quando “o patriótico arrôjo de Antônio Gonçalves Coelho, aproveitando a Cachoeira do Carandaí, dotou a cidade de uma instalação elétrica com o potencial de 1.030 KW”. Até então, “a povoação, que em 1900 se iluminava ainda a querosene, teve longas noites de extenso passado alumizadas à luz frouxa dos candeeiros de azeite”.⁸⁴

⁸² GIROLETTI, 1991. p.59 -133.

⁸³ Relato do Sr. Antônio Tirado Lopes, Contador da Companhia Industrial São Joanense.

⁸⁴ VIEGAS, 1942. pp. 98-99.

Na verdade, a Fiação não foi a primeira seção instalada na fábrica. Nos primórdios de seu funcionamento, a Companhia Industrial São Joanense contava com a existência de uma única seção, da Tecelagem. Para o funcionamento da fábrica, a primeira aquisição de matéria-prima para a produção, feita em junho de 1906, foram fardos de algodão “tintos e crus”, que foram importados da Inglaterra, assim como as máquinas a vapor, tecelagem e os acessórios necessários. A primeira produção ocorreu dezoito meses depois.⁸⁵

A procura de indícios que pudessem demonstrar como se efetuava a relação de trabalho existente nesse momento inicial acabou por resultar no encontro de apenas um Livro de Ponto, que cobre os anos de 1897 a 1900, com poucas descrições que puderam apenas incitar especulações.

Foram arrolados os nomes de 100 (cem) operários, trabalhando nos quatro anos em que essa documentação cobre, e a descrição de cada nome que permite a determinação do gênero. Dessa forma, constatou-se que, desse total, 21% se constituía de homens, enquanto a grande maioria, 79%, era composta por mulheres. O número de operários que trabalhavam em cada ano sofre variações durante o período analisado por essa documentação, conforme se pode observar na Tabela III:

TABELA III
NÚMERO DE OPERÁRIOS ARROLADOS EM UM ANO, DE
ACORDO COM O SEXO – 1897-1900

ANO	1897		1898*		1899**		1900***	
MULHERES	37	86%	39	85%	50	86,2%	52	80%

⁸⁵ TECENDO A HISTÓRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE – 1891/1991. São João del-Rei, 1991.

HOMENS	06	14%	07	15%	08	13,8%	13	20%
TOTAL	43	100%	46	100%	58	100%	65	100%

FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense. Folha de Ponto, 1897-1900.

*Não existe referência sobre o mês de setembro.

**Não existem referências sobre os meses de maio, junho e julho.

***Somente referências sobre os meses de janeiro, fevereiro e março.

Observa-se que, em alguns anos, o número de operários do sexo masculino sofre um pequeno acréscimo, mas a presença de mulheres na fábrica continua a ser relevante. A predominância do trabalho feminino nas indústrias têxteis, que por várias vezes foi destacada pelos pesquisadores, incita a observação de um universo que se apresentava peculiar.

Pelas informações fornecidas pela documentação relativa aos anos de 1897 a 1900, o número de meses que puderam ser analisados totaliza 29 (vinte e nove). Diante da análise dos dados referentes à frequência ao trabalho, observa-se que o tempo médio trabalhado por esses operários era de 11,7 meses. Esse número pode indicar, por um lado, uma certa adequação ao trabalho fabril, uma vez que representa uma permanência relevante no espaço da fábrica. Por outro lado, esse fato não serve para caracterizar esse tempo de serviço homogêneo a todos, uma vez que existe uma grande disparidade entre o número de meses trabalhados por esses operários.

O mesmo acontece com a soma dos dias trabalhados em um mês. Os dados apontam para uma certa regularidade do trabalho fabril. Nos anos cobertos pela documentação, a média é de cerca de 20 (vinte) dias trabalhados. Mas, na verdade, o que se verifica é que o número desses dias trabalhados vai aumentando no decorrer dos anos

quando se analisa cada mês e, também, que alguns operários eram mais assíduos que outros.

Um dado que chama a atenção é a constatação de 113 (cento e treze) ocorrências que demonstram um total de 0 (zero) dia trabalhado em um mês. Esses casos ocorriam tanto para um mesmo operário quanto para os outros em tempos alternados. Desses 100 (cem) operários, 5 (cinco) foram arrolados na Folha de Ponto como não indo trabalhar um dia sequer.

Constata-se 42 (quarenta e dois) operários para os quais não foram observadas “faltas” que totalizavam um mês e, em seus registros, pode-se encontrar algumas singularidades. Em 37 (trinta e sete) desses casos, os operários não chegavam a seis meses de serviço. Dos 5 (cinco) restantes, a presença de 3 (três) homens permite suscitar que estes poderiam ser operários que estavam ocupados em atividades externas ao processo produtivo. Dois deles, como os operários Carlos Raposo e Bernardino Cordeiro, trabalharam todo o período coberto pela Folha de Ponto.

O Sr. Bernardino, apontado na memória social do grupo como o “primeiro funcionário cadastrado da Companhia Industrial São Joanense”, é lembrado por seus colegas e identificado pela documentação como tal. Nesses relatos, é indicada a referência de que a função que ele desempenhava dentro da fábrica era a de porteiro. Nas entrevistas coletadas com os ex-operários da Companhia Industrial São Joanense, e também nas Fichas de Admissão e nos Registros de Operários, existe a referência do Sr. Bernardino Cordeiro como o operário mais antigo.

A observação de um número considerável de operários que ficava sem trabalhar alguns meses em seu período de serviço, aponta para uma série de questões. Com o correspondente a 43% dessa mão-de-obra, essas faltas ocorriam com operários que, no

geral, estavam trabalhando há um bom tempo na fábrica. Nos 13 casos que correspondem a um período curto de trabalho (até seis meses), verifica-se que ocorrem, principalmente, no início ou no fim do período trabalhado. Assim, especula-se que esses dados podem indicar que o trabalhador não se adaptou ao trabalho fabril. Por outro lado, pode também indicar que a desistência do trabalho pode não ter sido justificada e, por isso mesmo, o nome do operário ainda constar na Folha de Ponto, como se a fábrica estivesse à espera do retorno desse operário.

Em 8 (oito) casos, o primeiro mês corresponde a essa ausência de dias trabalhados. Essa constatação pode indicar que talvez seja o período em que esses operários iniciavam suas atividades como aprendizes. Ao mesmo tempo, a observância de outros indícios aponta para uma outra questão. Em 5 (cinco) desses casos, o mês indicado como o do início do trabalho é “julho de 1898”, mês esse que para qualquer dos operários arrolados não existe dados sobre os dias trabalhados. Nesse período, têm-se 31 (trinta e um) operários trabalhando na Companhia, exceto o Sr. Carlos Raposo e o Sr. Bernardino Cordeiro, para todos os outros também não existem dados sobre os dias trabalhados.

Algumas especulações podem ser elaboradas diante desse fato. A primeira delas pode indicar um período de carência de matéria-prima. Como a Companhia dependia da importação de fios para produzir, é bem provável que a falta de materiais obrigasse à parada da produção e, dessa forma, a dispensa dos trabalhadores por um certo período. Tanto que, em alguns dias, os operários saíam da fábrica sem completar seu dia de trabalho. São utilizados, na maioria dos totais, complementos como $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$, $\frac{3}{4}$, sugerindo os dias em que os operários não trabalhavam o tempo inteiro. Essa maneira de contar o tempo trabalhado foi utilizada durante muito tempo. De acordo com o Sr. Chiquinho,

Hoje marca horas trabalhadas pelo cartão de ponto, 8, 10 horas etc. naquele tempo, era um quadrinho, você trabalhou $\frac{1}{4}$ do dia, era um risquinho no livro, que era o Sr. Tirado que marcava. Trabalhou meio-dia, puxava uma perninha, ficava igual um L. Trabalhava $\frac{3}{4}$ do dia, levantava a perninha. Trabalhou o dia todo, fechava. Depois veio, se trabalhasse mais $\frac{1}{4}$ do dia, dava um risquinho no meio (ex-Contramestre de Fiação).

Em alguns casos, muitos desses operários passavam um período de dois, três ou até seis meses sem comparecer ao trabalho e, logo depois, retornavam. Para esse fato, pode-se especular casos como doenças tanto do próprio operário quanto também de algum membro da família, servindo de justificativa para algumas dessas faltas.

Todos esses indícios apontam, por um lado, para uma elevada rotatividade de mão-de-obra. Por outro, pode-se especular que talvez na fábrica poderia ter faltado matéria-prima para produzir nos períodos sem comparecimento ao trabalho. No entanto, as limitações dessa documentação permitem apenas a observação de que se trata de um período de adaptação, tanto à organização da produção quanto também à organização do trabalho aqui inserido na introdução da disciplina do trabalho.

Em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, o período de adaptação ao serviço contínuo fabril pode ser também verificado. Nesse período, era comum o trabalhador de origem rural deixar de ir ao trabalho em tempo de plantio e de colheita. O contexto agrícola geral também deve ser enfatizado no momento em que se observa que os trabalhadores rurais das protoindústrias não abandonavam por completo a agricultura ou a criação. Com o desenrolar do século, junto com o escasseamento e notável encarecimento da mão-de-obra cativa, processava-se uma proletarização parcial de determinadas parcelas do campesinato. Para o autor:

“protoindustrialização pode ser definida como a produção em grande escala de bens industriais destinados a mercados distantes, baseada em mão-de-obra barata e camponesa.”⁸⁶

A análise da assiduidade ao trabalho e como este era organizado no século XIX nos parece ainda obscura para esses primeiros anos de funcionamento da Companhia Industrial São Joanense. Falta-nos, para uma análise mais elaborada, a denominação das categorias ocupacionais desses trabalhadores. Apesar dessa limitação, algumas observações feitas nesse registro podem suscitar especulações.

A Tecelagem, pelo que pode ser observado, englobava nesse primeiro momento, algumas ocupações que depois fariam parte da Fiação e do Urdume. O grande número da palavra “*Meadas*”, por exemplo, faz crer que a maioria dos trabalhadores arrolados na folha estava envolvida diretamente no processo produtivo. Aliadas também às descrições como “*Linhas de Algodão*”, “*Urdideira*”, “*Thear*”, “*Canelas*” e “*Pano*”, essas informações ganham sentido no momento em que se constata que todas essas informações foram atribuídas às mulheres, exceto um “*Thear*”, identificado para um homem.

As descrições “*Lenha*” e “*Caneleira*” aparecem relacionadas tanto com o trabalho feminino quanto com o masculino, enquanto “*Meadeira*” é uma atividade estritamente feminina. Em um caso, a operária é designada pela palavra “*Aprendiz*”, assim como em outro a designação é “*Nova*”. Nesses dois exemplos, justificou-se que “*Nada*” fora produzido por essas operárias no mês indicado.

A ordem e a disciplina impostas nesse universo produtivo podem também ser mais bem analisadas nessa documentação. Os outros dados encontrados nesses itens indicaram a severidade a que estavam submetidos esses trabalhadores. Palavras como

⁸⁶ LIBBY, Douglas Cole. “Historiografia e a formação social escravista mineira”. In: *Revista Acervo*. Rio De Janeiro: Arquivo Nacional. V.3, n. 1, p. 7-20, jan.jun., 1988.

“*Multa*” e “*Desconta (...) dias*” são utilizadas com frequência, abrangendo tanto homens quanto mulheres. As multas vêm acompanhadas, em algumas vezes, pelas descrições do motivo: “*uma peça de máquina quebrada*”, “*paga 800 g de fio*”, “*desconto por cortar urdume*”, “*pano com defeito*”, “*multa-thear*”, “*um vidro*” e “*fio na latrina*”.

Essas justificativas acabam por nos mostrar que os operários tinham descontados em seus salários todos os desvios contra a ordem do processo produtivo da fábrica, tanto no processo da produção quanto na falta de zelo pelo patrimônio da fábrica. Por outro lado, a palavra “*Gratificação*” aparece apenas duas vezes relacionada a um mesmo trabalhador.

Os dados encontrados na documentação se aproximam mais de uma experiência do trabalho de “disciplinarização” dos trabalhadores por parte dos industriais mineiros no século XIX, já analisado na obra de Giroletti (1991). Esse período é caracterizado por uma escassez de mão-de-obra especializada e por um amplo controle dos empresários sobre os meios necessários à vida dos trabalhadores. Cabia a esses industriais fazerem uma obra “civilizadora”, na qual deveriam empregar trabalhadores e transformá-los em operários industriais.⁸⁷

O esforço dos industriais para realizarem esse trabalho de “disciplinarização” pode ser observado na análise do controle, por eles exercido, das atividades desempenhadas por seus trabalhadores. Apesar das limitações do Livro de Ponto, pode-se concordar que a fábrica seria a matriz de novas relações sociais e de novos valores, que tentava a todo custo produzir, além de mercadorias, um tipo especial de indivíduo que deveria ser dócil e útil. Isso indica a existência de relações paternalistas nesse período inicial do trabalho na fábrica.

⁸⁷ GIROLETTI, 1991.

Mas essa docilidade não caracterizaria, na verdade, a aceitação à disciplina fabril. A verificação de uma não permanência ao trabalho na fábrica, tanto por faltas constantes quanto por desistência do emprego, pode indicar uma maneira de esses trabalhadores resistirem à disciplina imposta.

Nas Fichas de Operários e nos Registros de Empregados existe um espaço reservado à fotografia do trabalhador. Muitas dessas fotografias não se encontram mais no acervo da fábrica, pois foram retiradas do documento, provavelmente pelos descendentes do próprio operário. Mas, ao analisar as que existem, observa-se que grande é o número de operários com traços característicos de descendentes africanos. Essa constatação, apesar de representar uma imagem dos anos 1920 e 1930, podem indicar que o trabalho na Companhia Industrial São Joanense seria um dos recursos dos ex-escravos para se recolocarem no mundo do trabalho. O ranço da escravidão pode ser um caminho a ser analisado. A possibilidade de escolha garantia aos trabalhadores a liberdade de escolher ou não o trabalho, relação intrínseca à aceitação da disciplina imposta.

2.3 A permanência no trabalho fabril

Imaginar que São João del-Rei teria as condições necessárias para o estabelecimento de uma fábrica, aponta para além da obtenção dos recursos disponíveis para os investimentos dos acionistas no empreendimento, também para a oferta de mão-de-obra disponível. Quando se começa a analisar os primeiros trinta anos do século XX, consegue-se obter um número maior de indícios sobre a composição desses trabalhadores. A relação estabelecida entre operários e o desempenho de suas funções dentro da unidade fabril será o pólo norteador desta análise. Para tal, foram conjugados os dados coletados nas

fichas dos operários com os discursos dos industriais sobre o trabalho fabril também encontrados nesses registros.

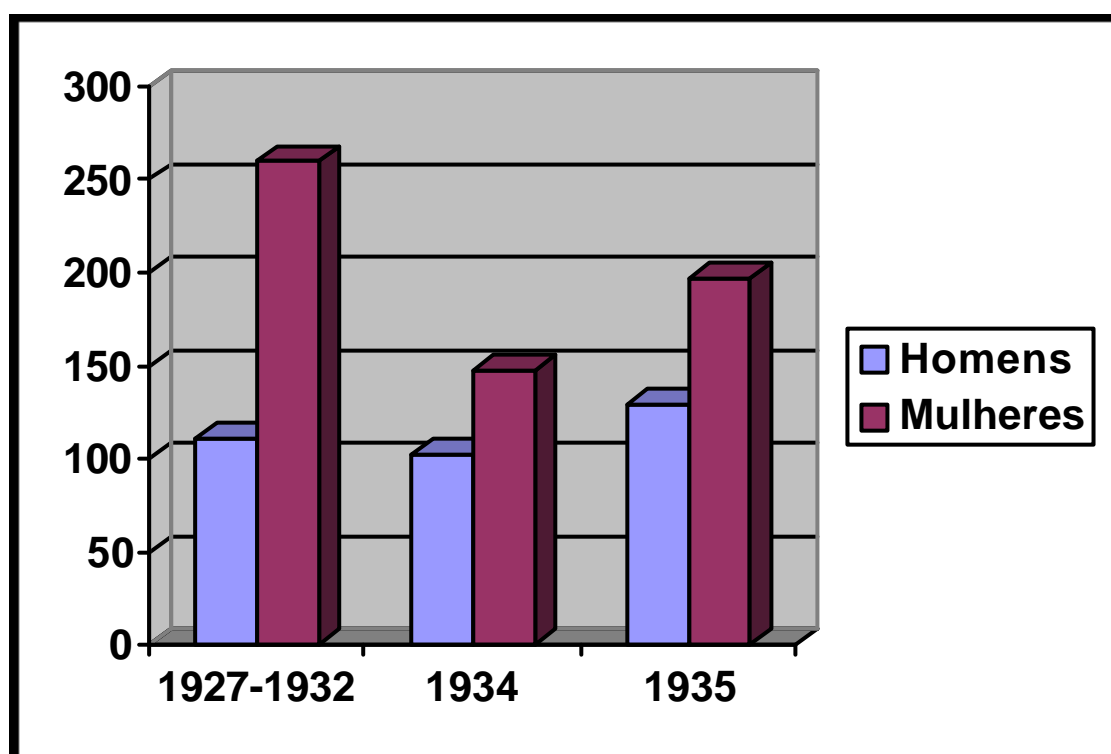
Foi selecionada, para a análise proposta, o conjunto de registros de operários do acervo da fábrica: tanto fichas de admissão, quanto o Registro de Empregados. Esse tipo de documentação já foi utilizado por outros pesquisadores, como é o caso de José Sérgio Leite Lopes (1988), quando pesquisou a fábrica de tecidos Paulista, em Pernambuco. Com uma pesquisa de outra natureza, o autor conseguiu selecionar uma pequena amostra desses registros e, ao compará-los com os relatos obtidos através de entrevistas com ex-operários, conseguiu estabelecer algumas características vivenciadas pelos trabalhadores, que serão essenciais para a análise que ora pretendemos desenvolver.

A Companhia Industrial São Joanense elaborou fichas de admissão a partir de 1927, que visavam a cadastrar os operários que já estavam trabalhando antes da confecção desses documentos, assim como aqueles que viriam a ser admitidos até o ano de 1932. Para esse período, encontram-se 371 fichas. Em 1934, essas fichas são complementadas, mas encontra-se apenas uma parte desses registros no acervo da fábrica, totalizando 249.

Em 1935, um outro tipo de registro foi criado pela fábrica intitulado “Registro de Empregados”. De um total de 578 registros que extrapolam o ano de 1935, consideram-se 337 que correspondem ao número de operários que trabalhavam na fábrica até 01/10/1935, data da elaboração do documento. São fichas numeradas, das quais 11 (onze) não se encontram no acervo da fábrica.

Nas fábricas têxteis, era utilizada frequentemente, a mão-de-obra infantil e feminina. De acordo com o Gráfico I, observa-se que a comparação entre o universo masculino e o feminino demonstra que esse último era predominante nos três momentos analisados.

GRÁFICO I
NÚMERO DE OPERÁRIOS DE ACORDO COM O SEXO:
1927-1932/1934/1935



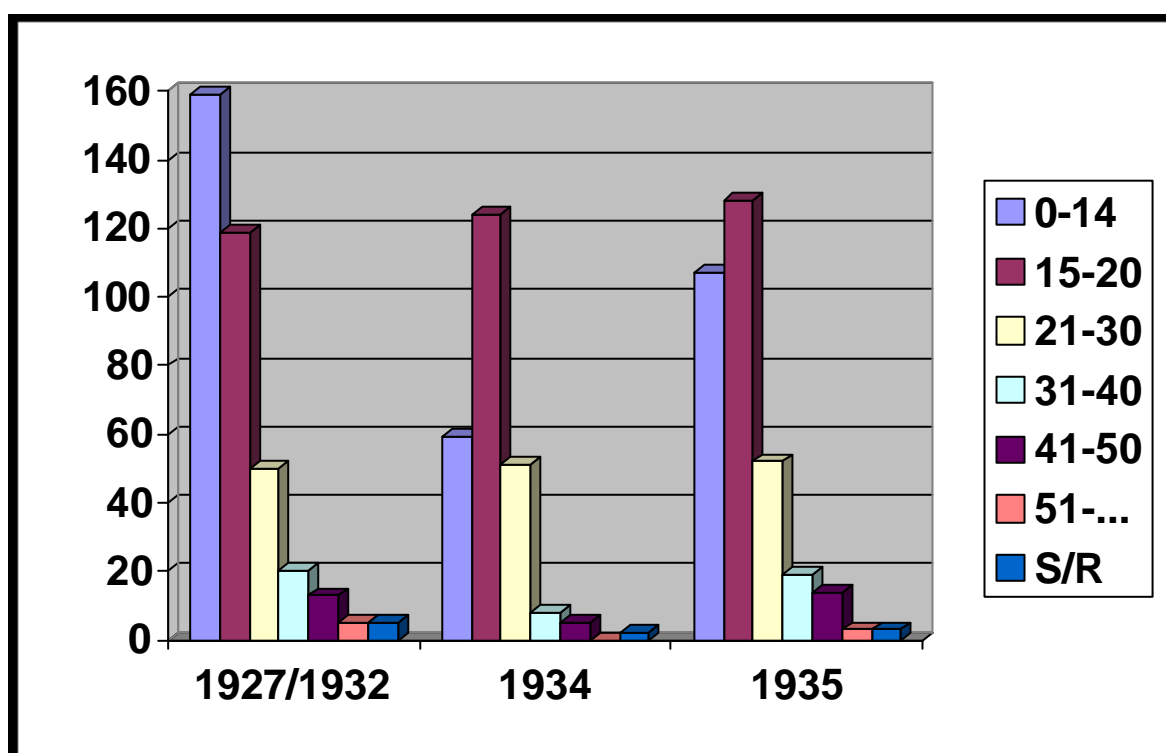
FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense – Fichas de Admissão, 1927-1932; 1934 e Registros de Operários de 1935.

Com o passar dos anos, a diferença entre a proporção de homens e a de mulheres vai diminuindo. Na verdade, a partir do momento em que novas seções são criadas e por serem, em sua maioria, ocupadas por operários do sexo masculino, acabam por se tornar o principal motivo da diminuição do número de mulheres em relação aos homens.

Outra constatação nos remete à saída de mulheres no período de casamento, indicando que, em grande parte, estas só estavam no serviço da fábrica por um salário complementar, quando ainda eram muito jovens. Mas o principal motivo é a criação dos novos setores na fábrica, tais como a Fiação, a Fundição e a Tinturaria, que acabaram por aliciar um número maior de operários do sexo masculino.

Nos dados extraídos das fichas de admissão, que correspondem aos anos de 1927 a 1932, podem-se observar alguns desses aspectos se comparados com os registros de 1934 e 1935, como mostra o Gráfico II:

GRÁFICO II
IDADE DOS OPERÁRIOS NA ADMISSÃO À FÁBRICA:



FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense, Fichas de Admissão 1927-1932 e Registro de Operários, 1935.

Em primeiro lugar, existe uma diferença evidente entre os três momentos analisados. De 1927 a 1932, o que se pode destacar é que poucos eram aqueles que entravam na fábrica com uma idade mais avançada, e muitos eram aqueles com idade até os 20 anos. A admissão de menores era predominante. Em 1934, apesar do número reduzido de registros, nota-se a presença relevante daqueles que tinham a idade entre 15 e 20 anos. É importante lembrar que a Lei de Menores já obrigava a retirada dessa mão-de-obra. Já no ano de 1935, percebe-se que a admissão de menores decaiu ao mesmo tempo em que os operários começam a permanecer um período maior na fábrica.

Esses trabalhadores eram em sua maioria solteiros, seguidos pelos casados e, por fim, pelos viúvos, identificados tanto nos registros de 1927-1932 quanto nos de 1934. A lógica dessa análise refere-se à idade com que a maioria desses trabalhadores entravam para a fábrica, ou seja, esses operários iniciavam desde muito novos para os seus trabalhos. Muitos não haviam completado sequer os dez anos de idade quando começaram no serviço, conforme se observou no Gráfico II e na fotografia que se segue.

A fotografia foi tirada no dia 1º de maio de 1912 e, por si só, já pode ser considerada um dos eventos da programação das festividades do Dia do Trabalhador. Assim como as fotografias 3X4 dos registros de operários e fichas de admissão, o retrato comemorativo em festas era uma das poucas chances de serem fotografados. Por isso mesmo, nos dois casos, observa-se toda uma preparação para a hora da fotografia. Chapéus, vestidos, ternos, gravatas, brincos e colares são colocados para esse dia de festa. A limpeza, a ordem e a disciplina parecem compor a fotografia que dá a imagem de uma escola.



Fotografia comemorativa do Dia do Trabalho.

(FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense. *Fotografias avulsas*. 1º de Maio de 1912.)

Observa-se também que era grande o número de crianças que trabalhavam na fábrica, realidade presente em outras do mesmo período. Muitas crianças, apesar de se encontrarem bem vestidas, aparecem sem os sapatos. Ao fundo, verifica-se a presença de muitas meninas e adolescentes. Essa fotografia acaba por indicar que nos anos iniciais do século XX, grande parte dos trabalhadores não havia ainda chegado à idade adulta.

Outro indicador da predominância dos solteiros é constatado no item *Observações*, quando um número significativo de mulheres deixa o trabalho da fábrica para se casar. Uma carta “pedido-de-demissão” encontrada entre os Registros de Empregados acaba por evidenciar a situação da operária com relação ao casamento:

Exm. Sr. Gerente, e auxiliares;

Venho por meio destas singelas linhas, expressar todos os meus agradecimentos, ao despedir-me deste bom emprego, onde passei longos 12 anos ganhando o pão, deixo pois com pesar (sic), mas cumpro o meu dever de esposa em seguir os passos do meu esposo que partiu em busca de melhor futuro para a família, e se algum dia talvez, se cair em má situação, embora não tendo mais direito, no meu tempo de serviço, conto ainda com a bôa (sic) vontade do Sr. de abrigar-me de novo neste estabelecimento abençoado.

Meus agradecimentos e despedida.

Elza Teixeira Ferrarezi.⁸⁸

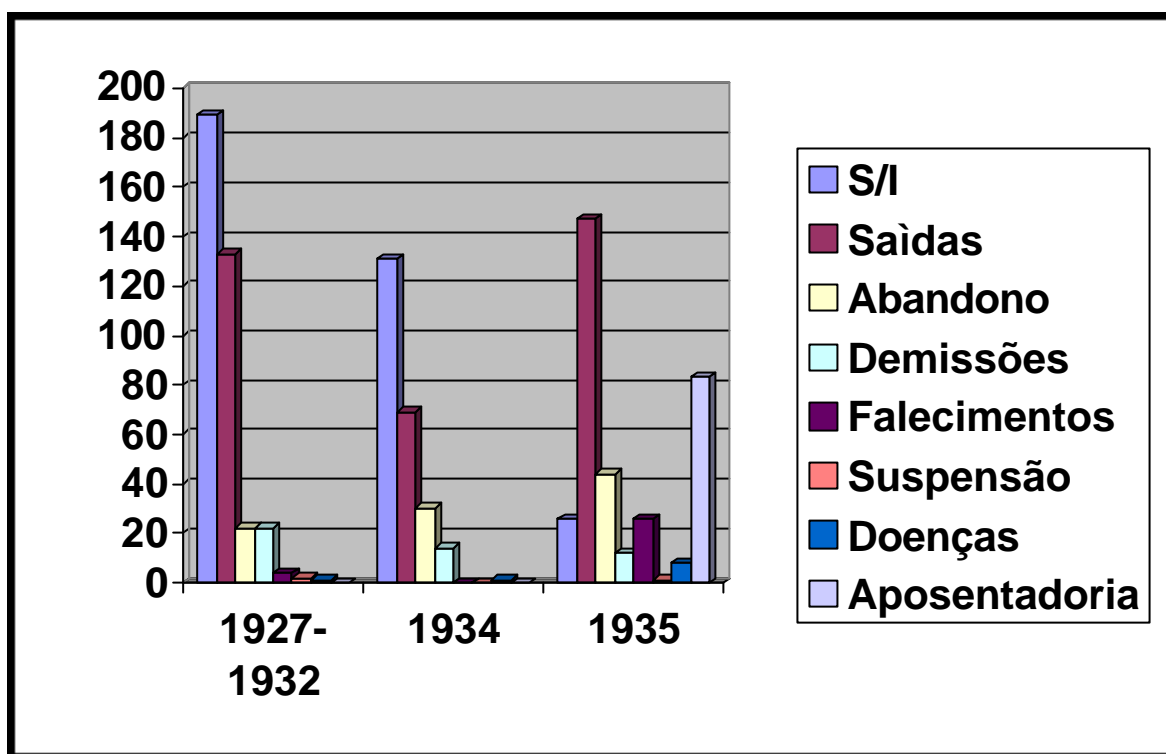
Nesse caso, a operária pode não ter saído do trabalho quando se casou, ou mesmo poderia ser casada na época de sua admissão. Em seu discurso, ela evidencia a possibilidade de um futuro melhor a partir do emprego do marido. Dessa maneira, essa carta, datada de 05/03/1945, sugere que o salário dessa mulher era apenas complementar.

Quando se trata do tempo de serviço dos operários geralmente ficavam na fábrica, prevalece um número bem reduzido de anos. De acordo com o Gráfico III, pode-se concluir que para a maior parte desses trabalhadores, entre os anos 1927 a 1932, não existe referência para o tempo de serviço, indicando que esses continuavam trabalhando na fábrica até a elaboração dos registros de 1935. Já para as fichas de 1935, poucas são as que não constam as datas de dispensa. Isso se deve ao fato de que o Registro de Empregados foi elaborado pouco tempo depois, explicando a falta de informações nas fichas de admissão.

GRÁFICO III

⁸⁸ Carta datada de 05/03/1945, anexada à ficha de Elza Teixeira.

OBSERVAÇÕES SOBRE OS OPERÁRIOS



FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense, Fichas de Admissão 1927-1932 e Registro de Operários, 1935.

O Gráfico III indica as categorias geralmente utilizadas para justificar as saídas de seus operários. Mas esse quadro não é estático, considerando-se que cada item mencionado sofre variações no discurso dos industriais. Em várias fichas há informações que mostram readmissões, demissões, reclamações e/ou elogios por parte da administração da fábrica ao referir-se ao trabalho desempenhado por esses operários.

No primeiro período analisado, de 1927-1932, informações como: “*bom(a)*” e “*ótimo(a)*”, “*honesto e trabalhador*”, “*cumpridor dos deveres*”, “*boa conduta*”, “*cumpriu o seu dever*”, “*bom comportamento*”, “*desempenhou a contento as suas atribuições*”, faziam parte do discurso patronal quando queriam elogiar um operário. Esses elogios

aconteciam principalmente quando especificavam suas saídas como sendo de “*Livre Vontade*”, ou quando eram justificadas pelo operário.

Por outro lado, quando a intenção era de deixar registrado algum desvio do operário, eram comuns expressões do tipo: “*péssimo serviço*”, “*mau funcionário*”, “*inconstante*”, “*insubordinado*”, “*insubmisso às ordens*”, “*não deve ser readmitido*”, “*não sujeita às normas do serviço*”. Identificou-se essas denominações, obviamente, quando eram despedidos, ou quando saíam sem dar uma justificativa à administração.

Nesse primeiro momento, 1927-1932, e em menor escala em 1934, é grande o número de saídas seguido, poucas vezes, por readmissões. Como se observou anteriormente, era comum que a operária saísse do trabalho na época do casamento. Mas ocorrem casos em que essa saída era justificada pelo estudo, descanso, viagem ou mudança da cidade. Muitas vezes, era também destacado o prazo previsto por lei para a saída do emprego, mas com pouco vigor em relação ao número de ocorrências da desistência do trabalho.

A desobediência ao mestre ou ao encarregado da seção, muitas vezes, resultava na demissão do operário ou na saída espontânea do mesmo. Em 1927-1932, foram quatro as demissões nesse caso, sendo que em uma delas o operário “*retirou-se com maneiras bruscas por ser observado pelo encarregado*”. Em 1934, o número sobe para 14 (quatorze), constando em algumas fichas, justificativas curiosas, já que foram despedidos “*(...) por entrar em luta corporal com seu companheiro(...)*”; “*(...) por vadiagem e má criação (...)*”; “*por faltar com a moralidade (...)*”, entre outros.

Quando se analisa a trajetória profissional desses operários, informada no item “*Observações*” dessas fichas de admissão, constata-se que existe uma separação nítida entre

operários aptos e inaptos ao serviço da fábrica. Várias são as designações existentes para os diversos motivos das saídas dos operários da fábrica.

O Gráfico III ainda indica num primeiro olhar, que os operários mais velhos começavam a ceder seus lugares aos mais novos, diante do número registrado de aposentadorias, doenças e falecimentos. Quando aposentados, muitos ainda continuavam a trabalhar na fábrica. Ainda considera-se como aposentados aqueles que, por ficarem mais de seis anos afastados do trabalho, eram retirados do ponto pelo IAPI. A utilização do trabalho dos velhos e das crianças é verificada por Lopes (1988) quando destaca o período da abundância de empregos no início do século XX. Os mais idosos acabavam por se tornar alvo de brincadeiras dos mais novos.

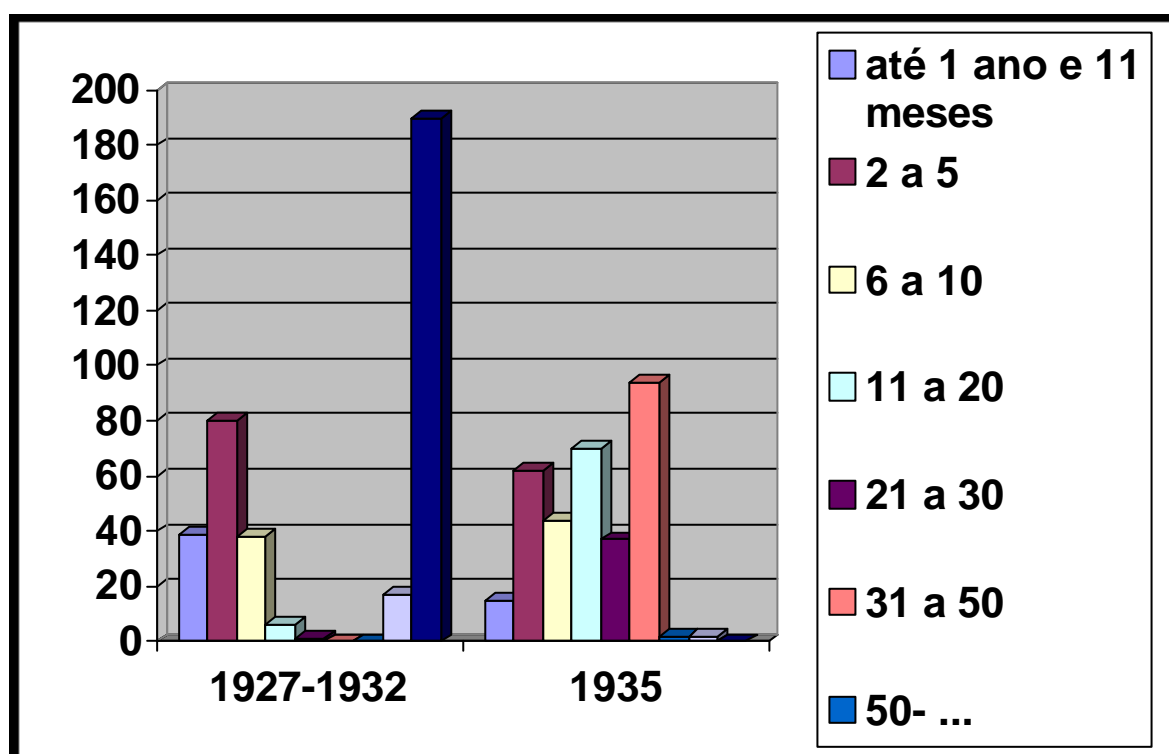
É interessante pontuar que os elogios e as reprovações justificadas pela administração quando faziam referências ao operário, praticamente desaparecem das informações fornecidas pelo Registro de Empregados. O que na realidade se tem é uma “explosão” de readmissões, um número restrito de demissões e uma única suspensão na qual o operário, após cumpri-la, volta ao seu trabalho. Foi encontrada uma única ocorrência em que uma mulher justifica sua saída para se casar e outra que sai para seguir a vida religiosa, mas essa última volta, e logo é readmitida pela fábrica.

No caso da suspensão, o operário era o “engomador de fios”. De acordo com o registro do operário, apesar de ter saído apenas em 1961 da fábrica, na qual trabalhou desde os quatorze anos, pois havia entrado em 1918, e, em 1942, aprontou uma espécie de “traição” para a São Joanense. Alegando doença, faltou ao serviço e foi pessoalmente à concorrente “Fiação e Tecelagem Matosinhos S/A” fabricar o *maciol*, produto que o funcionário sabia o segredo e que deveria guardar. Sua punição foi decretada em 30 dias de suspensão cumprida pelo operário, que logo após voltou ao serviço.

O que impressiona é que o número de saídas e readmissões é grande e, muitas vezes, um mesmo operário chegava a sair até três vezes da fábrica. Outros, depois da readmissão, aposentavam, abandonavam, tornavam a sair ou mesmo faleciam no tempo em que estavam trabalhando.

Quando se observa a mesma informação no item *Observações* obtida pelo Registro de Operários de 1935, é considerável o número de “idas e vindas” ao trabalho na fábrica.

GRÁFICO IV
PERMANÊNCIA NO TRABALHO FABRIL



FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense, Fichas de Admissão 1927-1932 e Registro de Operários, 1935.

Observando o Gráfico IV, pode-se concluir que muitos não chegavam a dez anos de serviço na fábrica, e que o número de operários que ficava menos de um ano era bastante significativo.

É interessante observar que os curtos períodos de trabalho não indicavam, necessariamente, que os operários desempenhassem um trabalho ruim. Pelo contrário, essas saídas, quando justificadas, eram seguidas por elogios por parte dos patrões.

A quantidade de operários para os quais não se têm informações é muito restrita, uma vez que estão sendo considerados também nesse item aqueles em que existia apenas a informação sobre o número da carteira de reservista dos operários, as alterações de nomes (geralmente de mulheres), ou a data do registro da chegada ao Brasil, quando esses eram imigrantes.

O discurso dos patrões nas justificativas dadas no item *Observações* muda quando comparamos as Fichas de Admissão com o Registro de Operários. Nas primeiras, procurou-se apontar para a eficácia do trabalhador através de sua conduta e obediência. Já nos Registros de Operários, o que se têm é um número reduzido de justificativas e uma grande quantidade de readmissões ao trabalho na fábrica.

O grande número de saídas e readmissões, verificados nos Registros de Empregados de 1935, também foi objeto de análise no estudo de José Sérgio Leite Lopes (1988), em seu estudo sobre a fábrica de Tecidos Paulista. O autor também observa a elevada rotatividade de mão-de-obra e destaca que muitos trabalhadores tinham um tempo de serviço muito pequeno, de poucos meses, contrapondo-se com outros de tempo de serviço elevado. Para Lopes, esse “tempo de abundância de trabalho” propicia a possibilidade constante da readmissão e, com isso, a reação individual às arbitrariedades

dos chefes imediatos, propiciando também um clima de trabalho em que os operários conseguem recriar, atenuando a hostilidade de suas condições de trabalho.⁸⁹

De qualquer forma, as informações fornecidas por esses registros demonstram que a adaptação ao trabalho na fábrica não foi nada fácil, e que o papel desempenhado pelos industriais no sentido de “disciplinar” essa mão-de-obra, identificado por Giroletti em fins do século XIX, nas fábricas por ele estudadas, e detectados na experiência da São Joanense no mesmo período, estava ainda evidente na década de 1920.

Se, por um lado, a insubordinação às regras do trabalho fabril ocasionava demissão ou mesmo suspensão, por outro, a saída espontânea da fábrica indicava uma certa resistência à disciplina imposta. Pode-se considerar que, muitas vezes, a readmissão do trabalhador sinalizava a ausência de um exército industrial de reserva. Essas atitudes, são uma “Microfísica da Resistência”, invertendo a expressão criada por Foucault da “Microfísica do Poder” e se referem às mesmas pequenas ações e detalhes cotidianos, do ponto de vista inverso, ou seja, da ação dos operários.⁹⁰

A análise sobre a disciplina industrial tem sua história entrelaçada à convivência entre adultos e crianças, mulheres e homens. O uso do trabalho infantil amplamente utilizado em fins do século XIX e início do século XX, seria uma forma eficaz de inculcar essa disciplina desde muito cedo, numa relação em que, na fábrica, a criança deveria obediência tanto aos pais quanto ao patrão. Além disso, a separação relativamente rígida entre as ocupações femininas e as masculinas indicou uma realidade na qual as categorias de gênero desempenhavam funções e tinham lugares diferentes dentro de um mesmo espaço de trabalho.

⁸⁹ LOPES, 1988. p.71.

⁹⁰ LOPES, 1988. p. 81.

CAPÍTULO III

São João del-Rei, a fábrica e a moradia operária

Em 1891, quando os acionistas da Companhia Industrial São Joanense se reuniram para elaborar os estatutos que iriam regulamentar o funcionamento da futura fábrica, um tópico fez-se necessário na pauta da discussão: a construção de moradias que seriam destinadas aos operários. De acordo com o documento, entre os fins da criação da fábrica, caberia edificar, caso houvesse vantagem para a Companhia, casas próprias para alugar aos empregados da época.¹

A construção de moradias para os operários do século XIX no Brasil era prática comum principalmente em fábricas que eram construídas distantes das cidades, como as têxteis de Bernardo Mascarenhas, estudadas por Domingos Giroletti (1991). Apesar do edifício da Companhia Industrial São Joanense não ter sido construído afastado do centro comercial de São João del-Rei, existiu uma preocupação de seus industriais em planejar o alojamento da mão-de-obra aliciada para o trabalho na fábrica.

Desde o final do século XIX, o operariado urbano-industrial habitou pobres e pequenas moradias, muitas vezes coletivas, nos vários núcleos e centros urbanos brasileiros. E estas foram consideradas pelos estudiosos, habitações insuficientes e

¹ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. *Estatutos da Companhia Industrial São Joanense*. Capítulo I, Artigo terceiro, parágrafo segundo. São João del Rei, Tipografia da Gazeta Mineira, 1893. p. 03.

inadequadas, pois eram caras para os baixos salários recebidos pelos operários, e quase sempre apresentavam um baixo padrão habitacional.²

Alguns industriais das grandes cidades, como Francesco Matarazzo, da Fiação e Tecelagem Mariângela (São Paulo), construíram vilas operárias junto às suas fábricas, mas cobravam aluguéis elevados. Nas grandes cidades, eram raras as indústrias que construía moradias vantajosas para o operariado empregado, como o conhecido Jorge Street. Vilas operárias, que apresentavam condições adequadas e aluguel relativamente barato, eram freqüentes no interior dos estados, em núcleos distantes, onde era preciso fixar a mão-de-obra.³

As observações coletadas nos registros referentes aos endereços das residências dos operários têxteis da cidade de São João del-Rei evidenciam que estes moravam, em sua maioria, em ruas que se localizavam nas proximidades do edifício da fábrica. Somente algumas vezes, são mencionadas nesta documentação as ruas tradicionais, que em muitos momentos serviram de referência para retratar o dinamismo comercial, que tanto caracterizou o centro de São João del-Rei em tempos anteriores. Entretanto, essa colocação não exclui a presença de operários que trabalhavam na fábrica e que residiam no centro da cidade.⁴

No caso da Companhia Industrial São Joanense, a organização do operariado através da moradia se deu de forma peculiar: a fábrica chegou a construir

² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documentos) p. 47-48.

³ *Idem Ibidem*, p. 51.

⁴ Locais como a Rua Direita, da Cachaça, do Tejuco, das Mônicas, do Rosário, da Prainha, do Carmo, de São Francisco, da Ponte e seus respectivos “becos”, são retratados como locais dinâmicos de vendas na Vila de São João del Rei do século XIX. Em fins do século XIX podem ser contabilizadas 28 ruas, entre elas: Direita, S. Roque, Municipal, Comércio, S. Francisco, Prata, Rosário, Praia Formosa, Santo Antônio, Independência, Bonfim, Voluntários, Paysandú, Alegria, Cruz, S. Miguel, Senhora da Graça, Santa Thereza, Lage, Flores, Carmo, Nova, Misericórdia, Collégio, Prainha, Cajangá, Barro e Forras. In: MALDOS, Roberto. *Formação Urbana de São João del Rei*. São João del Rei: IPHAN, 1997. (mimeo). Esse dado, de 1887, foi baseado nos estudos do Sr. Aureliano Mourão, publicado no jornal “O Arauto de Minas”. São João del-Rei, 31 de março de 1887, Anno I, Nº 4.

algumas residências para serem alugadas aos operários, mas a grande maioria desses trabalhadores residia ao redor do edifício da fábrica, em propriedades que não pertenciam a ela. Assim, a constatação da existência de casas pertencentes à São Joanense não indica, necessariamente, que para os seus operários foi construída uma “Vila Operária”.

Muitas são as relações que podem ser estabelecidas para discutir o interesse dos industriais na construção de moradias para operários e o interesse desses próprios trabalhadores em se estabelecer perto do local de trabalho. Muitas são as perguntas que se formulam: como esses moradores conseguiram o espaço para residir? Em cada uma dessas residências moravam muitos operários da fábrica? O trabalho na fábrica absorvia muitos membros de uma mesma família? Como se dava o deslocamento desses operários até o local de trabalho? E, afinal, como eram as moradias dos operários são-joanenses em princípios do século XX?

Analisando como se processou a iniciativa da fábrica na construção de residências para os operários e ampliando essas evidências para as formas de organização das moradias existentes, é que se pôde vislumbrar o núcleo familiar, o lugar de origem do trabalhador e de sua família e, ainda, os deslocamentos entre o local em que essas casas se estabeleceram e o lugar de trabalho.

3.1 A cidade como um mercado de trabalho

A posição estratégica da cidade de São João del-Rei, situada como ponto de convergência com os principais centros produtores e receptores de produtos, fez com que a cidade, após a febre inicial de exploração do ouro, se desenvolvesse de forma

constante e sem grandes sobressaltos. Em finais do século XIX, São João del-Rei vivenciou um impulso comercial com a presença de muitas fábricas, de têxteis à ladrilhos, cervejarias e laticínios, produtos de couro e pequenas metalurgias, entre outros. Tanto que os jornais são-joanenses do início do século XX estão repletos de anúncios sobre as novas indústrias e seus produtos. Esse fato serve de referência para que a cidade, nos dias de hoje, seja intitulada por seus habitantes como “a cidade do já teve”.⁵

A cidade de São João del-Rei, que era um importante pólo comercial da antiga região compreendida pela Comarca do Rio das Mortes, da qual era sede, adquiriu, em princípios do século XX, características especiais como um local que servia de referência para as condições de trabalho existentes na região; em que se localizava.⁶ Ao concentrar certas atividades econômicas, a cidade acabava por criar uma base de serviços necessários à circulação e à distribuição de mercadorias, como de capital, abastecendo e oferecendo produtos e serviços a todas as pequenas cidades existem ao seu redor. A dependência econômica e social dessas pequenas cidades acabou por individualizar São João del-Rei como um mercado de trabalho indispensável para a região. Segundo Hardman e Leonardi:

“No caso do Brasil, podemos visualizar esse processo apenas depois de 1930, mas, anteriormente, a capitalização das relações econômicas tendia a influenciar cada vez mais os rumos da industrialização.”⁷

⁵ MALDOS, Roberto. *Formação Urbana de São João del Rei*. São João del Rei: IPHAN, 1997. (mimeo). Entre os jornais, destaca-se *A Opinião* (Propriedade de Euclides Machado). Exemplares avulsos dos anos de 1908; 1909; 1911 e 1912, existentes na Biblioteca Municipal Baptista Caetano / São João del-Rei.

⁶ Hobsbawn empreende uma análise na qual caracteriza Londres por essa mesma dualidade característica, sendo considerado um mercado de trabalho distinto do restante do país. HOBBSAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 3. ed.p. 193.

⁷ HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 101.

Em 1915, um mapa de São João del-Rei oferecia informações interessantes sobre qual era a composição da cidade, em princípios do século XX. Inicialmente, na legenda do mapa são destacados os principais edifícios que serviam de referência para quem viria a consultá-lo. São trinta indicações, sendo que oito delas são referentes a Igrejas (Bonfim, São Francisco; Rosário, Matriz, Carmo, Mercês, São Gonçalo e Matosinhos) e quatro são de cemitérios (Público, Carmo, São Francisco e Mercês).

Prestando serviços municipais, aos moradores da cidade eram oferecidos a Casa de Câmara e Cadeia, o Asilo de São Francisco, a Santa Casa de Misericórdia, o Quartel Federal, a Escola Normal, a Estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, o Recolhimento de Órfãos, o Mercado Municipal, a Enfermaria Militar, o Teatro Municipal, o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Matadouro, a Caixa D'água, o Chafariz Público e uma Estação Distribuidora.

Entre as companhias industriais, São João del-Rei contava com uma Companhia Agrícola, uma Fábrica de Cervejas, uma Fábrica de Sabão e uma Fábrica de Tecidos, que no caso, era a Companhia Industrial São Joanense. Infelizmente, apesar de todas essas indicações estarem numeradas na legenda, no mapa propriamente dito, elas são citadas em apenas alguns locais, limitando a visualização da localização desses prédios. Melhor visualizados são os nomes e a localização das ruas da cidade, como se procurou demonstrar com a versão que se segue do mapa original.⁸

⁸ A cópia do mapa foi elaborada por Welber L. Santos, em outubro de 2002.

Na Folha 1, o que mais se destaca é a presença da Ferrovia Oeste de Minas, em um local que dispõe de poucas ruas nomeadas. São doze indicações de nomes de logradouros: a Rua das Forras; Rua Capitão Villarino; Rua do Recreio; Rua Coronel Tamarindo; Rua Antônio Rocha; Avenida Carneiro Felipe; Rua do Padre Faustino; Rua Comendador Magalhães; Rua das Mangueiras; Rua de Dra. Leonarda; Rua do Matola e uma única praça, a Barão de Ibituruna. Trata-se, na verdade, de um espaço novo na cidade, que passou na primeira metade do século XX por um processo de ocupação. Vários nomes de logradouros foram dedicados a homens ligados à ferrovia.

“Bairro Chagas Doria, em homenagem a Francisco Manuel Chagas Doria, um competente engenheiro diretor da E.F. Oeste de Minas, Rua Antônio Rocha, em homenagem ao Sr. Antônio Francisco da Rocha, português de nascimento que foi, durante anos, diretor da Companhia E.F.O.M, Avenida Leite de Castro, em homenagem ao Dr. Joaquim Domingos Leite de Castro, também diretor da Companhia E.F.O.M, entre outras”.⁹

Na Folha 2, pode-se visualizar o lado mais dinâmico e antigo da cidade. Nela, encontramos três Praças (Bonfim, Rosário e Mercês), três Largos (São Francisco, Tamandaré e Câmara), além de trinta e uma ruas. São elas: Rua de São José, Rua do General Osório, Rua de Santo Antônio, Rua do Córrego, Ruas das Flores, Rua do Campo, Rua da Prata, Rua da Lage, Rua do Progresso, Rua da Intendência (em duas localidades), Rua dos Pinheiros, Rua Municipal, Rua de São Francisco, Rua da Misericórdia, Rua Hermílio Alves, a continuação da Avenida Carneiro Felipe, a Rua do Comércio, Rua do Tiradentes, Rua Direita, Rua da Romeira, Rua do Carmo, Rua do Jogo de Bola, Rua de S.

⁹ AGOSTINI, 1996, p.12.

Elias, Rua do Salto, Rua Riachuelo, Rua de D. Thereza, Rua do Resende Costa, Rua do Vigário Amâncio, Rua da Cruz, Travessa do Cotovelo e a Rua de S. Roque.

O ritmo comercial vivenciado por São João del-Rei nas primeiras décadas do século XX é caracterizado por pequenas fábricas ocupando áreas centrais, mas que, com o passar dos anos, outras preferiram se afastar para áreas com melhores condições de instalação, ou mesmo decidir sua instalação nesses locais, como foi o caso da Companhia Industrial São Joanense, localizada na Avenida Leite de Castro.¹⁰

Para compreender a criação de novas ruas em áreas afastadas como característica do aspecto dinâmico de São João del-Rei, é necessário que a cidade seja considerada como um mercado de trabalho, capaz de absorver um número elevado de trabalhadores migrantes das cidades vizinhas. Os registros operários da fábrica, ao indicarem a naturalidade dos operários, demonstram que, apesar de muitos deles serem são-joanenses, grande era o número de referências ao local de origem desses trabalhadores como sendo de cidades próximas ou mesmo de ex-distritos da própria São João del-Rei. Esse fato evidencia que o aliciamento da mão-de-obra para a fábrica escapa ao local. É o que se pode observar no mapa de São João del-Rei que se segue. Nele pode-se observar algumas referências a distritos e a cidades vizinhas que davam à cidade a importância enquanto um mercado de trabalho.

FONTE: Viegas, Augusto. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942. p. 121-B.

¹⁰ MALDOS, 1997, p. 42.

De acordo com as indicações do mapa, grande era o número de cidades que forneciam trabalhadores na época. Praticamente, pode-se fechar um círculo em volta da cidade de São João del-Rei. Ainda cabe lembrar que, nesse período, São João del-Rei contava com alguns de seus antigos distritos que eram também importantes fornecedores de mão-de-obra. Além desses distritos, diferentes denominações podem representar a mesma localidade como por exemplo: Águas Santas/Porto Real = Tiradentes; Colônia/São Francisco Xavier/Rio das Mortes/Chagas Doria/São Francisco do Onça = São João del-Rei.¹¹

Nos três momentos analisados na documentação – 1927-32, 1934 e 1935 –, o número de nascidos na cidade de São João del-Rei supera ou equivale àqueles nascidos em outros locais.¹² Nascidos em Minas Gerais, ou em outros estados brasileiros, os operários tinham ainda representações estrangeiras, como: portugueses, italianos e um polonês. Interessante apontar, que é encontrado um grande número de filhos de italianos que haviam nascido em colônias de imigrantes, já estabelecidas na cidade. Essa realidade pode ser apontada da seguinte maneira:

TABELA IV

NATURALIDADE DOS OPERÁRIOS

(Principais cidades fornecedoras de mão-de-obra para a fábrica)

¹¹ Como foi esboçado no capítulo I, os nomes dos distritos eram: Carrancas, Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, São Francisco do Onça, São Miguel do Cajuru, Madre de Deus e Bom Jardim.

¹² A equivalência existente nos registros de 1935 perde o valor no momento em que se constata que muitos nasceram em distritos de São João del-Rei, e, por isso mesmo, pertencentes ao município.

Nome da cidade	1927/1932	1934	1935*
São João del-Rei	187	131	163
Tiradentes	12	11	15
Resende Costa	09	11	10
Santa Rita	08	-	-
São Francisco Xavier	12	02	06
Conceição da Barra	05	02	07
Colônias de imigrantes	07	05	08
Outros (MG)	87	67	101
Outros estados	08	08	07
Estrangeiros	07	02	07
Desaparecidas	-	-	11
Sem informação	01	-	02
Total	371	239	337

*Lembrando-se que em 1935, das 337 fichas, 11 estão desaparecidas.

(FONTE: Registros de Operários – Acervo da Companhia Industrial São Joanense)

Diante da Tabela IV, pode-se observar que o maior número de operários nasceu na própria cidade de São João del-Rei, ou então em cidades muito próximas, como é o caso de Tiradentes, Santa Rita (atualmente chamada de Ritópolis) e Resende Costa. Apesar da presença de nascidos em outros estados ou países, o que se constata é que a maior parte da mão-de-obra havia sido recrutada no próprio território de Minas Gerais. E pela disposição das cidades fornecedoras de mão-de-obra observada no mapa anterior, observa-se que São João del-Rei realmente apresentava-se como um mercado de trabalho e um local de referência para a região do Rio das Mortes.

3.2 São João del-Rei e o bairro da fábrica.

Em um dos registros de operários consultados, e que faz referência ao ano de 1934, foi encontrada a descrição do endereço da residência do trabalhador indicando: “Bairro da Fábrica”. Essa designação destaca-se no momento em que se observa que ao redor da fábrica começa a aparecer um número representativo de ruas que formam o que atualmente se chama “Bairro das Fábricas”. A fundação da Companhia neste local apresenta-nos como fundamental para a criação desse novo espaço de São João del-Rei, uma vez que foi a primeira fábrica criada na cidade e optou por sua localização afastada do centro.

Para a ocupação desse novo território que circunda a fábrica de tecidos, destaca-se a importância dos imigrantes italianos. Em finais do século XIX, é grande o número desses trabalhadores que deixaram o campo, em rejeição ao trabalho oferecido no período de criação das colônias italianas na cidade, para se estabelecerem na *urbe* são-joanense. Muitos destes italianos pedem à Câmara Municipal a concessão de terrenos devolutos que se localizavam nas proximidades da Companhia Industrial São Joanense. A “não-vocação agrícola” atribuída a esses colonos como justificativa para sua dispersão, deve ser melhor entendida no contexto de um crescente desenvolvimento urbano vivenciado na época por São João del-Rei.

Nesse período, várias são as denúncias de jornais locais de que muitos desses imigrantes acabavam esmolando pela cidade, conforme foi denunciado em um jornal local:

“Continuavam pela cidade esmolando, diversos imigrantes. Chamamos para este fato a atenção de quem é de direito. Para virem aumentar o já crescido número de esmolantes aqui existentes, não era preciso que o estado mandasse buscá-los a suas terras.”¹³

¹³ Jornal *A Verdade Política*, 07/02/1889. Artigo- “Imigrantes Pedintes”.

Esse argumento de que os operários reivindicavam menos o direito à moradia do que o direito à cidade é cogitado por Michelle Perrot em sua análise sobre a França do mesmo século. Desde que estivessem vivendo na cidade, os trabalhadores acabavam aceitando quaisquer condições habitacionais.¹⁴

A inserção do imigrante italiano na *urbe* são-joanense pode ser justificada por vários motivos: a reclamação da falta de qualidade dos lotes que foram recebidos nos núcleos coloniais aliada à ausência de vocação agrícola, da falta de escolas e do próprio desinteresse do governo. A venda de frutas, verduras e bordados, por exemplo, aparece como a primeira atividade comercial que os colocou em contato com a população são-joanense.

Os pedidos de terrenos devolutos em São João del-Rei para a construção de casas começam a ser freqüentes a partir de 1889, mas vão se intensificar logo após essa data, principalmente para aqueles lotes que se localizavam nas proximidades da fábrica de tecidos. Para esse fim, são totalizados 29 pedidos. As Ruas Paulo Freitas, Cristóvão Colombo e cercanias da fábrica eram predominantes nos pedidos. Tanto que, pelo número de italianos que nela residiam, a Rua Cristóvão Colombo ficou conhecida como a “Rua dos Italianos”.

TABELA V
LOCALIZAÇÃO DOS TERRENOS DEVOLUTOS CEDIDOS A ITALIANOS
(1889-1899)

¹⁴ PERROT, Michelle. “Os operários, a moradia e a cidade no século XIX”. In: *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 3ª ed. p. 101/102. Sobre os imigrantes italianos em São João del-Rei, ver: GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O imigrante italiano em São João del-Rei (1888-1930)*. São João del-Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX).

LOCAL	Construção de casas e moinho	Casas comerciais e manufatureiras
Matozinhos	1	1
Cercanias da Fábrica São Joanense	4	-
Paulo Freitas	12	7
Água Limpa	2	-
Cristóvão Colombo	10	3
Córrego da Fazenda Carandahy	1	-
Colônia do Marçal	-	1
Praça Tamandaré	-	3
Rua do Carmo	-	1
Sutil	-	1
Antônio Rocha	-	1
Moreira Cesare	-	6
Matolla	-	1
Duque de Caxias	-	1
Hermílio Alves	-	1
Rua do Comércio	-	1
Marechal Bittencourt	-	2
General Osório	-	2
Estação do Rio das Mortes	-	1
Junto à porta do Teatro	-	1
Não especificado	-	5
Total	30	39

FONTE: Requerimentos da Câmara Municipal. Arquivo da Biblioteca Municipal de São João del-Rei. Apud. GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O imigrante italiano em São João del-Rei (1888-1930)*. São João del Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX).

Apesar de esses pedidos serem do período compreendido entre os anos de 1889 a 1899, as Ruas Paulo Freitas e Cristóvão Colombo, que eram responsáveis pelo maior número de pedidos, não estão arroladas nos endereços do Mapa de São João del-Rei datado

de 1915 e analisado anteriormente. A Rua Paulo Freitas, por exemplo, já tinha essa denominação desde 1893, quando no final do século XIX, algumas leis e resoluções ampliaram as determinações e orientações que eram ditadas pela Câmara Municipal, no que se refere às intervenções urbanas.¹⁵

De qualquer maneira, o que se pode observar é que esse era realmente um espaço novo dentro da cidade, que passava por um processo de crescimento, uma vez que o século XX traria o prolongamento de ruas que já existiam, ou a abertura de outras. Algumas delas detinham o maior número de operários, constatando que, apesar de não existir verdadeiramente uma “vila operária”, a maior parte dos trabalhadores da Companhia Industrial São Joanense residiam em locais próximos à fábrica, como se observa na Tabela VI:

TABELA VI
RUAS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE OPERÁRIOS

Nome da rua	1927-32	1934	1935
Avenida Leite de Castro	50	42	60
Rua do Albergue	25	30	47
Rua Cristóvão Colombo	40	28	29
Rua 24 de fevereiro	20	04	13
Rua 12 de outubro	12	02	13
Chagas Doria	11	06	13
Matosinhos	12	10	-
Sem informação	55	01	11

FONTE: Registro de Operários – Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

¹⁵ MALDOS, 1997. p. 35.

Apesar de não poderem ser visualizadas no mapa, essas ruas podem ser identificadas na Folha 1. Seguindo a Rua Antônio Rocha (número 06), segue-se descendo a linha da Ferrovia Oeste de Minas. Todas as ruas arroladas na Tabela VI se localizam nesse espaço salientado no mapa. A Companhia Industrial São Joanense, contando com a presença massiva de italianos e seus descendentes, acaba por dar mais dinamismo a uma área entremeada à colônia italiana e ao centro comercial da cidade de São João del-Rei.

3.4 As residências operárias pertencentes à Companhia Industrial São Joanense

Diversos documentos analisados apontam para a iniciativa da fábrica na construção de moradias para seus operários no período inicial de seu funcionamento. Em 1891, o presidente da fábrica em exercício, Antônio Xavier de Almeida, fez um requerimento junto à Prefeitura Municipal pedindo a concessão de um terreno próximo ao edifício da Companhia, alegando a construção de casas para operários ou dependências. Como o terreno era devoluto, a Intendência Municipal concordou, obrigando apenas a administração da fábrica a pagar o aforamento da lei e terminar a construção da obra no prazo de um ano.¹⁶

Outros dois documentos reafirmam o interesse da fábrica em ampliar os seus terrenos e, inserido nesse empreendimento, a necessidade de melhor organizar a questão da moradia de seus operários. Novamente, em 1891, a diretoria da São Joanense requer junto à Intendência Municipal o fechamento de um caminho existente nos fundos da fábrica de

¹⁶ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. *Documentos avulsos*. São João del-Rei, 30 de outubro de 1891.

tecidos. Para conseguir que esse caminho fosse fechado, a Companhia se comprometeu a abrir uma rua espaçosa à frente do edifício que ainda estava em construção. Esse pedido foi deferido em 1896. A imposição da construção dessa rua espaçosa que a fábrica deveria abrir se transformou na atual Avenida Leite de Castro, hoje uma das principais avenidas de São João del-Rei.¹⁷

Ainda em 1896, ao fazer um arrendamento de terrenos, fica clara a existência de casas para operários na propriedade da fábrica, uma vez que uma das condições desse arrendamento previa que a Companhia poderia “(...) fazer tapumes nos fundos das propriedades em que moram seus operários, bem como edificar outras casas (...) nos mesmos terrenos”.¹⁸

O termo “operário” utilizado nessa documentação permite uma dupla interpretação, uma vez que pode significar tanto aquele trabalhador responsável pela produção de fios e tecidos, quanto também aqueles trabalhadores que eram responsáveis pela construção e ampliação do edifício da fábrica. No Livro Diário da Companhia Industrial São Joanense, na seção de pagamento de despesas, existe a referência ao pagamento do ordenado de operários, sendo estes considerados trabalhadores da construção civil.

De qualquer forma, alguns ex-operários fazem referência à existência dessas moradias que eram propriedades da fábrica. De acordo com o Sr. Tirado, à fábrica pertencia todo o terreno da Chácara da Olaria, comprada para a construção do edifício e algumas casas para os seus operários. Quando foi admitido no serviço, em 1917, elas já existiam,

¹⁷ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. *Documentos avulsos*. São João del-Rei, 27 de fevereiro de 1896.

¹⁸ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. *Documentos avulsos*. São João del-Rei, 1º de março de 1896.

mas algumas que se localizavam na Rua Frei Cândido, foram construídas no período em que já estava trabalhando.

Apesar dessa constatação, não foram encontrados indícios que descrevam como eram essas moradias em fins do século XIX e no início do XX. Algumas evidências só aparecem a partir de 1930. Em junho desse mesmo ano, foram efetuadas melhoras em algumas das casas que eram propriedades da fábrica, como a reforma da casa de número 24 da Avenida Leite de Castro e também a colocação de vidraças nas casas de número 28 a 46, situadas na mesma avenida.¹⁹

Uma descrição minuciosa de como era planejada a construção dessas moradias pôde ser observada em um documento datado de 1º de agosto de 1935, quando a Companhia Industrial São Joanense assinou um contrato de empreitada com o construtor Floriano Hugo Bassi, para que fossem construídas seis casas na Travessa Cristóvão Colombo, que fazia limites com o edifício da fábrica de tecidos.²⁰

Essas residências seriam conjugadas, mas em cada uma delas existiria uma área reservada nos fundos. Os alicerces deveriam proporcionar segurança, e as casas deveriam ser construídas com pedras de boa qualidade, e com assentos de cal e areia. As paredes, de alvenaria e tijolos, seriam compostas de engradamento de madeira de lei, por serem classificadas entre as melhores, assim como os assoalhos. As esquadrias externas deveriam ser de cedro ou de jequitibá, e as internas, de outra madeira de boa qualidade. As telhas seriam francesas e os forros de pinho do Paraná. A pintura das portas, janelas e forros seriam a óleo e a das paredes a cal de diversas cores.

¹⁹ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. “Despesas de construção do barracão para o algodão e para a reforma da casa de n.º 24”. *Documentos avulsos*. São João del-Rei, 30 de junho de 1930.

²⁰ COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE. *Documentos avulsos*. São João del-Rei, 1º de agosto de 1935.

As casas deveriam conter um “W. Closet de qualidade superior”, uma pia de cozinha e um tanque, tudo com torneiras de metal. Também deveriam ser colocados calhas e condutores para o escoamento das águas da chuva, assim como deveria ser feita a impermeabilização das cozinhas, banheiros e das latrinas com cimento.

Cada casa teria um fogão de tijolos e chapa. Dois deles teriam de ter serpentina para água quente, pois somente duas casas teriam a instalação de um banheiro esmaltado. Nelas, além de uma caixa usual para água fria, teriam também mais uma para banho quente.

Por fim, deveriam construir muros dividindo as casas, assim como passeios em rosa em todas elas. Todas as portas e janelas deveriam ter bons fechos e também uma caixa de gordura, além de encanamentos de água e esgoto independentes para cada uma delas.

A descrição das casas efetuadas nesse contrato indica um elemento importante: existia uma diferenciação entre as casas, indicadas, no caso, pelo que seria oferecido em cada banheiro. E essa constatação nos remete à seguinte pergunta: para que tipo de operário foram destinadas essas moradias?

Percebe-se que a descrição dessas casas pouco condiz com a representação que geralmente associa-se à moradia operária do início do século XX. As condições de vida nos “cortiços”, tão evidenciadas nos jornais da época, e que já serviram de inspiração para a literatura; e até recentemente para novelas, prevalecem em nossa memória como sendo a representação da “vida privada” desses operários. No entanto, a partir da descrição da moradia acima efetuada, nos perguntamos: como morava o operário que trabalhava para a Companhia Industrial São Joanense?

O conforto das casas pode ser verificado em uma outra documentação que também faz referência a essas moradias para operários. A partir de 1970, a Companhia Industrial São Joanense inicia um processo de vendas, somente para as antigas residências dos operários da fábrica. Essas casas poderiam ser adquiridas pelos operários que nela residiam por um preço especial, com um abatimento de 30% do seu valor real.

No processo de venda, existe a descrição de quantos e quais eram os cômodos das casas vendidas, e o que se observa é que não se tratavam de casas pequenas. Pelo contrário, o número de cômodos ou equivalia, ou era maior que quatro. Com dois, três ou quatro quartos, algumas chegavam a ter duas salas, acrescidas sempre de uma cozinha e de uma instalação sanitária.

Mesmo assim, verifica-se, conforme os dados analisados nos registros, que o número de operários que morava em residências da fábrica era bastante restrito. Dessa forma, a presença direta dos industriais no oferecimento de moradias para os operários não se enquadra nos estudos desenvolvidos sobre o padrão “Fábrica com Vila Operária”, tais como os de Domingos Giroletti e José Sérgio Leite Lopes. Os estudos destes autores demonstram que os industriais, ao controlarem o trabalho fabril, acabam por forjar o perfil de um trabalhador diferente, num processo que ultrapassa os limites da fábrica. Dessa forma, a moradia dos trabalhadores, que pertencia aos proprietários da indústria, acabava sendo um objeto de racionalidade industrial, juntamente com a própria fábrica.²¹

Os operários, ao residirem em casas pertencentes à Companhia, estariam sujeitos a uma maior possibilidade de controle social e ideológico exercidos pelos seus patrões, uma vez que dessa forma a fábrica se transformava no centro nervoso de toda a

²¹ GIROLETTI (1991) & LOPES (1988). Giroletti analisou as fábricas pertencentes à família Mascarenhas, no Norte de Minas Gerais e Lopes pesquisou a Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco.

vida local. A vida operária nessas propriedades acabava sendo um prolongamento da rígida disciplina imposta no regime de trabalho.²² A idéia de trocar a liberdade pelo conforto, tanto no espaço de trabalho quanto na moradia, parece ser um motivo de temor para os operários. Residir na propriedade do patrão pode permitir o conforto, mas pode custar caro: tanto levando em consideração o valor do aluguel quanto à limitação da liberdade.²³

A descrição dessas moradias não homogeneiza o universo residencial desses operários e não indica, dessa forma, que o mínimo de conforto verificado através das descrições dos cômodos dessas residências fazia parte da vida de todos os trabalhadores da Companhia Industrial São Joanense. A fábrica tem sua mão-de-obra disponível na própria cidade, o que alterava significativamente as relações patrão/empregado, fugindo do padrão estudado por José Sérgio Leite Lopes e Domingos Giroletti (1991) de fábrica com Vila Operária.

3.4 A moradia e a família

Para compreender a composição familiar dos operários da Companhia Industrial São Joanense, seus relacionamentos e vínculos de solidariedade, torna-se necessário conhecer a estrutura das famílias e dos domicílios. De acordo com Ida Lewkowicz (1998), família e domicílio são duas ordens de fenômenos que às vezes coincidem e outras não, ora ligados à residência, ora ligados a parentesco, mas todos ligados às solidariedades que suscitavam tanto em relação à moradia, quanto aos laços consangüíneos. Dessa forma, o conceito de família pode ser aplicado a um domicílio, ou a

²² HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 154.

²³ PERROT, p. 102.

uma parte dele, a um conjunto de domicílios e ainda a uma noção mais ampla, abrangendo indivíduos de gerações diferentes unidos por laços biológicos.²⁴

Foi utilizado, de acordo com a autora, o termo família para grupo co-residente, uma vez que domicílio é um conceito difícil de ser dissociado da família. Na maior parte dos registros de operários da fábrica consta o endereço, mas poucos indicam o número das casas. Quando este é declarado, conseguiu-se analisá-lo de acordo com o conceito acima. Quando não, buscou-se nos sobrenomes e na filiação os possíveis indicativos de parentesco. As relações encontradas podem ser assim estabelecidas:

TABELA VII
RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE OS OPERÁRIOS

RELAÇÕES DE PARENTESCO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS		
	1927-1932	1934	1935
Casos encontrados			
2 com parentesco paterno	-	-	2
2 irmãos	27	13	23
2 irmãos + 1 sem parentesco	2	1	2
2 irmãos + 2 sem parentesco	1	-	-
2 irmãos e a mãe	-	-	1
2 operários sem laços de parentesco	2	4	7
3 irmãos	5	4	6
3 irmãos + 1 sem parentesco	1	1	-
3 irmãos + 1 sobrinho	-	-	1
3 irmãos e a mãe	1	-	-
3 irmãos e o pai	-	-	1
3 operários sem laços de parentesco	1	1	1
4 irmãos	3	-	1
4 irmãos + 1 sem parentesco	-	-	1

²⁴LEWKOWITCZ, Ida, “Espaço urbano, Família e Domicílio (Mariana no início do século XIX)”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 93.

5 irmãos	-	1	3
5 operários sem laços de parentesco	-	-	1
Mãe e filha	-	1	2
Pai e filho	-	-	2
TOTAL DE OPERÁRIOS	106	26	139

FONTE: Registro de Operários – Acervo da Companhia Industrial São Joanense.

No período compreendido entre os anos de 1927-1932, a porcentagem de operários que mantinha alguma relação de parentesco é de 28,5%. Corresponde a um número reduzido, mas que pode ser relevante no momento em que se constata que para cerca de 17% não foram registradas as referências residenciais.

Em 1934, a identificação de laços de parentesco diminui, apesar do número relevante da quantidade de “dois irmãos” morando na mesma casa. Em 1935, dos 336 (trezentos e trinta e seis) operários arrolados nos registros, 139 (cento e trinta e nove) mantinham algum tipo de relação (para onze não constam informações sobre os endereços). Mais de 41% dos operários, entre irmãos, primos, pais e filhos, tios e sobrinhos, passavam o dia relacionando-se tanto no espaço público quanto no privado. Outros, porém, sendo apenas conhecidos, eram pessoas que não tinham nenhum vínculo sanguíneo, mas moravam no mesmo local e tinham em comum somente o fato de terem nascido em cidades próximas a São João del-Rei.

Em casos em que foram localizados dois operários sem laços de parentesco em uma mesma residência, acreditou-se poder ser um indicativo de que esses dois membros fossem casados, uma vez que no documento não se encontra a possível referência sobre quem era o cônjuge do operário.

Diante dos dados extraídos nesses registros, pode-se afirmar que o trabalho na fábrica era predominantemente constituído por um trabalho de família. A prevalência dos

casos de “dois irmãos” ou de “três irmãos” no trabalho acaba por indicar que a necessidade de sobrevivência faz com que vários membros de uma mesma família sejam aliciados ao trabalho na fábrica.

As famílias que trabalhavam e que dependiam do trabalho na fábrica eram pessoas que geralmente moravam em residências bem próximas aos terrenos do edifício da indústria, em sua minoria pertencentes à Companhia Industrial São Joanense. A cidade de São João del-Rei acabou por “acolher” toda essa mão-de-obra e garantir uma certa independência dos operários com relação ao controle da disciplina fora dos portões da fábrica.

CAPÍTULO IV

Lembranças do labor operário: algumas considerações sobre o tempo de trabalho na Companhia Industrial São Joanense

A historiografia procurou, durante muito tempo, investigar as práticas e as resistências operárias frente ao trabalho na fábrica. Na maioria das vezes, o interesse dos pesquisadores foi o de compreender as diversas maneiras de resistência utilizadas pelos operários no período de trabalho. No entanto, pouco se sabe sobre aqueles que trabalharam décadas e conviveram com a aceitação da racionalidade fabril. No momento em que se pensa o “porquê” das resistências, interessa igualmente compreender o “porquê” da aceitação das regras do jogo.

Para a elaboração dessa análise, foram fundamentais alguns relatos de ex-operários da Companhia Industrial São Joanense que nela já estavam trabalhando desde 1930. Dessa forma, esses trabalhadores vivenciaram as transformações ocorridas com a incorporação da nova legislação trabalhista. Os operários entrevistados apresentavam-se como um grupo peculiar de análise, uma vez que não fizeram parte daquele painel de rotatividade de mão-de-obra, identificado anteriormente na análise sobre fábrica, no recorte temporal coberto pela pesquisa (1891/1935). Por terem trabalhado durante muitos anos, e devido a esse fato, esses ex-operários conseguiram conquistar suas

aposentadorias e, em seus relatos, acabaram por fazer referências importantes sobre o tempo de trabalho na Companhia Industrial São Joanense.¹

3.1 A inserção das leis trabalhistas na fábrica: visões e versões de uma realidade.

Pensar a organização da estrutura legislativa que iria regulamentar a vida do operariado brasileiro do início do século XX é, sem dúvida, fazer referência à “Era Vargas”. A importância desse momento para a vida sócio-política do Brasil reside no fato de ter se iniciado, nesta época, a transformação de uma sociedade rural caracterizada por uma produção agrária, para a sociedade urbano-industrial, trazendo novos elementos de mudanças e deslocando a força de trabalho para as cidades.

No período em que se estabeleceu o “Governo Provisório” (1930-1934), a inovação veio com a criação de novos ministérios, entre eles a do Ministério do Trabalho e a criação das primeiras leis trabalhistas. De modo geral, o operariado fabril e urbano não tinha direito ao descanso semanal remunerado, às férias, ou à licença remunerada para tratamento de saúde e, principalmente, à aposentadoria.

O Ministério do Trabalho foi uma das mais importantes inovações para que ocorresse a consolidação do Estado estabelecido em 1930, justamente por representar uma das principais vias de legitimação da “nova ordem”. A legitimação do Estado fez-se através de uma estrutura sindical atrelada a uma legislação trabalhista apresentada como *doação*, apesar de ter sido fruto das lutas e conquistas operárias.²

¹ Em alguns casos, esses relatos extrapolam o período selecionado para o recorte temporal proposto na pesquisa. Mesmo assim, estes casos não foram descartados para a análise das conseqüências da introdução da legislação trabalhista, como também para a análise da “Cultura Fabril”.

²TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*, São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 12.

Pode-se considerar que até 1920, “uma verdadeira ordem privada dos interesses particulares da burguesia industrial determinava o regime interno de trabalho fabril”. As poucas disposições legais e jurídicas sequer chegaram a serem cumpridas pelos empresários, tais como as leis sanitárias de 1911 e 1917 e a lei federal que regulamentava o trabalho infantil, assim como a questão da previdência social, principalmente no que toca aos acidentes e doenças provenientes do trabalho.³

Porém, algumas leis sociais começaram a ser elaboradas e aplicadas pontualmente a partir da década de 1920. Como exemplo, a Lei sobre Acidentes de Trabalho (1923), a Lei Elói Chaves sobre Aposentadorias e Pensões (1923) e a Lei de Férias (1926). Como praticamente não existiu legislação social até a década de 1930, o que imperava nos estabelecimentos fabris eram os regulamentos internos elaborados pelos industriais para controlar o trabalho e resolver possíveis questões e conflitos existentes nas relações entre operários e patrões.⁴

A Constituição de 1934 trouxe muitas mudanças que influenciaram a história desse operariado: a garantia do voto secreto e feminino que aconteceria pela primeira vez no Brasil; o ensino primário que passava a ser obrigatório e gratuito; a autonomia dos sindicatos, mesmo que prevista apenas em lei; a representação profissional e a restrição à imigração. No Governo Constitucional (1934-1937), foram instalados a Justiça do Trabalho e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPB, IAPC, IAPI). Veio a crise de 1929 que se estendeu pelos anos 30, aumentando o desemprego, reduzindo os salários e fazendo com que o proletariado e as camadas médias urbanas se agitassem em manifestações e greves.

³ HARDMAN & LEONARDI, pp. 138-139, 1982.

⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documentos) p.14. Para o caso da Companhia Industrial São Joanense, não foi possível encontrar nenhum desses regulamentos que geralmente eram utilizados antes das Leis Trabalhistas.

O Estado Novo (1937-1945) se caracterizou pelo impulso à industrialização através da criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), da Fábrica Nacional de Motores, da Cia Vale do Rio Doce, da Comissão do Planejamento Econômico, do Departamento Nacional de Produção Mineral, da Comissão do Plano Siderúrgico, da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, do Conselho Nacional do Petróleo, Águas e Engenharia Elétrica.

Por fim, a sociedade vivenciou a intensificação da Legislação Trabalhista e Social, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – a CLT –, de leis de proteção à família, maternidade e infância, da organização do sistema sindical, da reforma do ensino e da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões. Os direitos fundamentais do trabalho, tais como o descanso dominical, a regulamentação da jornada de trabalho, também do menor e da mulher, as férias, as caixas de seguro, os sindicatos e lei a de acidentes de trabalho passam a ser fiscalizados, mas a legislação sobre esses itens antecede a 1930.⁵

O mito da *doação* passou a ser, dessa forma, um dos principais instrumentos de cooptação do operariado brasileiro, principalmente depois da instauração do Estado Novo. As leis trabalhistas, que começaram a ser implantadas nesse período, tinham por objetivo controlar o passado combativo dos operários, muitas vezes calcado na herança anarco-sindicalista, e ainda, reprimir o movimento sindical. As massas tornavam-se mais vulneráveis, na medida em que aumentava o contingente de trabalhadores migrantes sem nenhuma tradição de luta sindical.⁶

Esse mito da “doação” e conseqüentemente, do estado *benefactor* está presente em todos os textos dos discursos de Getúlio Vargas, em qualquer alusão às leis

⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.p. 33.

⁶ TOTA, 1991. p. 12.

trabalhistas. A ênfase é sempre dada comparando a situação do trabalhador antes de 1930 a que se apresentava melhor após o movimento revolucionário que o colocou no poder.

Todas essas transformações, que serviram para caracterizar o cenário político da época tinham, evidentemente, conseqüências diretas na vida dos operários de todo o país. E a maneira como essas mudanças foram absorvidas pelos trabalhadores da fábrica é um aspecto interessante a ser vislumbrado. Se por um lado, através do registro de operários, pode ser observado a que tempo essas leis foram sendo incorporadas, por outro, as entrevistas com alguns desses ex-operários são capazes de indicar em que sentido essas mudanças foram responsáveis por transformações concretas em suas vidas. Sem dúvida, a legislação trabalhista é um marco na vida dos trabalhadores e, mais do que isso, na vida cotidiana de cada um deles e as entrevistas que foram concedidas por esses ex-operários permitem efetuar uma comparação entre o “antes e o depois” dessa legislação trabalhista da Era Vargas.

No caso da Companhia Industrial São Joanense, como também na maioria das outras fábricas do mesmo período, existia uma distância considerável entre o que foi o tempo de criação das leis e o momento em que elas foram realmente executadas. A Lei de Acidentes de Trabalho, promulgada em 1923, aparece na documentação da fábrica de uma forma bastante intrigante, conforme será delineado mais adiante.

Entre as ocupações ou membros de uma seção que tiveram em seus registros um número maior de ocorrências de acidentes de trabalho, destacam-se a Tecelagem (9), a Fiação, a Sala de pano e Mecânico (3), o Carpinteiro, o Foguista, a Dobação, o Ajudante de Contramestre de Tecelagem, a Tinturaria e o Ajudante de Tecelagem (1).⁷

⁷ Os números entre parênteses indicam o número de ocorrências para uma mesma ocupação.

Em alguns casos, um mesmo operário acabava sendo vítima de mais de um acidente de trabalho, conforme aconteceu com o mecânico Arthur Delvechio, que se machucou em 23/03/1957, 19/10/1959 e novamente em 12/08/1960. Outros tiveram a mesma desventura: o tecelão Francisco Rodrigues, que se acidentou em 11/05/1956 e em 18/01/1957; na Fiação, Carmélio do Espírito Santo, acidentado em 03/09/1959 e 03/08/1960; na Sala de Pano, João Tibúrcio de Freitas, em 25/01/1958 e 30/07/1959; ainda, a tecelã Maria da Aparecida, em 30/05/1959 e 04-03/1960.

Apesar das mulheres totalizarem o maior número de mão-de-obra na fábrica, quando se tratava da ocorrência de acidentes de trabalho, esses aconteciam mais com trabalhadores do sexo masculino. Foram apenas oito casos para as mulheres, enquanto existem dezesseis registros contabilizados, exatamente o dobro de ocorrências, para os trabalhadores do sexo masculino.

Essa constatação estabelece, na verdade, uma relação direta com a divisão estabelecida no interior da fábrica entre as atividades desempenhadas apenas por homens e entre aquelas que eram desempenhadas somente por mulheres. Certas ocupações deixavam os trabalhadores mais vulneráveis à possibilidade de um acidente, como é o caso do Carpinteiro, do Foguista, do Tintureiro e do Mecânico. A Tecelagem, por exemplo, era um local que também oferecia perigo: há registro de onze casos de acidentes que aconteceram com trabalhadores dessa seção. Uma das ocorrências mais comuns era a quebra das lançadeiras, onde muitas vezes o operário vitimado chegava a ficar mutilado ou, em alguns casos, poderia até vir a morrer.⁸

Segundo Dona Raimunda, no período em que estava trabalhando perto dos teares de cobertores, uma lançadeira grande, de bico de ferro, voou e acertou sua cabeça, deixando-a até tonta. Por serem grandes e pesados, esses teares para cobertores

⁸ PEREIRA, 1979. p. 88.

eram manipulados somente pelos homens. De acordo com o Sr. Antônio Palharini, para que uma máquina fosse entregue a um operário, ele era treinado cerca de três a quatro meses antes de assumir a função.

Além de treinamento para o operário que iria manusear a máquina, alguns cuidados deveriam ser tomados pelos outros operários que trabalhavam perto dessas máquinas: as meninas que usavam os cabelos compridos, por exemplo, tinham que amarrá-los. Conta-se que certa vez, ocorreu um acidente onde a moça encostou-se à máquina e os eixos de torção puxaram os seus cabelos. Para tirá-la dali, os cabelos tiveram que ser cortados, e os operários que presenciaram o acidente tiveram ainda que levá-la para a Santa Casa para dar alguns pontos no couro cabeludo, que chegou a ferir-se.

Outros acidentes, porém, tiveram conseqüências mais graves, como relata o Sr. Antônio Palharini:

O acidente grave foi daquela morte do rapaz nas cardas⁹, porque antes tinha as correias lá em cima. Eu não sei o que foi, pegou ele [sic] pela perna e levou ele [sic] para cima e na polia passava a tesoura: aquilo saiu pedaço para todo lado. Foi morte instantânea.

Um outro acidente grave também aconteceu nessa mesma carda. Na época, relata o Sr. Antônio Palharini, era ordem da direção fazer amolação da carda toda semana e, em uma dessas vezes, o rapaz que era responsável por essa tarefa se desequilibrou e caiu. Na queda, pegou num cilindro e, como conseqüência, teve seu braço dilacerado. E como os institutos de aposentadorias não estavam em funcionamento, todos os meses, esse mesmo operário que ficara mutilado pelo acidente

⁹ Cardas: máquinas que desembaraçam, destrincham e limpam fibras têxteis.

ocorrido no trabalho, recolhia na fábrica uma ajuda em dinheiro, onde cada companheiro oferecia uma quantia para que, dessa forma, ele pudesse garantir sua sobrevivência. Esse caso isolado acaba por demonstrar que a fábrica, nesse período, não tinha nenhum compromisso com qualquer incidente que ocorresse com seus operários no período de trabalho.

Sobre o que chamou a atenção na análise sobre a incorporação da legislação referente aos acidentes de trabalho, foi a constatação de que, das vinte e quatro referências a acidentes encontradas nos registros de operários, acrescidas de cinco afastamentos pelo IAPI, nenhuma delas ocorreu antes do ano de 1957. Essas informações aparecem na documentação como se no período que antecede o ano de 1957, ninguém tivesse sofrido qualquer ferimento mais grave, ou mesmo que necessitasse de uma atenção especial. E os acidentes acima, lembrados pelo Sr. Palharini, que ocorreram no período em que já vigorava a Lei de Acidentes de Trabalho, por que não foram registrados? O mesmo acontece com a Lei de Férias, de 1926: o que se constata é que os operários da fábrica só começaram a usufruir o direito de tirar férias anuais a partir do ano de 1933.¹⁰

Essas transformações advindas da criação e consolidação das novas leis do trabalho não passaram despercebidas pelos operários da Companhia Industrial São Joanense. A referência a essas mudanças se faz, na maioria dos relatos, em casos específicos, tais como a estipulação das oito horas diárias de trabalho e a Lei de Aposentadorias e Pensões.

De acordo com o Sr. Chiquinho, quando iniciou o seu trabalho na Companhia Industrial São Joanense, em 1921, tinha que ficar na fábrica cerca de nove

¹⁰ Esses dados foram extraídos do “Registro de Empregados” - Arquivo da Companhia Industrial São Joanense, 1935.

horas ou nove horas e meia para ganhar o dia. Depois, com a entrada de “outros governos”, as leis foram modificadas, e só assim passaram o trabalho diário para oito horas.

O Sr. Alberto Agostini, lembra mais claramente desse processo:

O meu horário era de seis e meia às três. Quando eu entrei, não tinha oito horas. O Arthur Bernardes queria o horário dele, era de oito horas, mas não chegou a executar. Agora, depois, o Getúlio é quem executou, em 1931. Colocou férias e oito horas de trabalho.

O sacrifício de passar o dia todo no trabalho também é lembrado por Dona Raimunda: a ex-tecelã iniciava o seu trabalho às cinco horas com o intuito de acrescentar um pouco mais em seu salário ao final do mês. E trabalhava até as quatro e meia, ou até as seis, conforme o aperto. *Tudo porque não eram oito horas de trabalho,* afirma.

Depois é que veio essa lei. Antigamente não tinha horário de trabalho. Tinha pessoas que ficavam até as cinco e meia, seis horas e a gente ganhava um pouquinho mais que o salário.

Além de trabalhar durante todo o dia, os operários eram muitas vezes obrigados a fazer horas extras. Dona Raimunda relata essa realidade:

Ah, antigamente não tinha muita lei. A gente tinha que andar num cortado feio! Depois vieram essas leis, melhorou muito. Antigamente nada disso tinha. Ele [o gerente] obrigava a ficar o tempo inteiro e tinha que ficar lá, porque se a gente não ficasse lá, fazendo hora extra, às vezes fazia até obrigada. Ele [o gerente] pegava a produção da gente e marcava para as outras colegas que ficavam lá.

Essa imagem, do gerente usando de meios coercitivos para um aumento de produção, é citada nesse único relato. A representação da figura sempre constante desse gerente vigilante e que oferecia vantagens para quem obedecesse às ordens e normas estipuladas é rapidamente abafada pelo saudosismo dos ex-operários em todas os relatos analisados, resultado direto da época e do momento em que estas entrevistas foram concedidas. É importante lembrar que essas entrevistas fazem parte do Acervo da Companhia Industrial São Joanense e que foram concedidas para as comemorações do centenário da fábrica, em 1991. Assim, essas lembranças tendem a um certo saudosismo por parte desses ex-operários com relação ao tempo de trabalho, uma vez que são representantes diretos de um período em que poucos conseguiram se adaptar a forma de trabalho imposta.

Os relatos apontam também para uma outra transformação que as leis proporcionavam aos trabalhadores, mas que, segundo os entrevistados, na São Joanense já não trazia nenhuma novidade: a aposentadoria de empregados que chegavam à velhice. A iniciativa da fábrica em aposentar alguns de seus operários aparece no período anterior à criação dos Institutos de Aposentadoria. Essa constatação demonstra que existia um total desconhecimento por parte desses trabalhadores sobre alguns direitos que já existiam no papel, como é o caso da Lei Elói Chaves de Aposentadorias e Pensões, existente desde 1923.

A aposentadoria é abordada pelos operários com uma simbologia específica: apresenta-se para esses trabalhadores como o prêmio maior, o troféu conquistado pelos anos de labuta e de dedicação ao trabalho. *Trabalhei demais*, afirma Dona Raimunda, ao fazer referência ao número de horas trabalhadas por dia e pelos

anos a fio dedicados ao trabalho. Se valeu a pena? *Valeu, porque hoje eu sou aposentada*, responde.

Essa lembrança faz com que os operários vangloriem essa iniciativa e apontem o critério justo e exemplar que no passado pairava nas relações empregado/patrão da Companhia Industrial São Joanense: *As leis hoje vieram beneficiar, mas naquele tempo nós nunca precisamos da lei: era só andar direito e ser correto que tinha o lugar seguro*, afirma o Sr Chiquinho.

A afirmação anterior de Dona Raimunda assinala a importância da criação da Lei de Aposentadorias e Pensões, uma vez que a partir dela é que finalmente se pôde conseguir, após anos de trabalho, aposentar-se. Já para o Sr. Chiquinho, a aposentadoria era certa, independentemente ou não da iniciativa governamental em aplicá-la. Esse operário acreditava que a fábrica se comprometeria com o seu futuro enquanto trabalhador, quando atingisse a velhice. Para exemplificar essa realidade, ele continua:

Havia poucas leis que nos protegiam, mas eu posso garantir o seguinte: naquele tempo que não havia Instituto e Lei de Aposentadoria, a fábrica já tinha empregados aposentados. Dona Joaquina era faxineira e ela ficou velha, cansada e a fábrica aposentou-a por conta da própria fábrica. Ela ficou em casa e recebia o salário. Também tinha o Sr. Bernardino Cordeiro, porteiro, morreu com 98 anos. Ele também aposentou, ficava em casa e a fábrica todo mês mandava o dinheiro dele. Então, naquele tempo não havia leis, mas não despedia ninguém.

Para Dona Raimunda, os anos de sofrimento ao trabalho seriam recompensados somente ao final, quando a operária realmente saísse do emprego. Para o Sr. Chiquinho, no entanto, o passado é identificado como bom para o trabalhador e

este sairia do trabalho, simplesmente quando realmente não tivesse mais condições de desempenhá-lo.

A demissão, muitas vezes responsável pela alta rotatividade que foi anteriormente verificada na análise dos registros operários aparece, por sua vez, no discurso dos trabalhadores como sendo uma ordem natural, onde quem não se adequou ao trabalho foi o operário.

De acordo com o Sr. Alberto Agostini:

O operário, quando não era coisa boa, era mandado embora. Não tinha lei, eles mandavam passar lá no escritório pegar suas contas. Era só isso naquele tempo.

Para os operários mais antigos, uma situação era clara: as regras já estavam estabelecidas, assim, restava ao operário apenas cumpri-las. O próprio Sr. Chiquinho faz uma auto-avaliação para justificar essa realidade:

Despedia só quando era mau elemento. A prova é o seguinte: se eu entrei com 10 anos e meio, trabalhei 47 anos e meio, será que era tão bom assim? Devia ter tido minhas falhas, mas havia tolerância. Então eu sempre digo: eu nunca precisei das leis para me garantir. Minha necessidade, minha garantia, era que eu tinha que trabalhar.

A flexibilidade na imposição da disciplina na fábrica é destacada pelo ex-operário, que deixa subentendido que antes de ser despedido, o operário tinha várias oportunidades. Por outro lado, outros relatos apontam para a necessidade de se manter no emprego. Como o pai já trabalhava na fábrica, o Sr Nilton foi obrigado a segui-lo para o trabalho e assim ajudá-lo nas despesas da casa. *Não tinha outro lugar para*

trabalhar, declara. A mesma necessidade de manutenção do emprego fez com que Dona Raimunda, apesar de ter trabalhado muitos anos na fábrica, estabelecesse uma avaliação sobre como encarava o serviço: *Ah, eu não gostava muito não, mas a gente trabalhava porque precisava. Mas a gente ia vivendo e ia tocando.*

Os relatos dos ex-operários que foram utilizados para a análise representam apenas um segmento desse corpo operário, ou seja, aqueles que se “adaptaram” ao trabalho e ali passaram muitos anos de suas vidas. O único caso que se distancia de um certo saudosismo é o de Dona Raimunda. Provavelmente, por ter sofrido na pele experiências mais dolorosas como o trabalho infantil, a conjugação entre a gravidez e a criação de filhos no período de trabalho. Essa ex-tecelã consegue, em suas memórias, estabelecer uma certa distância em relação ao passado. Sua amargura só é abafada pela menção à aposentadoria, que se apresenta como o grande consolo depois desses anos de faina diária.

Em sua maioria, esses trabalhadores parecem agradecidos ao trabalho, onde o resultado de seu esforço é representado no presente pelo alcance da aposentadoria, resultado de um empenho que lhes tomou quase a vida inteira. Esses operários vêm na fábrica, a benfeitora, que lhes deu essa oportunidade. Interessante é que essa sensação de agradecimento é salientada por estes trabalhadores que chegaram a se empenhar na defesa da Companhia, caso houvesse qualquer ensejo dos colegas em parar a produção como protesto, ou mesmo de reivindicar melhores condições de salário:

Naquele tempo não tinha lei de trabalho, não tinha nada. De modo que o seu valor você conseguia adquirir ele pelo seu trabalho. Então foi isso o que aconteceu comigo. Eu procurava demonstrar e procurei sempre. Falei com

vários companheiros de trabalho. Você sabe como é, minha filha¹¹, muitos te puxam para frente e outros puxam para trás.

E muitos falavam:

— Mas a fábrica não é minha!

Eu falei:

— Se ela parar, nós não paramos de trabalhar?

Era a resposta que eu dava.

— Ah! Mas eles estão ganhando muito dinheiro!

— Isso é como diz, problema deles. Se eles ganham, não está nos dando nada. Então, se eles não ganhassem, então o que acontecia? Era pior ainda. Eles ganhando, sempre davam alguma coisa pra gente.

Alguns desses primeiros movimentos de organizações de operários, já podem ser identificados em São João del-Rei, sendo organizados de uma maneira bem conciliatória entre empregados e patrões. Em julho de 1913, a associação operária da cidade realizou no Teatro Municipal uma conferência com um famoso operário de Juiz de Fora, chamado Sr. Waldomiro Padilho. Em seu discurso, o conferencista repele a violência nas manifestações e propugna pela solução conciliatória entre o capitalista e o trabalhador. Caso esse acordo não desse resultado, a greve pacífica poderia ser utilizada como um recurso extremo.¹²

No caso citado pelo Sr. Chiquinho, as relações de afetuosidade são capazes de afastar até mesmo as possibilidades de uma greve pacífica. O ex-operário deixa bem claro em sua fala, que o lucro recebido pela fábrica é que garante aos patrões a “dar” alguma coisa aos operários. A idéia de *doação* destacada no discurso de Getúlio Vargas ao se referir à criação das leis trabalhistas, acaba sendo identificada também no discurso do próprio trabalhador que não consegue compreender o seu papel de vendedor da força de trabalho.

¹¹ Referindo-se à entrevistadora Moema Grazzation, representante da Companhia Industrial São Joanense no processo de elaboração das entrevistas com esses ex-operários em 1991.

¹² Jornal *A Reforma*, 20 de Julho de 1913.

A reflexão elaborada pelo Sr. Chiquinho deve também ser entendida no momento em que ele aponta para um passado em que não faltava trabalho para as pessoas da cidade. Essa imagem da abundância do trabalho, ou de uma época de fartura de emprego, pressupõe, segundo José Sérgio Leite Lopes, “a visão do dom patronal do oferecimento de trabalho, num contexto de comparação com o desemprego e a escassez de trabalho do tempo presente”. Todas as limitações impostas nos dias de hoje diante do “desemprego” faz com que esses trabalhadores identifiquem o passado como uma época em que só não trabalhava quem não queria.¹³

3.2 A vivência de uma “Cultura Fabril”

A “cultura operária” é uma temática amplamente pesquisada pelos seguidores de E. P. Thompson. Para esse autor, as classes trabalhadoras são os sujeitos de sua própria história, e por isso mesmo, observa-se em sua obra a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer de uma cultura de classe. Assim, a classe operária atua no seu processo de constituição ao lutar contra as imposições autoritárias dos patrões e ao propor suas novas formas de vida, podendo assim definir seu modo cultural e construir suas entidades de resistência política.¹⁴

Em uma dessas vertentes, a “cultura operária” é apontada quando se identifica o cotidiano dos trabalhadores, apresentado através da recomposição do espaço da fábrica e do regime de trabalho a que o operário estava submetido. Ao considerar que muitos dos aspectos culturais da classe operária não estão separados dos aspectos políticos, as relações sociais na indústria acabam por existir apenas através da luta de

¹³ LOPES, 1988. p. 68.

¹⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

classes. Dessa forma, a classe operária em formação, que tinha as ruas da cidade como o espaço privilegiado da atividade política, vivenciou como atividades político-culturais; o teatro, a imprensa operária, a literatura libertária, as festas e as escolas livres.¹⁵

Uma outra vertente que segue a teoria sustentada por E. P. Thompson, mas que se apóia nos estudos elaborados por Pierre Bourdieu, amplia esse universo ao enfatizar a interiorização da dominação e a resistência à dominação, além dos aspectos simbólicos por ela assumida. Assim, as redes de relações que se estabelecem com esse convívio, caracterizaram o fenômeno denominado por José Sérgio Leite Lopes como sendo a “Cultura Fabril”, considerada uma “sub parte de uma ‘cultura operária’”. Esse conceito irá nortear a análise sobre a experiência de trabalho na Companhia Industrial São Joanense.¹⁶

“A essa ‘cultura fabril’ não faltam meios próprios, construídos, de comunicação entre companheiros de trabalho, como o *dicionário* que atravessa o ruído da fábrica; nem o tratamento por vezes amistoso, por vezes conflitivo dos trabalhadores em si, procurando dar sentido a uma convivência por força da cooperação capitalista imposta pela administração fabril, e que se expressa pela brincadeira, pela gozação e pelos pressupostos tensos implícitos nas ‘relações jocosas’. (...) como se a ‘cultura fabril’ dos operários fosse uma ‘segunda natureza’ da própria fábrica”.¹⁷

A identificação dessa “Cultura Fabril” expressa nos relatos de alguns dos ex-operários da Companhia, se caracteriza pelo choque entre as várias gerações, as “gerações alternadas” que compõem a mão-de-obra.¹⁸ No interior da fábrica, a “onipresença do trabalho” irá permitir um ambiente peculiar, onde velhos e crianças muitas vezes dividem funções com adultos. Ainda, a convivência entre mulheres e

¹⁵ HARDMAN & LEONARDI, 1982, pp. 252-253.

¹⁶ LOPES 1988, p. 83.

¹⁷ LOPES, 1988, p. 84.

¹⁸ LOPES, 1988, p. 84.

homens que, mesmo não trabalhando na mesma seção, em diversas situações se esbarraram nos momentos de entrada ou saída do trabalho na fábrica, ou nas festas organizadas pela própria Companhia. Em outras circunstâncias, estes podem se tornar vizinhos por se estabelecerem, através de suas residências, perto do local de trabalho, conforme foi verificado no capítulo anterior.

Nessas relações, as crianças tornam-se protagonistas das relações estabelecidas na Companhia Industrial São Joanense, uma vez que representavam uma parte significativa da mão-de-obra responsável pela produção. O trabalho de menores foi utilizado amplamente nas fábricas do país inteiro, pelo menos até a fiscalização mais rígida após a Consolidação das Leis do Trabalho. E a Companhia Industrial São Joanense contou com um contingente considerável dessa mão-de-obra que não havia atingido ainda os quatorze anos de idade. A vivência da infância trabalhando na produção fez com que as brincadeiras infantis fizessem parte do cotidiano da fábrica. Como uma válvula de escape, essas brincadeiras tornavam mais suportável o procedimento de trabalho, num processo onde as crianças tinham que se adequar à disciplina, além de ficarem “enclausuradas” em um ambiente fechado, cumprindo uma meta de produção estipulada pela direção.¹⁹

Em certas situações, essas crianças não disfarçavam o medo que sentiam ao lembrarem das histórias contadas pelos operários mais velhos, histórias essas que povoavam a imaginação de meninos e meninas. Na Companhia Industrial São Joanense, em certo momento, fora criado um turno de trabalho aos sábados, onde os operários entravam para trabalhar às seis da tarde e só saíam da fábrica à meia-noite. Como

¹⁹ “Apesar das semelhanças formais, a fábrica não é a prisão. Aliás, todo o seu problema foi o de conseguir de pessoas livres uma presença regular e exatidão!” In: PERROT, 2001, p.54.

ficavam com medo de ir para suas casas, muitos desses meninos acabavam dormindo na própria sede da companhia, ao lado da caldeira.

Era quentinho, nós puávamos [sic] com a linhagem e dormíamos ali. Era tudo mato, mas tinha um caminho que passava, saía num portão grande que ia à fábrica e diziam que certa hora da noite aparecia uma mulher toda vestida de branco e nós tínhamos um medo tremendo, devido a nossa idade.

As relações de trabalho na fábrica perpassavam algumas situações de conflito, geradas na própria convivência entre essas “gerações alternadas”. O embate vivenciado entre a infância e a idade adulta resulta em várias histórias de brincadeiras infantis. Essas histórias são lembradas pelos próprios atores da época, como conta o Sr Antônio Palharini:

Um dia eu brinquei com a Pituca. Eu peguei um gafanhoto e coloquei dentro da roupa dela. Ela arrancou a roupa todinha, ficou só de calcinha e sutiã. Eu tive muita sorte, nunca fui suspenso um dia.

O Sr. Palharini sabia que existia um limite, que seria atingido se acaso tivesse sido suspenso em algum momento de sua vida de trabalhador. Mas o relato aponta para uma situação interessante: na São Joanense, as mulheres mais velhas acabavam por se tornar o alvo das brincadeiras das crianças. Na Companhia de Tecidos Paulista, analisada por José Sérgio Leite Lopes, é recorrente em vários relatos a fixação dos “velhos” como objetos de brincadeiras.²⁰

E na tecelagem, às vezes tinha aquela briga por linha. As mulheres pegavam o avental e enchiam de linha, deixavam as outras sem linha. Eu vinha por

²⁰ LOPES, 1988, p. 85.

trás e soltava a cordinha e caía tudo. As brincadeiras eram assim. Às vezes a tecelã estava quase dormindo no tear, eu vinha, pá na tábua, ela assustava. Elas diziam: olha aí que vem o capeta!

Esses operários menores, apesar de viverem rodeados por essas “companheiras” de trabalho sedentas por terminarem o dia de serviço, apresentavam-se como uma ameaça constante para a eficiência do desempenho das tarefas dessas operárias adultas. Esse embate acabava por resultar situações às vezes conflituosas, tal como relatou Dona Raimunda, na introdução desse trabalho, quando suas companheiras mais velhas começaram a machucá-la por causa de sua falta de agilidade no serviço.

Baseando-se no caso narrado pelo Sr. Palharini, para essas mulheres já adultas, que geralmente ganhavam por hora ou por produção, o medo da falta de material para trabalhar tornava a chegada do fio uma verdadeira disputa. Por isso mesmo, ser esperta no momento da chegada da linha era importante, uma vez que com mais material disponível, as tecelãs poderiam terminar mais cedo as suas metas de trabalho, ou mesmo, produzirem mais naquele mesmo dia.

Por outro lado, o relato do Sr. Palharini indica um outro momento proporcionado a quem conseguia um pouco de sossego, seja pelo fato do Contramestre não estar presente na seção naquele momento, ou porque a operária não teria conseguido conter o cansaço e o cochilava na hora do trabalho. A presença “infernal” daquele ambiente que conjugava o barulho das máquinas, a concorrência das colegas de trabalho e mais as travessuras das crianças, fazia com que o apelido dado àquele menino, “o capeta”, indicasse como os adultos enxergavam esses trabalhadores que não havia ainda completado os quatorze anos. Esses meninos representariam, na verdade,

um atraso no trabalho dos adultos, sendo capazes de “atazanar” a tranqüilidade e a ordem durante o período de trabalho.

Na época, era criança, era amarrador de cordas. Então tinha uma tal de Teresa e ela tinha um tamanquinho. Num luxo danado, só vinha até na fábrica. Então, um dia me deu na idéia de amarrar o tamanco dela bem amarrado no pé da máquina. Aí, quando deram 6 horas, quando desligava tudo para ir embora, estava amarrado. Ela ficou brava, chamou um, chamou outro e chamou o gerente. Foi uma confusão. Mas ninguém viu a brincadeira. Parou por aí, mas a mulher xingou uma semana.

Como ninguém havia presenciado a sua travessura, o operário conseguiu se safar de mais essa enrascada. Mas este se tornou um momento perigoso, uma vez que a operária chamou o gerente, impondo o limite que o menino não deveria mais extrapolar. Caso alguém descobrisse, esse operário seria suspenso.

A situação de desespero da operária em querer sair da fábrica junto com os outros companheiros destaca a importância das saídas da fábrica e dos lazeres como os grandes momentos da vida operária, principalmente quando se analisa o trabalhador italiano, conforme já foi identificado por Michelle Perrot (2001):

“Como os operários enfrentam uma auto-imagem onde a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo ‘bom aspecto’, a *bella figura* dos italianos”.²¹

A característica da indumentária operária foi muitas vezes indicada pela sua limitação, contando apenas com o necessário. É comum identificar o vestuário operário como “trapos, andrajos” e uma “ausência muito grande de calçados ou chinelos”. A modéstia e a pobreza é o que na verdade caracteriza as roupas de operários e operárias

²¹ PERROT, 2001. p. 104.

do final do século XIX e princípio do século XX.²² A única referência encontrada nos relatos dos ex-operários da Companhia Industrial São Joanense diz respeito à tradição italiana dos “tamanquinhos”.

Na época o povo usava os tamanquinhos. Então quando as operárias desciam para trabalhar, no passeio elas tinham um batido com os pés com aqueles tamanquinhos no passeio, que dava uma bateria: TA, LÁ, TÁ, LÁ. Os homens usavam também, mas nós colocávamos uma sola para durar mais, aí não faziam barulho, só os das mocinhas.

Esta convivência com os italianos, cujos costumes já haviam sido disseminados na cidade, caracteriza uma relação interessante na fábrica. Como já foi visto anteriormente, uma parte considerável de operários era de filhos daqueles imigrantes que desembarcaram em São João del-Rei em fins do século XIX. De fato, a introdução dos costumes italianos na cidade já pode ser identificada, como já bem consolidados, nas primeiras décadas do século XX.

As relações conflituosas entre os operários não se restringem aos adultos e crianças. Muitas vezes, elas alcançam dimensões maiores envolvendo toda a administração da Companhia. O Sr. Chiquinho, por exemplo, acabou sendo prejudicado em uma dessas “armações”, no ano de 1944.

Eu estava fazendo um serviço na fábrica de Divinópolis e eles queriam formar uma nova diretoria para o Sindicato. Quando eu fui indicado para tesoureiro, eles tiveram medo. Eles falaram uma coisa que era ofensiva à minha pessoa e eu estava fora. Eu não estava na fábrica para me defender. Foi uma operária seduzida por um chefe. Falaram para ela falar aquilo e ela falou e não sabia da responsabilidade. Quando eu cheguei foi uma confusão. Lá em casa me contaram e eu peguei esse atestado da fábrica e fui na justiça. Aí ela teve que fazer o seguinte: ela teve que desmentir pelo

²² DE DECCA, 1991. p. 56.

jornal, naquele tempo era o Correio e o Diário do Comércio e ainda me elogiar.

Quando a colega de serviço faz o comentário ofensivo e que poderia prejudicar a imagem de honestidade do Sr. Chiquinho, este logo tratou de acionar todos os meios possíveis para livrar-se da situação embaraçosa. O atestado, tirado na própria fábrica, continha os seguintes dizeres:

Da Companhia Têxtil São Joanense, atestamos o Sr. Francisco de Santana de Oliveira, nosso mestre de fição, é pessoa de nossa confiança, cumpridor de seus deveres e criterioso na manutenção da ordem da seção que lhe está confiada, não havendo coisa nenhuma do nosso conhecimento que o desabone.

Por ser a explicação da verdade e por dossiê pedido, passamo-lo com prazer o presente atestado.

Sr. Antônio de Carvalho Sobrinho.

Outra relação pode ser também identificada nesse relato: o poder exercido pelo chefe de seção sobre suas operárias. Apesar de no relato não ficar explícito as garantias que a operária receberia ao sujar a imagem do Sr. Chiquinho, a própria menção da palavra “seduzida” indica a utilização da vantagem desse chefe sobre a operária.

As relações na fábrica não se limitavam apenas aos conflitos, seja entre operário/operário, ou patrão/operário. Os momentos de lazer na Companhia configuravam-se como um importante período de confraternização entre patrões e empregados. As referências às festas organizadas pela fábrica dão ênfase, principalmente, à comemoração do 1º de Maio – o Dia do Trabalhador.

Naquele tempo havia também o P de maio, bandas, músicas e foguetórios pela madrugada. Fogos para comemorar o dia do operário, reuniam todos em frente da fábrica. Depois veio o Sr. Copa [gerente] que achou melhor dar um lanche mais ou menos ali pelas nove horas no dia do operário e trazia o “Jasmo” para tocar e dançava. Ele mesmo tirava as operárias para dançar. Aquela confraternização de operários e diretores era também muito boa.²³

Em 1909, a “Festa do Trabalho” foi destaque no Jornal *A Opinião* que permite vislumbrar como era preparada essa comemoração no início do século XX. A festa operária, que contou com a presença de bandas de música, foi organizada com uma passeata que saiu do Teatro Municipal, localizado no centro da cidade, e foi até à *Fligi Del Lavoro*, a associação de italianos, cuja sede era vizinha das dependências da Companhia Industrial São Joanense. Lá chegando, foram proferidos discursos por representantes da São Joanense e da Estação Ferroviária Oeste de Minas.²⁴ A apropriação “de símbolos e festejos tradicionais da classe operária, como o 1º de Maio, espécie de data magna do regime”, no dizer de Luiz Werneck Vianna, foi de grande relevância para o sistema instituído pelo governo de Getúlio Vargas.²⁵

Nessas comemorações eram servidos os famosos chocolates com bolachas e a música acontecia durante toda a festa. A presença do gerente da fábrica e sua iniciativa de chamar as operárias para dançar apresentavam-se para os operários como um momento real de confraternização, onde toda a hierarquia existente se desfaz por um momento. Além da convivência dentro do edifício da fábrica no período de trabalho, ou pelas relações de vizinhança, uma grande parte dos operários acabava dividindo as

²³ Entrevista com o Sr. Chiquinho.

²⁴ Jornal *A Opinião*, dia 05/05/1909

²⁵ VIANNA, Luiz Wemeck., 1978.

mesmas atividades no período de folga. O lazer dos operários muitas vezes se confundia com o próprio espaço de trabalho.

Apesar de a festa mais comentada ser o 1º de Maio, muitos dos ex-operários entrevistados não deixaram de relembrar os jogos de futebol, que aconteciam nos finais de semana, ou mesmo daqueles jogos que contavam com a presença de equipes que não eram da São Joanense, para competir em datas comemorativas, como o próprio 1º de Maio.

Diante dos resultados, a semana de trabalho acontecia com vários insultos, diante da vitória ou derrota de equipes, num clima de competitividade que extrapolava o período dos jogos. Assim como o dia do jogo era esperado e comentado, as conseqüências do resultado eram igualmente estendidas para os dias de trabalho que se seguiam.

A existência de um campo de futebol ao lado do edifício da fábrica sinaliza a importância desse convívio entre os operários, que misturavam trabalho e lazer. Observa-se na fotografia, que entre os torcedores que estavam assistindo ao jogo, destaca-se um grande número de mulheres.



Jogo de Futebol no campo pertencente à Companhia Industrial São Joanense.

(FONTE: Acervo da Companhia Industrial São Joanense. *Fotografias Avulsas*. [s.d])

Os cultos religiosos eram da mesma maneira importantes e faziam parte das comemorações anuais desses operários:

Quando iniciou a festa do 1º de maio, isso foi o início. Depois, então, foi incentivado o seguinte: a parte religiosa, a paróquia naquele tempo mandava o padre, a gente fazia umas três reuniões, então o padre confessava a gente. Todas as fábricas tinham o São José [a imagem]. Então juntavam as fábricas, a São João, a Brasil, a Dom Bosco e iam tudo para a Igreja.²⁶

É relevante abordar que a imagem de São José é geralmente relacionada com características patriarcais dos antigos engenhos, simbolizando o bom marido e o senhor de engenho, aquele que estabelece a ordem familiar e a quem todos deveriam

²⁶ Entrevista com o Sr. Antônio Palharini.

respeitar e obedecer.²⁷ A partir dessa relação, pode-se observar que os relatos desses ex-operários indicam uma questão pouco estudada pela historiografia, mas que já foi salientada por Michelle Perrot (1991): como os operários viam seus patrões? Para a autora, essa é uma questão fundamental para se compreender a própria ação operária, uma vez que “toda ação se inscreve num mundo de representação; não existe consciência de classe sem visão do mundo ou cultura sem elaboração de uma simbologia”.²⁸

Na fala dos operários, pode ser identificada uma representação do patronato. Entende-se que apesar do patrão passar a ser representado pelo gerente, pois o verdadeiro proprietário poucas vezes ia visitar a fábrica, uma vez que a São Joanense foi comprada no início do século XX por uma Companhia do Rio de Janeiro. Nesses relatos, o que predomina é uma relação paternal, sendo o paternalismo um dos sistemas mais importantes de relações sociais de trabalho. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho a seus filhos, protege-os e associa-os à história de sua família. Essa representação, do “patrão como pai”, foi identificada por Michelle Perrot na realidade pesquisada pela historiadora em seu estudo sobre a França, mas que em finais do século XIX já apresentava sinais de esgotamento.²⁹

Na verdade, se o patrão era visto como aquele que garantia a sobrevivência do operário e de toda a sua família, a fábrica fazia, às vezes, o papel de mãe: *Eu considero a São Joanense a minha segunda mãe, porque eu fui criado lá*, afirma o Sr. Chiquinho, ao fazer um retrospecto de sua vida e a importância do tempo de trabalho nesses anos lembrados. A fábrica apresenta-se tão importante para os ex-operários, que acaba povoando ainda a imaginação daqueles que lá deixaram anos preciosos de sua

²⁷ IEPHA/MG. *Iconografia da Virgem Maria*. Belo Horizonte, 1982.

²⁸ PERROT, 2001. p. 81.

²⁹ PERROT, 2001. p. 82/83.

vida, conforme salienta o Sr. Chiquinho: *Quase todos os dias, sonho que estou trabalhando, que estou naquela luta. Mas isso é porque eu trabalhei muitos anos e não tive infância.*

Os relatos de ex-operários utilizados na análise se apresentam como um importante recurso para reativar a memória do tempo de trabalho na Companhia Industrial São Joanense. Esse tipo de registro alcança uma memória pessoal que é também uma memória social, familiar e grupal, uma vez que utiliza-se das lembranças dos idosos. Eles já atravessaram um determinado tipo de sociedade e, por isso mesmo, é possível verificar em suas lembranças uma história social bem desenvolvida.³⁰

Porém, é importante destacar que “situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu”. Para a construção de um passado conjunto, e conseqüentemente construir memória, é preciso que haja uma certa duração na convivência.³¹ E essa foi a realidade verificada nos relatos analisados nesse capítulo: as entrevistas aconteceram com o objetivo de comemorar o centenário da São Joanense, colocando esses trabalhadores como os grandes “heróis” do passado, inseparáveis do papel de destaque da própria fábrica.

³⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: TAQ, s/d.p. 22.

³¹ D'ALÉSSIO, Márcia Mandor. “Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora”. In: *Revista Brasileira de História*. V.13, nº 25/26 São Paulo: Marco Zero, set.92/ago.93.p. 98/99.

Considerações Finais

O trabalho desenvolvido nessa Dissertação de Mestrado buscou, a partir da análise de um estudo de caso, cujo título é a *Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João del-Rei : o caso da Companhia Industrial São Joanense (1891/1935)*, compreender como ali se estabeleceram as relações de trabalho fabris.

O fim do século XIX e o início do século XX aparecem com um período rico e ainda coberto de lacunas para ser trabalhado pela historiografia, principalmente se a temática envolver as relações de trabalho. E, São João del-Rei, apresentou-se como um importante espaço, justamente por se tratar de uma localidade que vivenciou durante toda a época mineradora, uma posição de destaque diante de sua importância enquanto Praça Comercial.

Esse recorte temporal ainda pode ser destacado pelo fato de vários elementos coexistirem e serem responsáveis por um novo período da história brasileira: configurava-se numa sociedade pós-escravidão e que contava também com a presença de vários imigrantes italianos que chegaram à cidade de São João del-Rei em fins do século XIX, com o objetivo de suprir a escassez da mão-de-obra escrava.

Apesar do contingente desses trabalhadores ser destinado à produção rural, o que se verificou foi que São João del-Rei, diante de seu dinamismo urbano,³² proporcionava aos consumidores e aos trabalhadores uma “tempestade” de novidades importadas, graças à facilidade de transporte de mercadorias vivenciada desde a implantação da Ferrovia Oeste de Minas. A cidade passa a ser um lugar privilegiado

³² Diferentemente de econômico, pois estudos recentes demonstram que os anos iniciais dos novecentos foi caracterizado por uma crise (GRAÇA FILHO, 2000).

nessas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, ambicionada por todos aqueles que queriam viver num ritmo de vida mais frenético.

A Companhia Industrial São Joanense surge nesse entremeio justamente por ser uma fábrica constituída num período de grande especulação financeira, com capital retirado dentro da própria cidade, e que se espelhava em experiências de empreendimentos que conseguiram vigorar em Minas Gerais no mesmo período, como foram as fábricas têxteis de Bernardo Mascarenhas. No entanto, o que se observa é que a experiência vivenciada pela Companhia Industrial São Joanense foi bem diferente daquela que foi a sua inspiradora.

Primeiramente, por se tratar de empreendimentos cujos edifícios eram em locais com características bastante heterogêneas. As fábricas da Família Mascarenhas foram estabelecidas em fazendas, em pontos que se distanciavam de pequenos centros urbanos. No caso da São Joanense, a Chácara da Olaria, que foi adquirida para a construção da fábrica, tinha um local estratégico, uma vez que ficava entre o centro da cidade de São João del-Rei e a Colônia dos Italianos.

Assim, a Companhia terá uma característica diferente de muitas outras de seu período, onde não se pode analisá-la dentro do padrão “Fábrica com Vila Operária”, modelos que nortearam trabalhos como os de José Sérgio Leite Lopes e Domingos Giroletti. Para Giroletti, a fixação do trabalhador no ambiente de trabalho através da moradia acabava sendo uma forma de disciplina e extensão do poder patronal sobre os trabalhadores. Para Lopes, a própria moradia operária seria um dos meios de fazer com que se evitasse um grande problema enfrentado no período, que era a rotatividade de mão-de-obra, num período considerado pelo autor conhecido pela “abundância de trabalho”.

A São Joanense apresenta-se com uma certa peculiaridade: apesar de algumas das residências operárias serem suas propriedades. A maior parte de seus operários residia em moradias particulares, espalhadas pelas ruas da cidade. Mas o interessante é que, apesar de estarem espalhados pela cidade, um grande número desses operários vai se estabelecer nas proximidades da fábrica, constituindo um bairro característico, mas sem o investimento direto da Companhia Industrial São Joanense. Esse fato contou com a colaboração de vários imigrantes italianos, que viviam pedindo à Câmara Municipal de São João del-Rei a concessão de terrenos devolutos para se estabelecerem em ofícios urbanos e por ser o local onde funcionava a sede da *Filgi del Lavoro*, prestando assistência a esses imigrantes que residiam na cidade.

Mesmo sem ter que alojar seus operários, pois uma maioria era são-joanense, a Companhia acabou tendo na composição de sua mão-de-obra um número bem representativo de migrantes, vindos das diversas cidades circunvizinhas à antiga sede da Comarca do Rio das Mortes. A própria cidade acabava por instalar essa mão-de-obra, que saía de seus pequenos núcleos para tentarem uma vida melhor na cidade e no trabalho fabril.

De qualquer forma, o que se observa é que o trabalho na fábrica, foi, para a maioria dos trabalhadores, temporário. A rotatividade de mão-de-obra surpreende. Os operários ficavam pouco tempo desempenhando suas atividades na fábrica e logo pediam demissão. Essa realidade foi identificada por Lopes, em Pernambuco, justificada pelo fato desses trabalhadores encontrarem outro emprego facilmente em qualquer outro estabelecimento fabril, ou mesmo voltar para a fábrica de onde teria desistido do emprego. Na São Joanense é recorrente casos de operários que chegavam a sair e voltar ao trabalho diversas vezes. Vários elementos como o casamento, a mudança de cidade e

afastamentos por motivos de doença servem para caracterizar as mais comuns justificativas de saídas desses operários.

Por outro lado, essa rotatividade de mão-de-obra deve também ser analisada diante do foco de uma não adaptação ao regime fabril, ou mesmo uma não aceitação das regras de “disciplinarização” imposta pelos industriais, que foi objeto de análise de Giroletti. O que se observa é que o número de operários despedidos por não se encaixarem às exigências da São Joanense é muito grande. Nos três momentos analisados – 1927-1932; 1934 e 1935 – o que se observa é que os operários despedidos vão diminuindo em proporção, assim como o teor das justificativas dadas pelos industriais em cada caso vai perdendo um pouco da “aspereza”.

De qualquer forma, o perfil desses operários já caracteriza a adaptação que não seria nada fácil. Esses operários eram, em sua maioria, crianças e mulheres, que desempenhavam atividades onde se observa uma divisão relativamente rígida entre as ocupações desempenhadas pelos homens e pelas mulheres. Aqueles poucos que ficaram realmente a “vida inteira” realizando o seu trabalho na fábrica puderam ser parcialmente analisados. Através deles é que se pode perceber que a Legislação Trabalhista incorporada no período analisado na pesquisa existia como garantia somente quando o assunto era a redução do trabalho para oito horas diárias e, principalmente, quando o benefício era o alcance da aposentadoria. O ponto culminante em sua carreira quando chegasse a velhice. Com a aposentadoria garantida e a noção de missão cumprida, esses operários conseguiam rememorar fatos e casos interessantes que circundavam as relações estabelecidas dentro de uma “Cultura Fabril”, onde todos os elementos que conviviam, seja na cidade, no bairro ou no próprio ambiente da fábrica estabeleciam-se numa vivência caracteristicamente operária.

Descrição das ocupações da Companhia Industrial São Joanense

- 1. Acabamento de cobertores:** Pessoa responsável por fazer os últimos reparos nos cobertores.
- 2. Ajudante de carpinteiro:** Aprendiz ou auxiliar do artífice que trabalha em madeira para obra grossa.
- 3. Ajudante de contramestre de tecelagem:** Aprendiz ou auxiliar do chefe responsável pelo conserto e manutenção das máquinas da Tecelagem.
- 4. Ajudante de tecelagem:** Aprendiz ou auxiliar do operário responsável pela seção da Tecelagem.
- 5. Ajudante de engomador:** Aprendiz ou auxiliar do operário responsável por colocar os fios ou o pano em goma e alisar depois em ferro quente.
- 6. Almoxarife:** Administrador do depósito de materiais pertencentes às repartições da fábrica.
- 7. Auxiliar de Carapina:** Ajudante do Artífice que trabalha em madeira para obra grossa.
- 8. Auxiliar de Escritório:** Ajudante do operário responsável por cuidar do local onde se trata ne gócios da fábrica.
- 9. Batedores:** Local onde o algodão é batido para ser descaroçado.
- 10. Bobinas:** Local onde o operário vai trabalhar com o pequeno cilindro de madeira em que se enrola o fio.
- 11. Caldeira:** Operário que trabalha com o grande vaso metálico para aquecer a água e fazer vapor.

- 12. Carapina:** Artífice que trabalha em madeira para obra grossa.
- 13. Carpinteiro:** Artífice que trabalha em madeira para obra grossa.
- 14. Carretéis:** Local onde o operário vai trabalhar com o pequeno cilindro de madeira em que se enrola o fio.
- 15. Combustível:** Local onde o operário é responsável pela queima da lenha para as caldeiras de vapor.
- 16. Contador:** Trabalhador responsável por verificar as contas; aquele que refere; funcionário encarregado de contar as custas e salários judiciais.
- 17. Contramestre:** Chefe responsável pelo conserto e manutenção das máquinas da fábrica.
- 18. Contramestre de fiação:** Chefe responsável pelo conserto e manutenção das máquinas da Fiação.
- 19. Contramestre de tecelagem:** Chefe responsável pelo conserto e manutenção das máquinas da Tecelagem.
- 20. Corda – auto:** Local na fábrica onde pessoas que trabalham na eficácia dos fios que imprimem movimentos a certos maquinismos da fábrica.
- 21. Cordas:** Pessoas que trabalham na eficácia dos fios que imprimem movimentos a certos maquinismos da fábrica.
- 22. Deburação de cobertores:** Local da fábrica onde trabalha a pessoa responsável por uma das etapas de acabamento do cobertor.
- 23. Dobação:** Local da fábrica onde se enrola o fio em novelos.
- 24. Dobação – carregava espúlios:** Operário responsável por carregar os fios do local de Dobação.

- 25. Eletricista:** Pessoa responsável pela instalação de aparelhos elétricos ou a outras aplicações da eletricidade.
- 26. Encarregada de dobação:** Operário que auxilia o local da fábrica onde se enrola o fio em novelos.
- 27. Encarregada de espulas:** Operário que auxilia o local da fábrica onde se organiza o fio.
- 28. Encarregada de sala de pano:** Operário que auxilia o local da fábrica onde são remetidos os tecidos prontos.
- 29. Encarregada de tinturaria:** Operário que auxilia o local da fábrica onde se tingem os panos.
- 30. Engomador de fios:** Operário responsável por colocar os fios em goma e alisar depois em ferro quente.
- 31. Engomador de pano:** Operário responsável por colocar o pano em goma e alisar depois em ferro quente.
- 32. Escritório:** Local onde trabalha o operário responsável por cuidar do local onde se trata dos negócios da fábrica.
- 33. Espulas:** Pessoa responsável pelos fios.
- 34. Ferreiro:** Operário responsável pelos serviços em ferro da fábrica.
- 35. Fiação:** Ação, efeito ou modo de fiar; seção da fábrica ou lugar onde se fia.
- 36. Foguista:** Aquele que se encarrega das fornalhas, nas máquinas à vapor.
- 37. Fundição:** Local onde o operário irá fundir metais.
- 38. Guarda-livros:** Pessoa que faz a escrituração completa da fábrica. O guarda-livros é hoje o contador.
- 39. Limpeza:** Aquele que cuida do asseio e organização da fábrica.

- 40. Limpeza de fachadas:** Aquele que cuida do asseio e preservação da fachada do edifício da fábrica.
- 41. Limpeza de privadas:** Aquele que cuida do asseio das instalações sanitárias.
- 42. Limpeza e lenha:** Aquele que cuida do asseio e da coleta e organização da lenha.
- 43. Limpeza geral:** Aquele que cuida do asseio e organização geral da fábrica.
- 44. Massaroqueira:** Pessoa que trabalha em máquina utilizada na fiação.
- 45. Meadas:** Operários que trabalham com a porção de fios dobrados.
- 46. Meadas e carretéis:** Operários que trabalham com a porção de fios dobrados e também com o pequeno cilindro de madeira em que se enrola o fio.
- 47. Meadeiras:** Operários que trabalham com as máquinas de fazer meadas ou dobadoras.
- 48. Mecânico:** Funcionário responsável pelos serviços que se referem à Mecânica;
- 49. Mestre de tecelagem:** Operário responsável pela seção da tecelagem.
- 50. Mestre geral:** Operário responsável por todas as seções da fábrica.
- 51. Oficina:** Operário que trabalha no lugar onde se guardam os utensílios de uma indústria.
- 52. Pavieiro:** Pessoa responsável pela mecha em que acende a substância inflamável para a iluminação.
- 53. Pedreiro:** Operário que trabalha em obras de pedra e cal.
- 54. Preparador de pano:** Pessoa responsável por cuidar do envio do pano para a venda.
- 55. Remessa:** Local da fábrica responsável por enviar o tecido produzido.
- 56. Remeteção:** Local da fábrica responsável por enviar o tecido produzido.
- 57. Retorcedeira:** Operário responsável por torcer o fio várias vezes.

- 58. Rondante:** Funcionário responsável por vigiar a fábrica.
- 59. Sala de pano:** Local da Fábrica onde são remetidos os tecidos prontos.
- 60. Secagem do algodão:** Atividade desempenhada por um operário responsável por espalhar o algodão no chão para secar ao sol e observar enquanto este secava, recolhendo-o para que não fosse molhado pela chuva.
- 61. Servente de pedreiro:** Operário que auxilia e serve àquele que trabalha em obras de pedra e cal.
- 62. Teares:** Pessoa que trabalha na máquina de tecer.
- 63. Teares de cobertor:** Pessoa que trabalha na máquina de tecer cobertores.
- 64. Tecelão/tecelã:** Operário que trabalha em teares; o que tece em pano.
- 65. Tecelagem:** Seção da fábrica onde são tecidos os panos.
- 66. Tecelagem do algodão:** Local da fábrica onde são tecidos os fios de algodão.
- 67. Tinturaria:** Seção da fábrica que tingem panos; ofício de tintureiro.
- 68. Urdideira:** Operário responsável por dispor ou arranjar os fios da teia para se fazer o tecido.

Fontes e Referências Bibliográficas

1. Fontes Primárias

1.1 Patrimônio Histórico da Companhia Têxtil São Joanense

- *Estatutos da Companhia Industrial São Joanense*. Tipographia da Gazeta Mineira, 1893.
- *Livro Diário da Companhia Industrial São Joanense*.
- *Registro de Empregados:*
 - *Fichas de operários de 1º de outubro de 1935*.
 - *Folha de Ponto referente aos meses Maio de 1897 à Março de 1900*.
 - *Fichas de Admissão ao serviço (1927-1932 e 1934)*.
- *Contrato de Arrendamento feito pela Companhia*. 1º de março de 1896.
- *Concessão de terrenos para abertura de Rua*. 27 de fevereiro de 1896.
- *Concessão de terrenos para construção de casas ou dependências da fábrica*. 30 de outubro de 1891.
- *Escritura de compra e venda de terrenos*. 22 de outubro de 1891.
- *Registros de venda das residências da Companhia Industrial São Joanense para proprietários*, 1970.

1.1.1 Entrevistas com ex-operários:

- Sr. Francisco Santana de Oliveira.
- Sr. Nilton Izolani.
- Sr. Antônio Tirado Lopes.

- Sra. Raimunda Delasávia Jianoni.
- Sr. José Francisco de Sousa.
- Sr. Alberto Agostini.
- Sr. Antônio Palharini.

1.2 Biblioteca Municipal Baptista de Almeida Caetano

- *Jornal A Pátria Mineira* – “*Orgam da idea republicana*”. 14-4-1889 a 08-2-1894.
- *Jornal A Verdade Política*.
- *Jornal O Arauto de Minas*.
- *Jornal A Opinião* - “*Propriedade de Euclides Machado e C*”. 1908/1909/1911/1912.
- *Jornal Reforma*. 06-07-1913 a 20-07-1913.
- *Jornal São João del-Rei* – *Órgão oficial da Câmara*. 23-12-1889.

2. Referências Bibliográficas

AGOSTINI, Alzenira da Silva. *O impacto da ferrovia na São João del-Rei oitocentista*.

São João del-Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX)

AMARAL, Rita de Cássia. *Povo de Santo, Povo de Festa – Estudo antropológico sobre o estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: TAQ, s/d.

BOURDIEU, Pierre. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato (org.) – *BOURDIEU*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, no 39. Ática – São Paulo, 1983.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas Oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810-1844*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989.

D’ALÉSSIO, Márcia Mandor. “Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora”. In: *Revista Brasileira de História*. V.13, nº 25/26. São Paulo: Marco Zero, set.92/ago.93.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documentos)

DIAS, José Carlos. “Companhia Industrial São Joanense”. *Revista do IHG – São João Del Rei*. São João Del Rei: IHG – São João Del Rei. V. 9, 2000.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Volume 9. São Paulo, Rio de Janeiro, 1976.

GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O Imigrante Italiano em São João del-Rei (1888-1930)*. São João del-Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX).

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, Convento e Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del-Rei no Século XIX. São João del-Rei, 2000. Este artigo condensa partes da Tese de Doutorado: *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei(1830-1888)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 3 ed.
- HORTA, “os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX”. In: *Revista Vária História*. Belo Horizonte: UFMG, 1997. N.17.
- IEPHA/MG. *Iconografia da Virgem Maria*. Belo Horizonte, 1982.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação do Brasil. (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1987
- LEWKOWITCZ, Ida. “Espaço urbano, Família e Domicílio (Mariana no início do século XIX)”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998
- LIBBY, Douglas Cole. “Historiografia e a formação social escravista mineira”. In: *Revista Acervo*. Rio De Janeiro: Arquivo Nacional. V.3, n. 1, p. 7-20. jan.jun., 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MALDOS, Roberto. *Formação Urbana de São João del-Rei*. São João del-Rei: IPHAN, 1997. (mimeo).
- MARTINS, Ângela Magalhães. “Século XIX: Estrutura Ocupacional de São João del-Rei e Campanha.” *Anais do V Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.
- MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. *Centenário da Fábrica do Cedro – Histórico – 1872/1972*. Belo Horizonte: Companhia de Fiação de Tecidos Cedro e Cachoeira, 1972,
- MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
- MASCARENHAS, Décio Magalhães (coord.). *Genealogia da Família Mascarenhas. 1824-1989*. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 1990. Edição Particular.
- OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. “Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira do Século XIX.” *Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1995.
- OLIVEIRA, Jorge Silva de. *A imigração italiana e a família Carazza em São João del-Rei*. Governador Valadares: Gráfica Valadares, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. “Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira”. *Anais do VIII Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1995.
- PEREIRA, Vera Maria Cândido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERROT, Michele. *Os excluídos – operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. *A transição para o trabalho livre em São João del-Rei: aspectos econômicos, políticos e ideológicos*. São João del-Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX)

RESENDE, Édna Maria. *Os Homens Livres Urbanos e a construção da norma jurídica: São João del-Rei, 1840-1860*. São João del-Rei: FUNREI, 1996. (Monografia de final de curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em História de Minas do Século XIX)

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.v.1.

STEIN, Stanley J. *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil. (1850-1950)*. São Paulo: Ed. Campus, 1979.

TAMM, Paulo. *A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas*. Belo Horizonte: Papelaria e Tipografia “Brasil” Velloso e Cia Ltda, 1940.

TECENDO A HISTÓRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANENSE – 1891/1991. São João del Rei, 1991.

THOMPSON, E. P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In: ___ *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1979.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*, São Paulo: Brasiliense, 1991.

VAZ, Alysson Mascarenhas. *A indústria têxtil em Minas Gerais: o papel da família Mascarenhas: 1872/1972*. Belo Horizonte, 1976. (mimeo)

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.